



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE DOUTORADO



MANOEL DE LIMA ACIOLI NETO

POBREZA E IDENTIDADES HUMILHADAS:

Processos de significação relacionados ao uso de crack

Recife

2018

MANOEL DE LIMA ACIOLI NETO

POBREZA E IDENTIDADES HUMILHADAS:

Processos de significação relacionados ao uso de crack

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, curso de doutorado, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Linha de pesquisa: Processos Sociointerativos e Desenvolvimento Humano.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima de Souza Santos

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

A181p Acioli Neto, Manoel de Lima.
Pobreza e identidades humilhadas : processos de significação relacionados ao uso de crack / Manoel de Lima Acioli Neto. – 2018.
117 f. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima de Souza Santos.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2018.
Inclui Referências, apêndices e anexos.

1. Psicologia. 2. Crack (Droga). 3. Pobreza. 4. Representações sociais. 5. Biopolítica. 6. Ética. 7. Afeto (Psicologia). I. Santos, Maria de Fátima de Souza (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-023)

MANOEL DE LIMA ACIOLI NETO

**POBREZA E IDENTIDADES HUMILHADAS: PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO
RELACIONADOS AO USO DO CRACK**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Aprovada em: 07/02/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima de Souza Santos
(Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Zeidi Araujo Trindade
(Examinadora Externa)
Universidade Federal do Espírito Santos

Prof^ª. Dr^ª. Maristela de Melo Moraes
(Examinadora Externa)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Érico Andrade Marques de Oliveira
(Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Maria Isabel Patrício de Carvalho Pedrosa
(Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A Fátima Santos por toda a importância nesse percurso, disponibilidade a diálogos críticos e abertura à construção de ideias.

Aos professores Paulo Amarante, Érico Andrade, Isabel Pedrosa e Zeide Trindade pelas contribuições no exame de qualificação.

A toda a minha família, em especial a Moab Acioli pela inspiração intelectual e todo o apoio e suporte nesse percurso.

A Yuri Sousa pelas interlocuções teóricas travadas ao longo desses anos.

A Mariana Sobral e Mariana Pessoa por toda a colaboração na construção do estudo midiático e a Danielly Almeida pela ajuda na facilitação dos grupos focais.

Ao Programa Atitude pela solicitude em ajudar no processo de acesso a usuários de crack e pelas experiências profissionais vividas e essenciais para a construção desse estudo.

Os deuses tinham condenado Sísifo a rolar um rochedo incessantemente até o cimo de uma montanha, de onde a pedra caía de novo por seu próprio peso. Eles tinham pensado, com as suas razões, que não existe punição mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança. [...] Ao final desse esforço imenso medido pelo espaço sem céu e pelo tempo sem profundidade, o objetivo é atingido. Sísifo, então, vê a pedra desabar em alguns instantes para esse mundo inferior de onde será preciso reerguê-la até os cimos. E desce de novo para a planície. [...] Anteriormente tratava-se de saber se a vida devia ter um sentido para ser vivida. Agora parece, pelo contrário, que será tanto melhor vivida quanto menos sentido tiver.

Albert Camus

RESUMO

O objetivo dessa tese foi analisar os processos de significação relacionados ao uso de crack no Brasil, a partir de dimensões macro e microssociais. A proposta foi investigar inicialmente os contextos de significação que inserem essa droga enquanto objeto de preocupação pública. Em seguida, analisou-se como esse objeto social é concebido como pertencimento a usuários de crack inseridos em uma condição de pobreza. Para alcançar os objetivos propostos, a tese foi dividida em três estudos. O primeiro abordou a produção midiática sobre o campo das drogas, com o intuito de analisar como diferentes substâncias psicoativas foram representadas a partir de determinados marcos históricos. Os resultados indicam que ao se conformar uma substância com o rótulo de droga, instituem-se sentidos relativos a uma noção de ameaça social e contágio. O segundo estudo tratou da legislação sobre drogas vigente no Brasil. Partiu-se do pressuposto que são esses documentos que prescrevem as normas e as práticas direcionadas a esses sujeitos, sinalizando o modo como os usuários de drogas são concebidos no campo social. Destacam-se como resultados a indiferenciação entre usuário, dependente e traficante e a marca da droga como fenômeno a ser eliminado da sociedade. Por fim, foram realizados três grupos focais com usuários de crack, tendo como objetivo analisar a representação da pobreza e da experiência de viver com a desigualdade social. A partir desse estudo foi analisado como a pobreza é representada, sendo rejeitada como status de valorização social. Em contrapartida, os usuários entrevistados sinalizam para um quadro diferencial entre suas experiências de vida, delimitando dois universos simbólicos: a favela e os bairros nobres. Com essa distinção, surge o preconceito que vivenciam do “lado de fora” da favela e o sentimento de humilhação e ódio. Esses sentimentos aparecem como elementos fortemente articulados com a construção de suas identidades e com a rejeição de serem enquadrados enquanto figuras de alteridade. Como consequência, os resultados apontam o papel dos afetos na regulação das normas instituídas nesse contexto e das práticas sociais desempenhadas. Desse modo, a dimensão ética analisada indica que o sentido de vida que circunscreve as experiências desses sujeitos é a de buscar a inclusão no meio social o que se articula com a dimensão moral da inserção da criminalidade, destacada como um furo no sistema de exclusão que foram inseridos. Nesse contexto, os afetos atuam como mediadores dessas duas dimensões, regulando as práticas e representações instituídas em seus contextos de pertença.

Palavras-chave: Crack. Representações sociais. Biopolítica. Ética. Afeto

ABSTRACT

The purpose of this thesis was to analyze the significance processes related to the use of crack in Brazil, from macro and microsocial dimensions. The proposal was to initially investigate the contexts of significance that insert this drug as an object of public concern. Then, it was analyzed how this social object is conceived as belonging to crack users inserted in a condition of poverty. To reach the proposed objectives, the thesis was divided into three studies. The first one addressed the media production on the drug field, with the purpose of analyzing how different psychoactive substances were represented from certain historical landmarks. The results indicate that when a substance is conformed to the drug label, senses are established concerning a notion of social threat and contagion. The second study investigated the drug legislation in force in Brazil. The assumption is that these documents normalize the practices directed to these subjects and indicates the way drug users are conceived in the social field. The results highlight the indifferentiation among user, dependent and drug dealer and the drug is represented as a phenomenon to be eliminated from society. Finally, three focus groups were conducted with crack users, aiming to analyze the representation of poverty and the experience of living in social inequality. From this study it was analyzed how poverty is represented pejoratively, being denied as social status. In contrast, the interviewed users point to a differential reality among their life experiences, delimiting two symbolic universes: the favela and the noble neighborhoods. With this distinction, arises the prejudice they experience from the “outside” of favela and the feeling of humiliation and hatred. These feelings appear as elements strongly articulated with the construction of their identities and with the rejection of being framed as otherness figures. These results point to the role of the affections in the norm regulation in this context and its social practices performed. Thus, the analyzed ethical dimension indicates that the meaning of life that circumscribes the experience of these subjects is to seek inclusion in the social environment which is articulated with the moral dimension of the criminality insertion, highlighted as a rupture in the exclusion system that they were inserted. In this context, affections act as mediators of these two dimensions, regulating the practices and representations instituted in their belonging contexts.

Keywords: Crack-cocaine. Social representations. Biopolitics. Ethic. affection

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS – Síndrome da imunodeficiência adquirida

CAPS – Centros de atenção psicossocial

CAPS-AD – Centros de atenção psicossocial - álcool e drogas

CEP-UFPE - Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco

CID 10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

HCL – Cloridrato de cocaína

HIV – Vírus da imunodeficiência humana

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LSD – Dietilamida do ácido lisérgico

PNAD - Política Nacional sobre Drogas

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

RMR - Região Metropolitana de Recife

SESDSH - Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco

SENAD – Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas

SISNAD – Sistema Nacional Antidrogas

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crimes/ Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OS USOS DO CRACK NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA MÁSCARA PARA A EXCLUSÃO DA POBREZA	16
2.1	A emergência do crack no espaço público: a eficácia simbólica dos contextos sociais de pertença	18
2.2	O surgimento do crack no Brasil: as máscaras da pobreza	22
2.3	A droga como um dispositivo: sociedade de normalização e racismo de Estado	25
2.4	Contextos de uso e produção de sentidos contingentes: as representações sociais como meio de construção da realidade	28
2.5	A dimensão ética nos processos de significação: prescrição, responsabilidade e escolha	30
3	OBJETIVOS	38
3.1	Objetivo geral	38
3.2	Objetivos específicos	38
4	MÉTODO	39
4.1	Fontes	40
4.2	Instrumentos e procedimentos de coleta	40
4.2.1	Pesquisa documental.....	40
4.2.2	Grupo focal.....	41
4.3	Procedimentos de análise	42
4.4	Considerações éticas	43
5	ESTUDO 1 – ANÁLISE DA IMPRENSA	44
5.1	Introdução	44
5.2	Método	45
5.2.1	Fontes.....	45
5.2.2	Procedimentos de coleta.....	45
5.3	Resultados e Discussão	46
5.3.1	Risco social: ameaça, decadência e contágio.....	46
5.3.2	Controle social: regulação, combate e tratamento.....	53
5.3.3	As desigualdades vividas pelas mulheres em relação ao crack.....	58
5.3.3.1	<i>A prostituição como marcação das mulheres na cultura do crack</i>	60
5.3.3.2	<i>O desvirtuamento da mulher em sua função de mãe</i>	64
5.4	Conclusões	66
6	ESTUDO 2 - ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE DROGAS NO BRASIL	68
6.1	Introdução	68

6.2	Método	70
6.2.1	Fontes.....	70
6.2.2	Procedimentos de coleta.....	71
6.3	Resultados e Discussão	71
6.3.1	A droga como um inimigo a ser combatido.....	71
6.3.2	A exclusão do usuário e a anulação do sujeito em universalizações.....	75
6.4	Conclusões	76
7	ESTUDO 3 – GRUPO FOCAL	79
7.1	Introdução	79
7.2	Método	80
7.2.1	Local da pesquisa.....	80
7.2.2	Participantes.....	81
7.2.3	Procedimentos de coleta.....	82
7.3	Resultados e Discussão	82
7.3.1	O contexto da favela: a humilhação de ser pobre.....	83
7.3.2	A criminalidade como meio de inserção social.....	93
7.4	Conclusões	97
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS	103
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	114
	ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA DO PROGRAMA ATITUDE	117

1 INTRODUÇÃO

Essa tese teve como objetivo analisar os processos de significação relacionados ao uso de crack no Brasil, a partir de dimensões macro e microsociais. A proposta foi investigar inicialmente os contextos de significação que inserem essa droga enquanto objeto de preocupação pública. Em seguida, analisou-se como esse objeto social é concebido como pertencimento a usuários de crack inseridos em uma condição de pobreza. A partir disso, perscrutou-se a apropriação, transformação e reconstrução de novos sentidos ao instituído e a si próprios. Compreende-se o crack, assim, em seu uso social, em sua inserção no cotidiano das pessoas e no modo como se relaciona enquanto instrumento de interação. Por isso, trata-se de um estudo que enfatiza os sujeitos que consomem o crack em suas relações corriqueiras, nas atividades de conformação do cotidiano. Não se direciona, portanto, ao estudo das patologias e problemas decorrentes dessa prática, mas das experiências de seu uso.

A preocupação com essa temática advém de experiências de convívio com pessoas com modalidades de consumo diferenciadas daquelas que a mídia e as produções científicas tendem a demonstrar. Situado em um contexto de uso, em uma rede interacional em que o consumo de crack se tornou parte do cotidiano de diversas pessoas, notava a existência de uma diversidade no uso da droga, as quais não se limitavam a um uso destrutivo, compulsivo.

Nesse sentido, essa vivência incitou o início de uma pesquisa, em 2007, quando dei início às investigações sobre a questão. Contudo, diante de dificuldades de entendimento sobre os objetivos do estudo, houve impossibilidade de execução, pois o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição onde estava inserido não autorizou o início das atividades, pois considerou que o usuário não tinha liberdade para decidir livremente se faria parte da pesquisa e que deveria existir um compromisso ético do pesquisador em denunciar às autoridades os participantes da pesquisa, segundo a avaliação do CEP, naquela ocasião. Por isso, a pesquisa tomou outro rumo. As investigações se orientaram para as publicações midiáticas sobre o assunto. Contudo, esse parecer negativo também demonstrou os estigmas que se manifestavam em torno do tema.

Diante disso, dei início ao estudo desse fenômeno na mídia. Investigamos, na época, aproximadamente 300 matérias de jornais, veiculadas por um período de um ano e quatro meses. Esse trabalho demonstrou que as notícias veiculavam o uso do crack no âmbito de danos individuais ou sociais, ressaltando aspectos do tráfico e de sua repressão, assim como

da violência decorrente desse processo. O usuário se tornava invalidado pela droga, sendo a internação a única forma de tratamento abordada em casos de envolvimento com o crack. Os dados dessa pesquisa foram publicados, em 2012, no artigo “Representações sociais do crack na imprensa pernambucana”.

Esses dados apenas incitaram à continuidade de pesquisas voltadas a esse objeto social. Diante desse percurso de investigação, em 2011, participei da investigação intitulada “Perfil dos usuários de crack nas 26 capitais, Distrito Federal, 9 regiões metropolitanas e estrato Brasil”, desenvolvida pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). O estudo de abrangência nacional buscava estimar o número de usuários no país, descrever seu perfil sociodemográfico, seus padrões de consumo, comportamentos de risco e demanda por cuidados de saúde, entre outros. Essa experiência possibilitou uma aproximação com usuários de localidades distintas e, novamente, deparei-me com diferentes formas de consumo da droga, que demonstravam que o crack era objeto de significações e utilidades sociais diversas.

Além disso, atuei como psicólogo de uma instituição destinada aos usuários de crack, no âmbito da Assistência Social. Nesse lócus de cuidado, o contato quase diário com os usuários, a aproximação de suas histórias de vida e do papel que o crack desempenhava em suas vidas somente reforçaram as inquietudes oriundas de meus primeiros envolvimento com pessoas que faziam uso dessa droga. A atenção se voltou para o crack enquanto trajetória simbólica, em contextos de significações que o tornavam a “praga do mundo”, o “caminho da destruição”. Diante disso, questionava-me: o crack ou suas representações? O objeto ou as normas sociais que o remetiam a orientação de práticas destrutivas?

No tocante ao questionamento desses aspectos, desenvolvi minha pesquisa no mestrado, que se voltou à articulação entre representações e práticas sociais relacionadas ao crack e o papel dos contextos nesse processo. O termo representação, apesar de seu longo histórico, possui, nessa vertente, uma significação que rompe com os padrões em que fora usado. O peso da herança cartesiana na compreensão do fenômeno o remete, frequentemente, a interpretações distorcidas, reduzindo-o a um processo cognitivo puramente individual. Entretanto, a representação caracteriza-se por ser um fenômeno decorrente da interação com o outro, a partir de outras representações (MOSCOVICI, 1994). Assim, essa noção busca superar a dicotomia sujeito/sociedade, situando-o em uma perspectiva psicossocial.

Nessa pesquisa, analisei as experiências de uso do crack no discurso dos usuários,

destacando as práticas vivenciadas e suas relações com as representações sociais. Esse destaque ocorre no âmbito da produção dos efeitos psicoativos da droga, nas práticas de uso, assim como na própria constituição da figura do usuário. A discussão se organizou de modo a traçar o percurso de iniciação com a droga, com a construção dos efeitos psicoativos, além de evidenciar as implicações da dependência e das práticas criminais. A constituição da alteridade encerra o debate, expondo a conformação do usuário em torno de algumas práticas sociais, as quais nem sempre se relacionam diretamente com o consumo do crack. Além disso, foi possível problematizar os padrões de consumo, ressaltando a necessidade de um direcionamento ao fenômeno sob outra perspectiva: os padrões de controle. Observou-se no relato dos usuários que o crack sempre é manejado por meio de diversas formas de controle, dentre as quais se encontram as técnicas de uso e amarrações sociais como o trabalho ou a família. A experiência de uso parece ser sempre mediada por algum tipo de controle, mas que nem sempre é observado e, às vezes, negligenciado pela tendência a se caracterizar o crack como droga destrutiva, apenas consumida compulsivamente.

Os resultados da dissertação direcionaram ao início dessa tese: a problematização da implicação do sujeito em um sistema normativo que orienta a consolidação de ações divergentes de seu código de conduta, de sua ética. Essa condição de conflito diante de um *ethos* termina por trazer questionamentos a respeito dos processos de significação que constroem e legitimam a capacidade ética de fazer escolhas diante desses sistemas. Parece existir uma tendência na sociedade brasileira em conceber usuários de drogas, em especial de crack, como não sendo moralmente livres, mesmo quando estão decidindo, escolhendo o que os compele a fazer. Concebe-se que sua liberdade e responsabilidade morais estão enfraquecidas. Em outras palavras, esses resultados apontaram um aspecto pouco problematizado na teoria das representações sociais: a dimensão ética dos processos de construção do sentido.

Assim, a tese foi dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo aborda os usos sociais do crack, buscando enfatizar a construção desse objeto social na sociedade brasileira. Por isso, destaca a necessidade de compreensão dos contextos de significação e de sua eficácia simbólica. Nesse sentido, remete a discussão para o âmbito da polêmica do determinismo farmacológico, apontando o papel das circunstâncias sociais e da história na construção dos sentidos. O crack é apresentado como um objeto social que possui variabilidade sociohistórica, assim como outras drogas, sendo regulado por meio de normas sociais formais e informais.

Além disso, a significação do crack enquanto objeto também situa uma figura de alteridade, o usuário, que termina por ser excluído da sociedade, tornando-se desvalorizado por não se adequar às expectativas de modos de vida legitimados publicamente. Essa ilegitimidade também implica em sua anulação enquanto sujeito com capacidades de tomar decisões e traz complicações nos modos intervenção.

O posicionamento oficial, por meio de políticas públicas e o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas tem tomado inúmeras medidas para abarcar o fenômeno. Contudo, dentre elas também se encontra a internação compulsória, que parece se adequar a essa compreensão do sujeito anulado pelo crack. Ademais, as ações se pautam na criminalização do uso e, em alguns casos, em estratégias de reinserção social e cuidado territorializado.

Nessa perspectiva, problematiza-se que o uso do crack possui outras modalidades de consumo e que o usuário faz escolhas baseado em uma ética contingente, construída em seu contexto de inserção, em sua rede interacional de pertença. A partir da Teoria das Representações Sociais (TRS), procura-se investigar os processos de construção do sentido em contextos de significação, nos processos interacionais, analisando as práticas e representações sociais desenvolvidas entre usuários. Depreende-se que as representações sociais partilhadas nesses contextos e a ética constituída nessas redes, mostram-se essenciais para estudar esse fenômeno, pois remetem à constituição de um sistema normativo, uma ordem moral, delimitando fronteiras simbólicas e modos de ser e agir no mundo.

Em seguida, discute-se a trajetória metodológica adotada para responder aos objetivos dessa dissertação. Aponta-se a adoção de uma abordagem qualitativa para a realização da investigação, devido às possibilidades analíticas que oferta para a análise dos significados e dos processos de construção do cotidiano, por meio do diálogo com os atores sociais envolvidos.

Para alcançar os objetivos propostos, a tese foi dividida em três estudos, que se separam por sua finalidade. Os dois primeiros estudos podem ser apontados como uma “preparação” ao terceiro, pois analisa os contextos de significação relacionados ao crack. O terceiro, por sua vez, entra na discussão específica dos processos de significação.

Assim, o primeiro estudo abordou a produção midiática sobre o campo das drogas, com o intuito de analisar como diferentes substâncias psicoativas foram representadas a partir de determinados marcos históricos. Os resultados indicam que ao se conformar uma substância

com o rótulo de droga, instituem-se sentidos relativos a uma noção de ameaça social e contágio. O usuário se torna uma figura demarcada pelo estigma de sua condição social de forma mais acentuada do que pelo consumo da droga. Há uma relação fusional entre droga e pobreza.

O segundo tratou da legislação sobre drogas vigente no Brasil. Partiu-se do pressuposto que são esses documentos que normatizam as práticas direcionadas a esses sujeitos, sinalizando o modo como os usuários de drogas são concebidos no campo social. Destacam-se como resultados a indiferenciação entre usuário, dependente e traficante e a marca da droga como fenômeno a ser eliminado da sociedade.

Por fim, foram realizados três grupos focais com usuários de crack, tendo como objetivo analisar a representação da pobreza e da experiência de viver com a desigualdade social. A partir desse estudo foi analisado como a pobreza e seus preconceitos são representados, recebendo um status social pejorativo. Em contrapartida, os usuários entrevistados sinalizam para um quadro diferencial entre suas experiências de vida, delimitando dois universos simbólicos: a favela e os bairros nobres. Com essa distinção, surge o preconceito que vivenciam do “lado de fora” da favela e o sentimento de humilhação e ódio. Esses sentimentos aparecem como elementos fortemente articulados com a construção de suas identidades e com a rejeição de serem enquadrados enquanto figuras de alteridade. Como consequência, os resultados apontam o papel dos afetos na regulação das normas instituídas nesse contexto e das práticas sociais desempenhadas.

2 OS USOS DO CRACK NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA MÁSCARA PARA A EXCLUSÃO DA POBREZA

O uso de crack é uma prática social largamente hostilizada no Brasil e objeto de intervenções variadas, envoltas em muita polêmica. A imagem do usuário dessa droga se objetiva no indivíduo sem controle de suas ações e marcadamente associado à criminalidade. Nos contextos midiático e científico, dispara-se uma construção criminalizante e patologizante, evocando tensões e conflitos provocados pela manifestação de classes socioeconômicas marginalizadas. Contudo, apesar dessa delimitação estereotipada, o usuário de crack não se restringe a essa figura. Deve ser destacado que usuários com padrão de consumo controlado/funcional são comumente identificados, nos mais diversos contextos e classes socioeconômicas, indicando um contraponto à visão hegemônica do indivíduo anulado pelo crack (ACIOLI NETO; SANTOS, 2014; 2015).

Nesse âmbito, a questão do uso de crack no Brasil tem sido negligenciada, seja do ponto de vista dos cuidados adequados a seus usuários ou do modo como essa prática tem sido concebida. É importante destacar que nem todo uso dessa droga é nocivo, o que não significa que não existam riscos potenciais aos seus usuários. As experiências de caráter destrutivo são amplamente difundidas e predominam como o modo único de vivenciar essa prática. Todavia, elas não são únicas e outras modalidades de uso também coexistem, trazendo a questão sobre o que faz com que alguns usuários construam estratégias de controle.

Dias et al. (2011) ao analisarem 107 usuários de crack após mais de uma década de alta hospitalar, observaram que se distinguiram pelo menos três grupos: pessoas que se mantinham abstinentes estáveis por mais de cinco anos; outros que viviam em alternância entre períodos de consumo e abstinência; e usuários que se mantiveram estabilizados em consumo frequente por esse período. Nessa mesma perspectiva, em estudo anterior, Acioli Neto (2014) ao analisar as representações e práticas sociais de 14 usuários de crack, observou que esses indivíduos demonstram padrões de consumo variáveis no decorrer do histórico de uso. O que se observa é a existência de episódios de uso compulsivo, mas que não definem o histórico de consumo do usuário. Entretanto, uma nuance que chama atenção é que, ao evocarem em suas memórias essas experiências, os usuários parecem selecionar apenas os registros de ingestão intensa da substância. Por isso, considera-se que a eficácia simbólica decorrente dessas representações pode estabelecer fronteiras de possibilidades, limitando o repertório de escolhas desses usuários. O que se evidencia majoritariamente na experiência de uso são as

expectativas e representações e não a vivência singular do que se passou (ACIOLI NETO, 2014).

Esses resultados evidenciam que as experiências de uso (seja com características mais compulsivas ou controladas) se organizam pelas representações que os sujeitos partilham em seus contextos de pertencimento. E diante desse aspecto, questiona-se: se não é o crack (enquanto substância psicoativa) o protagonista dessas experiências “avassaladoras” para um grande contingente de usuários, o que pode ser?

A partir desse delineamento, o objetivo dessa tese foi analisar as representações sociais que inserem e situam o crack como objeto de preocupação pública no Brasil e como essas representações produzem sistemas normativos que se articulam na construção do usuário de crack e na produção de sua identidade e experiências de uso. Parte-se da ideia que essas experiências são delineadas pela dimensão ética subjacente aos processos representacionais.

A proposta de se estudar a dimensão ética das representações sociais tem como pressuposto a consideração de que é a capacidade de fazer escolhas éticas uma disposição fundamental, um traço distintivo do ser humano (MARKOVÁ, 2013). Esse fenômeno decorre da interação social e possui as particularidades contingenciais de seus contextos de produção. É nesse sentido que a ética se constitui em um conceito fundamental na teoria das representações sociais, como uma disposição decorrente do social, com contingências societais.

Nesse sentido, esse estudo teve como finalidade discutir dois aspectos. Em primeiro lugar, o tema direciona as contribuições a respeito do uso de crack no Brasil, enfatizando processos de significação, interacionais e identitários relacionados a esse objeto. Em seguida, busca-se investigar uma lacuna na teoria das representações sociais: a dimensão ética dos processos de construção do sentido (MARKOVÁ, 2013). É necessário, portanto, pesquisar, no âmbito da teoria, as implicações da ética nos processos de construção de objetos e práticas sociais, buscando evidenciar os sistemas normativos implicados nos contextos de significação. A análise dessa dimensão permite a investigação dos modos como a subjetividade se implica nesses processos.

2.1 A emergência do crack no espaço público: a eficácia simbólica dos contextos sociais de pertença

A significação do que se concebe como droga e os sentidos atribuídos aos seus usos possuem uma variabilidade a partir do meio cultural em que se inscrevem (BUCHER; LUCCHINI, 1992; MCRAE, 2000; ZINBERG, 1984). Uma mesma substância, com propriedades farmacológicas idênticas, como o crack, possui sentidos que se modificam em relação ao contexto de uso. Como destaca Carneiro (2002), as drogas se consolidam como um dos arquétipos culturais predominantes no cotidiano das sociedades urbanas, sendo sua presença ubíqua em praticamente todas as culturas. A finalidade dos usos se diferenciam, assim como a significação que esse objeto adquire nos mais diversos contextos sociais.

Nesse âmbito, a droga tem um caráter ambíguo que advém de sua natureza simbólica, sendo, por isso, situada como uma construção social, inserida em contextos que permitem sua significação enquanto objeto social. Esse processo ocorre em uma relação contexto-dependente, pois se vincula às condições sociais, políticas e históricas que configuram contextos determinados (JOVCHELOVITCH, 2008).

Nesse sentido, todas as culturas sancionam pelo menos uma substância que causa alterações psicoativas e, invariavelmente, proíbem outras (BURGIERMAN, 2011). Os registros históricos apresentam uma ampla variabilidade de drogas que em um dado momento eram classificadas como o perigo social da época e que em outro se tornavam banalizadas ou tipificadas como inofensivas (ESCOHOTADO, 1996), como foi o caso do álcool na década de 1920.

Nessa época, ocorreu um dos primeiros registros de caráter proibitivo de alguma droga, decorrente do Movimento da Temperança, nos Estados Unidos, que tornou ilícito o consumo do álcool. Essa droga se caracterizava como substância inerente e inevitavelmente dependogênica (REINARMAN; LEVINE, 1997), sendo relacionada à violência urbana e à criminalidade, além da pobreza e desvinculação familiar (LEVINE, 1984), tal como o crack, atualmente. Com isso, desenvolveu-se uma emenda constitucional banindo o álcool, a Lei Seca (Volstead Act), que tinha como expectativa eliminar problemas sociais, esvaziar prisões e asilos, diminuir gastos do Estado e garantir prosperidade. Essa proibição teve forte influência do Movimento da Temperança, um dos movimentos de massa de maior vigor nos fins do século XIX, nos Estados Unidos. Esse movimento culpabilizava o álcool pelos

principais problemas sociais da época e considerava a abstinência a única solução (LEVINE, 1984). O Brasil, nesse período, possuía mecanismos regulatórios que refletiam esse modo de tratamento dos Estados Unidos, baseando-se nas leis sanitárias em vigência (LIMA, 2005).

Em 1937, ainda nos EUA, foi a vez da maconha, pelo *Marijuana Tax Act*. Essa lei federal proibia o consumo da droga e se embasava em construções da mídia que apresentavam determinismo causal em ações de violência, exemplificados por diversos crimes de homicídio ocorridos no período: era a “erva assassina”. No Brasil, a proibição ocorreu em 1936, antecipada por diversas campanhas de cunho racista, que apelavam à origem africana da maconha, atribuindo aos seus efeitos uma ameaça à raça brasileira. Com isso, práticas de vigilância e controle passaram a reger o modo de lidar com a população negra: qualquer negro era considerado suspeito (MACRAE; SIMÕES, 2003). É interessante atentar que a mesma droga, nos Estados Unidos, dita promotora de violência, a partir da década de 1970 passou a ser considerada perigosa porque seus usuários se tornavam apáticos, desistindo de suas vidas (REINARMAN; LEVINE, 1997; HIMMELSTEIN, 1983).

Assim sendo, esses discursos se relacionam à construção de estereótipos, que terminam por atuar como ferramentas de controle social informal, necessários para legitimar o controle social formal, cuja expressão máxima no campo das drogas é a normativa jurídica. Entretanto, para que se consolidem como modalidades de controle social, há a necessidade de processos de legitimação, “explicações” e justificações da ordem institucional, concebendo sua função de produzir novos significados por meio de outros significados já instaurados na ordem social, os quais são intercedidos pelos meios de comunicação de massa. Com isso, esses processos tornam tais discursos objetivamente acessíveis e subjetivamente plausíveis aos membros de uma cultura (BERGER; LUCKMANN, 1996). Desse modo, a mídia institui realidades, a partir da evidenciação de determinados objetos em uma matriz de sentidos culturalmente partilhada, que se conformam em regimes de verdade (FOUCAULT, 1995).

Por isso, é importante atentar que a emergência do crack enquanto um objeto social ocorreu em contextos de exclusão, trazendo marcas que parecem perdurar ao longo de décadas. O surgimento do crack tem registro entre os anos de 1984 e 1985, em bairros afro-americanos e latinos das cidades de Nova Iorque, Los Angeles e Miami, nos Estados Unidos (REINARMAN; LEVINE, 1997). No Brasil, os primeiros relatos foram no ano de 1988, em bairros periféricos de São Paulo (RAUPP; ADORNO, 2011). Entretanto, apesar desse histórico recente de inserção social, o crack, como substância psicoativa, não é uma droga

recente. O crack é a cocaína fumada, um tipo de *freebase*¹ mais rudimentar. Apesar de sua popularização na década de 1980, o uso de cocaína fumada já era amplamente conhecido, principalmente entre artistas estadunidenses. O crack foi uma inovação de *marketing*. Ele entra como uma estratégia de distribuição da droga menos arriscada, devido aos pequenos pacotes e com abertura a novos consumidores, pois tinha menor valor por porção, em relação à cocaína em pó (REINARMAN; LEVINE, 1997). Todavia, apesar do mesmo princípio ativo, o fato do crack ser fumado é significativo, embora essa importância seja exagerada. O conjunto de danos resultantes do uso da cocaína fumada em relação à cheirada parece ter menos relação com as propriedades farmacológicas do que com as circunstâncias sociais do uso (MORGAN; ZIMMER, 1997).

As origens do consumo de crack se pautam no *freebase*, um modo de ingestão de cocaína, que se inicia com o processamento do cloridrato de cocaína (HCL) para extrair uma forma mais pura e sólida de cocaína para fumar. Alguns pesquisadores afirmam que o processo advém de regiões do Peru e Bolívia, produtores de Coca. Desde a metade da década de 1970, estudos desenvolvidos na América do Sul têm apresentado pessoas fumando uma pasta de coca parcialmente refinada, chamada *basuco* ou uma mistura dessa pasta com tabaco ou maconha em forma de cigarros, os *pitillos* ou *papilloes* (SIEGEL, 1982; JERI, 1980). Outros dizem que traficantes de cocaína estadunidenses descobriram o processo em meio a testes de pureza da cocaína, através do aquecimento da substância em uma solução de água, amônia e éter para obter a base de cocaína. Após a remoção de impurezas, se o restante tivesse entre 80% a 85% do peso original, o produto era considerado puro. Com isso, para não perder os cristais resultantes desse processo, que não podiam ser cheirados ou injetados, iniciou-se a prática de fumá-los, ideia advinda do hábito de mergulhar a ponta de cigarro em cocaína (MCDONNELL; IRWIN; ROSENBAUM, 1990).

O aquecimento do cloridrato de cocaína em uma solução de água com amônia e éter resulta em flocos cristalinos de base de cocaína, livres de impurezas e sais residuais usados no processamento da pasta base. Por isso, o termo *freebase* (SIEGEL, 1982). A preparação do HCL em uma solução de bicarbonato de sódio implica em pedaços sólidos ou pedras, as quais tendem a fazer um som estalido quando queimadas: daí, o termo crack (INCIARDI, 1987).

¹ Freebase ou base livre é um produto que lembra a pasta base da coca e que se produz através de procedimentos químicos relativamente simples. Refere-se à forma básica pura de uma amina, oposta à sua forma de sal. A amina é, geralmente, um produto alcaloide natural.

Esse método de preparo não purifica a droga tal como o outro. Em ambos os casos, o produto resultante é aquecido em cachimbo até vaporizar, quando pode ser inalado pelo usuário.

A distinção entre o *freebase* e o crack é de um procedimento de produção mais refinado. Diz-se que o *freebase* tem uma característica “*gourmet*”: se o crack e o *freebase* fossem alimentos, o primeiro seria um produto de *fast-foods*, enquanto o segundo o trabalho de *chefs* de cozinha. Dessa forma, nos Estados Unidos, o *freebase* tem como público consumidor, pessoas de classes socioeconômicas média e trabalhadores, enquanto que o crack foi incluído no repertório de práticas de populações com baixas condições socioeconômicas, tornando-se associado a uma classe que já era percebida como perigosa (REINARMAN; LEVINE, 1989; DUSTER, 1970).

Contudo, observa-se que as repercussões sociais do consumo das duas drogas tiveram impacto diferenciado (WALDORF; REINARMAN; MURPHY, 1991). Apesar de possuírem praticamente a mesma composição química e compartilharem o mesmo princípio ativo, além de serem consumido pela mesma via (fumada), os danos ocasionados em usuários de crack são de larga abrangência.

Como destaca Becker (2008/1963), os efeitos advindos do uso de uma substância têm ligação direta com os contextos sociais de uso, não decorrendo apenas em função de suas propriedades farmacológicas, mas também das práticas locais desenvolvidas por grupos. O usuário para adquirir tal denominação passa por uma série de aprendizados a partir da interação com seu grupo, caracterizadas pela compreensão das técnicas específicas de ingestão da substância, da experiência de sentir e gostar dos efeitos. Todos esses processos ocorrem de modo contingente ao contexto que esse sujeito se insere (BECKER; 2008/1963).

Na mesma perspectiva, Gomes e Adorno (2011) descrevem o processo de construção identitária de usuários de crack e suas relações com seus círculos interacionais e suas possibilidades e/ou limitações emergentes. Diante de um cenário de pobreza e exclusão social, as condições precárias de vida terminam por criar muitas possibilidades de inserção na criminalidade, das quais o tráfico (de pequeno porte) é quase uma regra para a manutenção do consumo e de suas vidas.

Diante desses aspectos, torna-se imprescindível analisar os significados e entendimentos que os usuários de crack compartilham, originados em seus ambientes sociais de pertença. Esses significados são os elementos que possibilitam uma compreensão mais

abrangente da problemática dessa droga na sociedade brasileira e das suas implicações na conformação dessas pessoas em figuras perigosas ao meio social.

2.2 O surgimento do crack no Brasil: as máscaras da pobreza

No Brasil, o crack surge como objeto de discussão pública a partir da década de 1990, aparecendo em discursos produzidos por canais midiáticos de ampla circulação. Essa difusão de informações foi se tornando mais intensa no decorrer desse período, podendo-se observar notícias reportadas diariamente sobre essa problemática atualmente, salientando aspectos que apontam para uma preocupação pública do uso dessa droga. Essas notícias ressaltam a necessidade de estratégias de enfrentamento através da internação do usuário ou de práticas repressivas ao narcotráfico (SANTOS; ACIOLI NETO; SOUSA, 2012) e apontam para uma “epidemia” desenvolvida em todo o território nacional (GOMES, 2010).

Assim, o consumo de crack é tratado como um problema social grave que necessita de intervenções urgentes (OCCHINI; TEIXEIRA, 2006; SCHEFFER et al., 2010), apesar de nunca ter se tornado uma droga popular ou amplamente usada em nenhum lugar do mundo (MORGAN; ZIMMER, 1997). Estima-se que aproximadamente 17 milhões de pessoas usaram essa substância, o equivalente a 0,37% da população mundial (UNODC, 2017). No Brasil, essa prevalência foi estimada em 400 mil pessoas, 0,7% da população (CARLINI et al., 2007). Contudo, o crack é conhecido como a substância com maior poder de dependência e destruição (MORGAN; ZIMMER, 1997), sendo associada também como propulsora de ações violentas, desenvolvimento da criminalidade e vulnerabilização do usuário a situações de risco (CHESNAIS, 1999).

Apesar dessa gravidade atribuída ao crack, o que se observa é que as condições precárias de vida dos usuários parecem ter um papel muito mais eficaz em configurar modalidades de uso destrutivo. Dados divulgados pela Fiocruz (BASTOS; BERTONI, 2014) destacam um grave quadro de desassistência aos usuários: aproximadamente 40% daqueles que fazem uso intenso vivem em situação de rua, em extrema privação social, embora essa condição não seja advinda do consumo. Não existe uma relação de causalidade entre o uso de crack e a vivência de rua. O que se observa é que o consumo dessa droga em pessoas que vivem nas ruas é mais frequente. O perfil dos usuários com uso frequente é de homens, solteiros, negros ou pardos, com cerca de 30 anos, baixa escolaridade e desempregado

(BASTOS; BERTONI, 2014; CAPISTRANO et al., 2013; NAPPO; GALDURÓZ; NOTO, 1994). Entretanto, apesar do destaque dos usuários masculinos, as mulheres em situação de consumo frequente também apresentam vulnerabilidades específicas, como a prática de trocar sexo pela droga e exposição ao vírus da AIDS, o HIV, da hepatite C e à sífilis, além de violência sexual.

A particularidade da questão pode ser discutida a partir das políticas públicas desenvolvidas sobre o tema. Observa-se que, apesar desse quadro de exclusão social dos usuários, a legislação sobre drogas no Brasil tem foco maior na repressão, enquadrando-se numa lógica proibicionista.

Em 2006, com a Lei n. 11.343/06, houve certo clamor midiático ao se implementar a despenalização da posse para uso próprio, o que se constituiu em um avanço do ponto de vista da saúde, pois o usuário não poderia mais ser preso. O único problema dessa mudança é seu caráter simbólico, já que a despenalização do uso está em vigor desde 1977, com a Lei n. 6.416/77. Como destaca Boiteux (2006), mesmo atuando como contraponto à lógica proibicionista, essas modificações na legislação apresentam incongruências. Ao mesmo tempo em que promove um benefício que já existia ao usuário, a Lei n. 11.343/06 aumenta a pena mínima por tráfico de drogas de três para cinco anos (e a máxima para 15 anos).

Esse aspecto especificamente é de grande relevância ao se considerar a problemática do uso de drogas na sociedade brasileira. Zaccone (2008) aponta dados alarmantes acerca do contingente populacional carcerário: 60% estavam presos por tráfico de drogas. As informações são da década de 1990 e do Estado do Rio de Janeiro, mas demonstram as nuances de como o Estado brasileiro lida com o assunto. Entre os anos de 1990 e 2012, enquanto o número da população geral no Brasil aumentou 30%, a quantidade de presos subiu 511%. Ademais, a maioria dessa população (54%) é parda ou negra, tem entre 18 e 29 anos (55%) e pouca escolaridade (5,6% são analfabetos; 13% são apenas alfabetizados e 46% têm apenas o ensino fundamental incompleto), de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2012). Além disso, deve ser atentado que toda política repressiva vigente se volta ao combate de um “inimigo” social, nesse caso o traficante de drogas. Mas, será esse “inimigo” o problema combatido pelas políticas voltadas às questões das drogas?

São modos de vida desvalorizados socialmente, segregados daquilo que é comum. A questão parece, então, extirpar problemas sociais, que devido ao "politicamente correto" precisam de objetos de expiação para se legitimar. A construção do crack na sociedade parece

dizer respeito ao maquiamento da pobreza em uma máscara possível de ser rejeitada publicamente (ACIOLI NETO; SANTOS, 2014).

Por isso, deve ser enfatizado o papel que as representações possuem na construção de mecanismos normativos informais de exclusão, podendo cumprir função de controle social, no qual a figura do usuário como criminoso, doente ou imoral tem um papel central (ACIOLI NETO, 2014).

Diante dessa problemática, ainda é possível observar as medidas do governo brasileiro para lidar com o assunto, em que diversos equipamentos da saúde e da assistência social foram implementados para atender as necessidades desses usuários (BRASIL, 2009). Essas medidas fazem parte do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, elaborado pelo Governo Federal, que desenvolveu uma série de ações de aplicação imediata e outras de caráter estruturante para abarcar essa questão de forma intersetorial. Essas ações têm como objetivo promover um conjunto integrado de intervenções voltadas para a prevenção, tratamento, reinserção social e repressão ao tráfico (BRASIL, 2010a), o que parece se ancorar em outras compreensões, além dos efeitos farmacológicos da droga.

Todavia, entre as estratégias adotadas, encontra-se o internamento compulsório para usuários da droga que se encontram em situação de rua. Essa estratégia tem como finalidade a retirada do usuário de crack das ruas, inserindo-o em instituições para o recebimento de tratamento ao uso da droga, mesmo sem o seu consentimento. É uma ação de imposição à obrigatoriedade do tratamento e pauta-se na concepção da impossibilidade de escolha do sujeito. Por isso, considera-se, inclusive, sua retirada à força, caso seja necessário. Nesse sentido, essa imposição desconsidera o processo decisório do usuário e parece se pautar em representações que apontam para um caráter de anulação do sujeito que a consome (ROMANINI; ROSO, 2012), assim como de sua capacidade ética de fazer escolhas.

Assim sendo, emergem os questionamentos: que elementos das representações partilhadas nesses contextos de uso são mobilizados para a construção do sentido da experiência vivida? Em outras palavras, diante dessa realidade construída socialmente, como esses regimes de verdade atuam sobre os sujeitos? Se não é o crack, então é a norma social? Como esses sujeitos podem ser agentes de suas ações?

Tais questionamentos apontam para a discussão de como a droga se institui enquanto uma modalidade simbólica com capacidade de conformar essas realidades. Nesse sentido, remete ao que se denomina de dispositivo e suas implicações com a construção de regimes de

verdade.

2.3 A droga como um dispositivo: sociedade de normalização e racismo de Estado

De acordo com Foucault (2011), o dispositivo se caracteriza por uma combinação heterogênea, englobando discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, proposições científicas, enunciados filosóficos, morais. Os elementos do dispositivo se constituem pelo dito e o não dito, configurando-se como uma rede em que se podem tecer esses elementos. Com isso, conformam-se estratégias de relações de força, atuantes no condicionamento de certos tipos de saber ao mesmo tempo em que são por eles condicionadas. (FOUCAULT, 2011).

Essa noção parece reunir os componentes necessários para a compreensão de como a droga se organiza enquanto um dispositivo. Parte-se de componentes díspares para se estabelecer um conjunto de relações flexíveis, contempladas em um único “aparelho”, de modo a segregar um problema específico. É na articulação desses elementos que emerge o dispositivo. Nesse sentido, resgatando o que foi discutido anteriormente, a droga parece se situar precisamente nesse campo.

Como destacam Silva e Hünning (2017), a droga engloba discursos e práticas que parecem díspares e contraditórios, como a designação de moradores de rua como criminosos envolvidos com drogas e furtos, pareados ao extermínio dessa população, por meio de assassinatos, justificados pela situação de risco social do grupo. Com isso, institui-se um discurso que legitima a intervenção política sobre as condições de vida dessa população.

Assim, é sobre a necessidade de governar esses sujeitos que esses discursos se alinham, propondo intervenções em suas vidas. É esse caráter funcional que se alcança com o dispositivo: uma racionalidade biopolítica, em que a vida se torna um bem de consumo, gerenciável e essencial ao exercício do poder (SILVA; HÜNNING, 2017).

Além disso, deve ser destacado o caráter histórico que circunscreve os dispositivos em contextos sociais, políticos e culturais específicos. Essa historicidade se articula a uma determinada ordem de sentidos, dispondo os sujeitos a modos específicos, em uma ética. Com isso, produz-se uma cisão entre o ser e o agir, de modo que se instituem corpos dóceis, disciplinados: capazes de obedecer aos imperativos da biopolítica (AGAMBEN, 2009).

A disciplina pode ser compreendida como uma técnica de exercício de poder existente desde a antiguidade, mas aperfeiçoada no século XVIII como tecnologia de gestão dos sujeitos. São técnicas de controle utilizadas para o aprimoramento da utilidade laboral e desempenho de funções sociais. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2001, p. 126). Por isso, pode ser considerada como um conjunto de técnicas que produzem indivíduos úteis, trazendo uma maneira específica de punição, com finalidade corretiva, com a função de reduzir os desvios. Porém, essas penas não se conformam em práticas repressivas ou expiatórias, mas na comparação, diferenciação, hierarquização, homogeneização e exclusão: ela normaliza (FOUCAULT, 2001). Com o poder disciplinar, portanto, institui-se o poder da norma, que funciona com uma eficácia diferenciada do papel que a lei desempenha. Deixa-se de codificar os comportamentos e passa-se a normalizar as condutas. Trata-se de um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir (POGREBINSCHI, 2004).

Mas, a sociedade de normalização se constitui de outra modalidade de poder, que complementa a disciplina: o biopoder. A complementação ocorre porque não há uma substituição. O biopoder se incorpora à disciplina, transformando-a, adaptando-a. Sua ação intervém nos fenômenos coletivos que atingem a população, não se restringindo ao corpo, ao sujeito. Por meio de mecanismos reguladores, parte-se do controle de fenômenos relacionados a garantir a vida e a evitar a morte. Essa regulamentação, faz-se importante destacar, não é exclusiva do Estado. Existem inúmeros focos do biopoder localizados no âmbito infra e paraestatal, como, por exemplo, algumas instituições médicas, caixas de auxílio e seguros (FOUCAULT, 2005; POGREBINSCHI, 2004).

Nesse sentido, é a norma que transita entre esses dois poderes, entre a disciplina e a regulamentação, possibilitando a sustentação entre a ordem disciplinar do corpo e a ordem aleatória da população. “A norma da disciplina e a norma da regulamentação dão origem ao que Foucault chama de sociedade de normalização, uma sociedade regida por essa norma ambivalente, na qual coexistem indivíduo e população, corpo e vida, individualização e massificação, disciplina e regulamentação” (POGREBINSCHI, 2004, p.197).

Na sociedade de normalização, o Estado prioriza um conjunto de conhecimentos e dispositivos de segurança destinados ao controle das populações, convertendo a vida biológica em objeto do governo. O que prevalece é o poder de fazer viver e deixar morrer. Assim sendo, a noção racial (e o racismo) se torna condição basal para a legitimidade da

retirada da vida numa sociedade de normalização. A especificidade do racismo moderno se vincula às técnicas e tecnologias do poder e o Estado, a partir dessa questão racial, passa a exercer seu poder soberano (de deixar viver e fazer morrer), de modo velado. Esse modo de ação assegura ao Estado sua função assassina, compreendendo que a morte, nesse sentido, extrapola a ideia de assassinato direto, mas abarca também vias indiretas: a exposição à morte, multiplicação de riscos ou morte política, expulsão, exclusão (FOUCAULT, 2005).

Essas características colocam em destaque a operacionalidade dos mecanismos de exclusão do Estado a partir da questão do uso de drogas, em particular, do crack no Brasil, considerando os impactos da proposta repressiva em vigência na legislação no país.

A partir desse cenário, é imprescindível o questionamento desse discurso político institucionalizado, considerando que se constitui enquanto uma matriz simbólica que se concretiza em práticas institucionalizadas e conforma dispositivos de produção de sentidos e marcações subjetivas. Uma matriz que atua mediando relações reciprocamente ao difundir representações que terminam por organizar modalidades de subjetividades e conduta, mesmo que implicitamente (BERGER; LUCKMANN, 1996). Nessa perspectiva, o poder tem como papel a institucionalização da verdade. Ela é a norma, pois são os discursos verdadeiros que julgam, condenam, classificam, obrigam, coagem, trazendo sempre consigo efeitos específicos de poder (POGREBINSCHI, 2004).

Em contrapartida, apesar do alarde social sobre os perigos do crack, como o “inimigo” a ser combatido e causa de inúmeros “males” sociais, a droga em si não possui esse poder, sendo revestida de uma marcação simbólica que efetiva essa capacidade, esse efeito de verdade. Com isso, questiona-se: quais as finalidades dos discursos do crack como problema social na regulação da população brasileira? Quais os efeitos dessas representações para a emergência da figura do usuário de crack na construção de identidades? Como esses efeitos repercutem em estratégias de controle e exclusão social?

Concebe-se que o compartilhamento desses sentidos, dessas representações, articula-se na constituição de um contexto, ao mesmo tempo em que esse contexto delimita e norteia ou normatiza as relações e produções simbólicas entre seus participantes. Assim sendo, os saberes construídos pelos usuários em dada rede interacional desempenham papel normativo, prescrevendo ações desenvolvidas em torno certo/errado, normal/anormal, aceito/excluído e adquirindo, assim, eficácia simbólica por meio de sistemas de significação e práticas partilhados pelos indivíduos.

Essas representações possuem função determinante na construção das práticas e na orientação das experiências de uso vivenciadas. Experiências que se manifestam por meio das normatizações oriundas dos contextos de significação (mas que também produzem normatizações) e, conseqüentemente, das redes interacionais nas quais os indivíduos se inserem. Assim, nesse cotidiano, em suas realidades, emerge uma ética própria, contingente aos seus contextos de produção.

Por isso, considera-se que o foco no contexto implica em uma possibilidade teórica de abarcar a circularidade do saber, considerando que retoma uma unidade de produção de sentidos, sem torná-la estagnada a um grupo ou população.

2.4 Contextos de uso e produção de sentidos contingentes: as representações sociais como meio de construção da realidade

Para Morin e Apostolidis (2002), o contexto se define como um sistema de interpretação situado num espaço de negociação e trocas. Apresenta-se como uma matriz de interpretação e, portanto, epistêmica. Mas, também, deve ser analisado considerando sua dimensão temporal e situacional, pois se constitui no encontro com o outro, na relação do sujeito com a alteridade.

A ênfase dessa produção ocorre em sua fluidez interacional, em uma matriz de sentidos decorrentes das representações que se constroem e se difundem, sempre circunscrito a contextos específicos de pertencimento. Dessa forma, aponta-se o contexto como um campo ético-epistêmico-ontológico. Ético porque prescreve um conjunto de hábitos e práticas que conformam estilos de vida válidos, diante da realidade culturalmente delimitada. Epistêmico na perspectiva de dotar sentido à realidade, com saberes produzidos no encontro com o outro, na interação e no cotidiano. E ontológico devido a possibilidade de fazer emergir tipos de existência, modos de ser contingentes. Assim, é um fenômeno estabelecido em meio às redes de interação de referência dos indivíduos e que delimita as possibilidades de ser, agir e conhecer. Trata-se da interação conformada na complexidade das relações que o sujeito se vincula. São redes de saber, campos de produção de subjetividade, espaços de emergência ontológica e ética. O contexto, portanto, define-se por atributos epistêmicos e interacionais (ACIOLI NETO, 2014).

Com o intuito de interpretar, nomear e definir os diferentes aspectos da realidade cotidiana se constroem representações sociais, o que possibilita a tomada de decisões e a possibilidade de se posicionar diante desse universo social (MOSCOVICI, 2003). Ao serem construídas, as representações passam a compor um repertório de significações, as quais os sujeitos podem utilizar para compreender e dar sentido ao mundo.

Nesse sentido, por representação social se define a elaboração de um objeto social pela comunidade com o propósito de comunicar e agir (MOSCOVICI, 1963; WAGNER, 1998). Contudo, para que esse objeto se diferencie e possa se caracterizar como uma representação social, alguns processos são necessários. Moscovici (2003) destaca a objetivação e a ancoragem como dois processos relacionados na construção das representações. A objetivação é o processo de tornar concreto aquilo que é abstrato. Ela traz o conceito não-familiar para o plano da realidade concreta. A ancoragem transforma algo desconhecido dentro do nosso “sistema particular de categorias” em algo acessível aos nossos conhecimentos, modificando a forma de perceber algo desconhecido transformando a estrutura de categorização dos conhecimentos para a inserção de um novo objeto em uma categoria preexistente. Todavia, essa inserção não necessariamente retira o caráter de estranheza do objeto. A familiarização tradicionalmente atribuída à ancoragem pode agir em sentido oposto, garantindo que a não-familiaridade permaneça e institua ao objeto o lugar do estranho (KALAMPALIKIS, 2009), da alteridade radical. Esse objeto de representação está implicado com os valores partilhados com os outros e que se concretizam na pertença a uma dada cultura (JOVCHELOVITCH, 2008), sendo incluso também o próprio Eu.

Assim, um objeto é qualquer entidade material, imaginária ou simbólica que as pessoas nomeiam, atribuindo características e valores e, conseqüentemente, tornando-se aptas a falar sobre ele, sendo sempre um objeto para um grupo, sociedade ou cultura (WAGNER, 1998).

Nessa perspectiva, as representações constituem uma realidade, um ambiente, ainda que simbólico, que formam sistemas de pensar e conhecer o mundo por meio de racionalidades contingentes, tornando o sentido sempre polissêmico. Essa realidade se estabelece pela rotina, pelo hábito (BERGER; LUCKMANN, 1996) e as reações que sucedem os acontecimentos cotidianos, as respostas aos estímulos, relacionam-se à determinada definição, comum aos indivíduos que pertencem a uma rede interacional, um dado contexto (MOSCOVICI, 2003). De acordo com Velho (1981), as representações produzidas a respeito de determinado objeto remetem à constituição de um sistema normativo, uma ordem moral, delimitando fronteiras

simbólicas. Essa delimitação constrói campos epistêmico-ontológicos que situam modos de ser e agir no mundo (ACIOLI NETO, 2014).

Desse modo, a realidade, o cotidiano, apresenta-se como um conjunto de objetivações, uma rede constituída por uma ordem de sentidos que foram designados como tais por meio da interação entre os indivíduos de uma dada cultura. Essas objetivações são significadas pela linguagem, em processos representacionais, os quais se constituem enquanto um repositório objetivo de vastas acumulações de significados e experiências que pode, então, preservar-se no tempo e transmitir-se às gerações seguintes. Dessa forma, elas constituem um *ethos*, um sistema normativo, uma dimensão ética que deve ser considerada (JOVCHELOVITCH, 2008; MARKOVÁ, 2013), instituindo essa trama de sentidos como regimes de verdade (FOUCAULT, 1995).

E de onde emergem as singularidades? Como explicar as condutas divergentes ao padrão estabelecido por essa ordem moral, por esse contexto do *ethos*?

2.5 A dimensão ética nos processos de significação: prescrição, responsabilidade e escolha

A escolha de análise da dimensão ética das representações se sustenta na concepção de que o plano da realidade em que tais fenômenos se instituem é marcadamente um processo de construção de sentido para a vida. Nessa perspectiva, o grande problema da vida é que ela faça sentido. É necessário esclarecer que a referência à ética possui um sentido etimológico que não se distingue de moral. A palavra ética provém do substantivo *ethos*, que constitui uma transliteração de dois vocábulos gregos: *éthos* e *êthos*. O *éthos* designa, em primeiro lugar, a morada dos homens e dos animais. É dessa significação que se origina a noção do *êthos* como costume, estilo de vida e ação. Em contrapartida, *êthos* se refere primordialmente ao processo de constituição do hábito como disposição estável para agir, que decorre do exercício dos atos. A partir daí, passa a significar o caráter pessoal como um padrão relativamente constante de disposições morais, afetivas, comportamentais e intelectivas de um indivíduo. O termo moral, derivado do latim *mos*, foi uma tradução do vocábulo grego *ethos*. Nesse sentido, os termos 'moral' e 'ética' designam, portanto, o mesmo campo de fenômenos e o mesmo domínio de reflexão: são sinônimos (GONTIJO, 2006).

Contudo, como afirma La Taille (2006), apesar da origem etimológica comum entre os termos ética e moral, é possível traçar um ponto de distinção entre os dois conceitos.

O plano ético se conforma na busca de sentido para a vida, configurando-se a partir dos inúmeros sentidos atribuídos aos modos de inserção dos sujeitos na realidade. Nesse processo, a moral se caracteriza pelo sentimento de obrigatoriedade vivido pelos sujeitos inseridos em um dado contexto: ela ordena. A moral rege as ações pelo efeito coercitivo dos sentidos partilhados culturalmente, mas somente em consonância com o posicionamento desse sujeito em sua inserção no mundo, com um direcionamento ocasionado pela pergunta: como viver? É a busca pela realização da vida (LA TAILLE, 2006).

É por convenção que reservarei o termo ética para a busca (visée) de uma vida realizada (accomplie) e o de moral para a articulação dessa busca com normas caracterizadas ao mesmo tempo pela pretensão à universalidade e por um efeito de coação (p. 200).

Assim sendo, a moral se localiza inserida na ética, pois para responder à pergunta “como viver?” é necessário se questionar sobre o lugar dos deveres. Ao se questionar previamente “o que devo fazer?” ainda não se soluciona o problema do modo de viver (COMTE-SPONVILLE; FERRY, 1998). Por isso, a compreensão das condutas individuais se encontra coadunada com a perspectiva ética e, conseqüentemente, moral adotada por tais sujeitos.

Se o grande problema da vida é ela fazer sentido, deduz-se que a moral, ela mesma, e as obrigações dela derivadas, devem também fazer sentido. A questão do sentido é incontornável no plano moral, e certamente não é por acaso que a anomia moral, ou o ‘crepúsculo do dever’, diagnosticados atualmente, são contemporâneos das dificuldades de encontrar um sentido para a vida e, logo, para as ações (LA TAILLE, 2006, p 29).

A partir dessa diferenciação, nota-se a abrangência do conceito de *ethos* com o plano moral e ético. O *ethos* configura o espaço de interações sociais, sendo dado aos sujeitos, mas sempre um processo de construção e reconstrução. Como afirma Vaz (2000), a morada do *ethos* nunca está terminada e esse inacabamento é fundamento de sua possibilidade de existência. O *ethos*, portanto, estabelece costumes, disposições culturais estáveis. Diz respeito

a um conjunto de hábitos e práticas que conformam um modo de agir diante da realidade culturalmente delimitada (GEERTZ, 1973), uma matriz normativa, com regras socialmente aceitas e partilhadas.

Tais regras, portanto, são convencionais e promovem uma regularidade, possuindo um papel legitimador na validação de certas práticas (MARCONDES, 2006). É por meio dessas convenções que o significado se torna público e partilhado, permitindo a negociação das diferenças representacionais e interpretativas (BRUNER, 1997). E, por isso, ancora-se nos costumes, na cultura, constituindo-se enquanto sistema normativo, mas ao mesmo tempo diz respeito à capacidade de lidar, negociar com essa normatividade. Assim sendo, toda cultura se constitui em um *ethos*, com valores concernentes às orientações para a ação.

Essas convenções são perpassadas por normas (valores e regras de conduta) e práticas (rituais, modos de vida) que constituem controles sociais informais, desenvolvendo um repertório de práticas possíveis em um contexto, como, por exemplo, o padrão de consumo de uma droga. São essas normatizações que indicam quais substâncias podem ser usadas e em que circunstâncias, podendo ser informais e partilhadas em uma rede interacional ou formalizadas por legislação (ZINBERG, 1984).

Ao se convencionalizar como lei, os costumes assinalam a emergência definitiva de um modelo universal, como abrigo seguro da liberdade de escolha. É pelo “aprisionamento” simbólico que se institui a liberdade, a possibilidade de saber os limites e alcances de suas ações. Asseguram-se com a lei, as ordenações sociais constitutivas do Estado, conformando a esse processo o agenciamento político ou disposição para o exercício da liberdade entre os sujeitos que se inserem nessa realidade (VAZ, 2000).

Contudo, não é apenas pela regularidade legislativa que se conforma o controle social, que se determina também, e principalmente, pelas regras e condições de uso características de contextos específicos, nos quais o significado se constitui (MARCONDES, 2000). Assim sendo, não se pode restringir a eficácia normativa e as estratégias de controle apenas ao poder jurídico-legislativo. Foucault (2005) alerta para esse fenômeno ao abordar a noção de sociedade de normalização, concebendo incabível a legitimidade do poder se conformar plenamente a modalidades determinadas pelo Estado. A norma, nesse sentido, é construída no âmbito relacional, nas microculturas com suas regras e significações particulares, através de tecnologias disciplinares e da biopolítica: o poder se efetiva nas “capilaridades” (FOUCAULT, 2005).

Dessa forma, a norma atua como mediadora entre os planos moral e ético, regulando as ações no âmbito social a partir da delimitação dos sentidos que esses sujeitos configuram às suas vidas. Nesse processo, deve ser destacado o componente afetivo, responsável pela modulação dessa inserção sociocultural. Como destaca Röttger-Rössler (2008), os sentimentos se instituem em uma relação com as contingências específicas do meio cultural em que o sujeito se insere, desempenhando um papel de modulação afetiva das normas de conduta (RÖTTGER-RÖSSLER, 2008; LANE, 1995).

Nesse sentido, a eficácia simbólica dessas experiências possui um palco, um cenário que permite sua manifestação: as emoções, as expressões afetivas. É por meio da efervescência dos afetos que o sujeito se situa em uma prática ritual, que ela adquire sentido. No transcorrer da sequencialidade de gestos e atos, são as emoções que emanam da relação intersubjetiva, contagiando os participantes dessa prática (WALLON, 1986). É pelo afeto que a realidade se torna “pertencida”. Essa dimensão do “sentido”, do experienciado, diz respeito a um contágio pela emoção (WALLON, 1986), pela expressão afetiva do momento ao mesmo tempo em que ocorre uma tomada de consciência de sua subjetividade, dos aspectos mais particulares de sua identidade.

Por outro lado, propicia um processo de “experimentação” do mundo e sobre o mundo, participando ativamente da construção da realidade, por meio de padrões estabelecidos pela cultura em que esse sujeito se insere. Por isso, mesmo sendo um fenômeno de caráter idiossincrático, a experiência é marcada pelos aspectos sociais de sua enunciação e comunicação, por sua capacidade de ser expressiva socialmente (JODELET, 2005).

Parte-se do pressuposto desse sujeito, dessa unidade do Eu como um conjunto de representações de si. Essas representações não necessitam ser correspondentes ao modo como essa pessoa é ou como ela é concebida pelos outros, mas ao que ela estabelece enquanto identificação de si. Isso não significa que elas se estabelecem no vácuo social, pois como afirmam Berger e Luckmann (1996), a identidade é objetivamente atribuída e subjetivamente apropriada. São representações por contemplarem um conjunto e não um autoconceito unitário, mas muitas vezes conflitivas ou contraditórias. Essas representações de si são sempre de valor, entendido como investimento afetivo (LA TAILLE, 2006).

A pertença dos sujeitos em seus contextos interacionais constitui um elemento crucial na formação de suas identidades. Esse sentimento de pertencer a uma rede interacional social delimita os modos de agir no mundo, destacando as características que tipificam suas

existências e experiências no meio social. Como destacam Deschamps e Moliner (2007), a identidade pode ser concebida a partir de dois aspectos: sua inserção social e outra mais idiossincrática. A identidade social diz respeito a um duplo sentimento. Por um lado de semelhança com alguns outros e, por outro, de diferença, desses mesmos outros.

Nesse sentido, é um sentimento dinâmico que tem como sustentação as “diretrizes” partilhadas em suas realidades, por meio das representações que organizam e orientam esses contextos. O ponto de partida é a interdependência do *eu* e *outro*, pois se trata de uma forma dialógica de construção do mundo, em que esses dois elementos formam uma base indissociável. A característica fundamental das representações sociais é seu direcionamento sempre a um *outro* ou *outros* (JOVCHELOVITCH, 1998).

Assim, as representações sociais desempenham um papel de criar padrões ontológicos que criam certos aspectos performáticos que são incorporados aos modos de ser e agir, cumprindo papel normativo. Inclusive no aspecto performático dos afetos e sentimentos. Afetos e/ou sentimentos atuam no desempenho de papéis sociais. Os sentimentos criam o cenário que estabelece a pertença. Ao se encontrar com o outro os sentimentos fogem daquilo que é “obrigatório expressar”.

Esse caráter performático das práticas sociais se desenvolve em uma relação dialógica com a realidade, com esse mundo e suas representações (JOVCHELOVITCH, 2008). Dessa maneira, constroem-se representações sociais cujos conteúdos não só expressam, mas produzem as relações que se estabelece com os outros em contextos específicos (JODELET, 1984). A entrada do sujeito na rede de significados, que constitui a cultura, ocorre na interação com os outros e remete à incorporação dos valores partilhados por seus membros, situando-o enquanto pertencente desse contexto (BRUNER, 1997). Parte-se da pertença, não do saber, que depende do contexto e se enraíza em um modo de vida (JOVCHELOVITCH, 2008). Os valores são inerentes ao empenho nesses modos de vida, os quais na sua complexa interação constituem a cultura. Esse empenhamento não é apenas uma preferência, é uma crença, uma ontologia. Devido sua dependência dos significados, assim como dos procedimentos de interpretação e negociação compartilhados, os valores subjacentes a um modo de vida são incorporados na identidade de cada um e, ao mesmo tempo, situam-no na cultura (BRUNER, 1997).

Segundo Jodelet (2001), as representações sociais são criadas pela necessidade de saber como se ajustar, se comportar no mundo, dominando-lhe física ou intelectualmente,

assim como identificar e resolver os problemas que se apresentam: “sempre há necessidade de estarmos informados sobre o mundo à nossa volta” (Jodelet, 2001, p. 17). Esse mundo é partilhado com os outros, que nos servem de apoio (de forma convergente ou pelo conflito) para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo.

Deve-se destacar que apesar dessa dimensão afetiva ser pouco estudada, as representações sociais são marcadas por cargas afetivas, as quais não podem ser consideradas meros epifenômenos. As emoções e afetos não são aspectos exclusivos da vida privada subjetiva. Essas emoções vividas em situação de interação coletiva (intersubjetiva) influenciam na elaboração de representações. É o que Rimé (1993) denomina de partilha social das emoções. A partir do momento em que os indivíduos produzem uma avaliação do objeto de representação, ou de alguns de seus aspectos, pode-se dizer que uma dimensão afetiva é ativada, dentro de um raciocínio do tipo “isto me agrada” ou “isto não me agrada” (CAMPOS; ROUQUETTE, 2003).

Os elementos de uma representação são, dentro de situações sociais específicas, impregnados por uma carga afetivo-emocional, que varia segundo as características de cada elemento, a natureza social do objeto, a natureza da relação dos sujeitos com este mesmo objeto e as características conjunturais da situação. Estas cognições atualizam a experiência emocional, que foi concretamente percebida pelos “sujeitos em ação”. Por isso, sendo resultado de uma partilha histórica de valores (ABRIC, 2002) e responsável pela gestão do significado do conjunto da representação, seria também o resultado da partilha histórica das emoções associadas aos valores e práticas desenvolvidas (CAMPOS; ROUQUETTE, 2003). O sentimento de pertença a uma categoria e não a outra faz com que se produzam diferentes representações de um mesmo objeto, devido à vinculação identitária correspondente a essa pertença (SOUZA; CAMARGO, 2002).

Concebe-se que esses saberes instituem regimes de verdade, cujos efeitos não se materializam em uma ordem abstrata, mas na circularidade dos enunciados, das representações e das experiências dos sujeitos. As representações sociais, portanto, criam a realidade e possuem efeitos de poder, caracterizando-se por ser uma forma dialógica gerada na interação com o outro pelas inter-relações eu/outro/objeto-mundo (JOVCHELOVITCH, 2008), a partir de outras representações (MOSCOVICI, 1994) e atuando enquanto princípio organizador das relações simbólicas (DOISE, 2002).

Mas, essa construção tem como agentes produtores os sujeitos que se inserem em um dado contexto cultural. É por meio das representações construídas nesses contextos de pertença que os sujeitos criam a realidade, ao mesmo tempo que emergem dela. Nesse sentido, a inserção do sujeito em redes interacionais que legitimam o consumo de crack o coloca na posição de se apropriar das particularidades que constituem essa prática, mas em um processo ativo de elaboração e reelaboração. É um processo de elaboração de sentidos, de efeitos, de modos de ser e agir e que se inicia por sua participação nas experiências vividas.

De acordo com Jodelet (2005), a experiência pode ser definida como o modo como uma pessoa sente uma situação, em seu foro íntimo, em um caráter idiossincrático, subjetivo. Como destaca Bourdieu (1994), por meio da participação contínua e rotineira em suas realidades sociais, os sujeitos adquirem atributos para compreender e agir de modos específicos, circunscritos culturalmente. Conforma-se, portanto, em um ato de iniciação, um rito. A vida cotidiana é marcada por rituais, que são sistemas culturais de comunicação simbólica. Eles se constituem por sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, expressos por diversos meios. Essas sequências têm conteúdo e arranjo caracterizados por graus variados de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição) (PEIRANO, 2003).

Os rituais servem para dar suporte e simbolizar as normas. “Cerveja em encontro com amigos”, “maconha em shows”, “vinho em pequenas reuniões”. Contudo, a existência dessas normas e rituais não implica, necessariamente, que elas serão eficazes: nem todos se tornam um mecanismo de controle (ZINBERG, 1984).

Esse traço afetivo possui relevância ao se considerar que a experiência de consumir crack é revestida em uma matriz de significados culturalmente estabelecidos, mas que somente se consolida enquanto uma prática social na imersão do sujeito nos rituais de uso. O ponto fundamental nesse processo é que ao participar de um ato ritualístico, o sujeito vai sendo carregado por uma carga afetiva que se constrói a cada etapa. A ação performática do ritual inclui uma série de eventos que vão fazendo emergir o momento, a experiência, com um teor afetivo. Ela cria a experiência e a transforma em algo único para aquele sujeito. A apropriação daquele momento, as significações construídas e as representações decorrentes terminam por serem evocadas por meio desses traços afetivos que incorporaram esse objeto socialmente elaborado, negociado e partilhado.

Por isso, o posicionamento dos usuários em relação ao crack se desenvolve em

conformidade com o seu contexto de inserção, que se configura como realidade social, dotada de conjuntos de normas que regem as relações sociais, mas também pela elaboração de um objeto afetivo. Assim, adquire a forma de verdade, regime de verdade que possui papel de ordenação normativa, definindo o correto e o incorreto, bom ou mau, estabelecendo uma moral, por meio da qual o indivíduo se constrói e se insere socialmente (FOUCAULT, 1994).

Desse modo, os questionamentos persistem: como e por que o sujeito se apropria de determinadas representações e como elas adquirem eficácia simbólica para dar sentido a tais experiências? Como os processos de significação constroem e legitimam a capacidade ética de fazer escolhas diante de sistemas normativos? De que modo o sujeito se posiciona de modo a atuar conforme sua capacidade de escolha diante desse aparato normativo informal e qual o papel dos afetos nesse processo?

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar os processos de significação relacionados ao uso de crack no Brasil, a partir de dimensões macro e microssociais.

3.2 Objetivos específicos

- a) Investigar como o crack e seus usuários se instituem enquanto objetos de ameaça social e produzem sistemas normativos;
- b) Analisar o modo como essas representações circulam em diferentes campos (canais midiáticos, legislação) e períodos históricos;
- c) Investigar os contextos de significação relacionados ao crack, buscando compreender que representações e padrões normativos embasam essa prática social;
- d) Analisar os processos interacionais e identitários relacionados às experiências de uso do crack;
- e) Identificar que processos psicossociais constroem e legitimam a dimensão ética dos processos de significação.

4 MÉTODO

Com esses objetivos realizou-se um trabalho com referencial plurimetodológico, com ênfase na abordagem qualitativa que se desdobrou em três estudos diferentes. A escolha desse tipo de pesquisa como meio de estudar o assunto ocorre pela possibilidade de análise dos significados e seus processos de constituição no cotidiano e nas circunstâncias de formação, através do diálogo com os atores sociais envolvidos. Parte-se do pressuposto que esse diálogo é emblemático do modo como as representações se constroem no cotidiano, funcionando como caminho para acessar a cultura de certo grupo. Para acessar essa experiência deve-se valorizar a linguagem comum e o uso concreto dos significados como a principal instância de investigação, pois a partir do uso, a representação constitui convenções, regularidades, originadas dialogicamente nas práticas sociais e que se tornam legitimadas enquanto repositório cultural de determinados grupos (JOVCHELOVITCH, 2008).

Como afirmam Bauer, Gaskell e Allum (2007), a abrangência dos acontecimentos sociais não pode se restringir a apenas um método, por isso, torna-se necessário considerar um pluralismo metodológico como uma necessidade e o processo de pesquisa e escolha entre uma abordagem quantitativa ou qualitativa é primariamente uma decisão sobre a geração de informações e métodos de análise.

Essa discussão remete diretamente ao modo como esse estudo foi construído e qual abordagem seria mais coerente para que ele possa ser efetuado. Como observa Holanda (2006), o tratamento das informações construídas em uma pesquisa qualitativa representa uma das primeiras dificuldades encontradas no delineamento de uma investigação relacionada com a análise da realidade social ou da subjetividade. Esse processo de análise, questionamento e compreensão desses fenômenos implica na busca de um modelo minimamente organizado que sirva como parâmetro a sua compreensão. Por isso, termina-se em um modelo de “codificação”, que não se separa completamente da perspectiva quantitativa (HOLANDA, 2006).

Entretanto, como afirmado anteriormente, devido à complexidade da realidade social, o processo de construção do conhecimento não deveria se limitar apenas a escolha entre uma abordagem, mas sim a utilização plurimetodológica, visando abarcar as distintas questões que se relacionam à pesquisa. Contudo, na prática existem inúmeras razões que impossibilitam o

alcance desse ideal, devendo se atentar aos vieses do pesquisador nesse delineamento (GÜNTHER, 2006).

4.1 Fontes

O conjunto de pesquisas teve como fonte de dados: matérias dos jornais Folha de São Paulo, Folha da Manhã e Folha da Noite e legislação (leis, políticas, portarias, etc.) sobre o crack e a participação de usuários de crack. Em cada estudo serão detalhadas a forma de obtenção dos dados, os instrumentos e os procedimentos de coleta e análise.

4.2 Instrumentos e procedimentos de coleta

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, essa pesquisa foi desenvolvida em três estudos, apresentados de modo geral a seguir, nos quais serão expostos os instrumentos e procedimentos de coleta.

4.2.1 Pesquisa documental

Na primeira etapa da pesquisa foram coletados, em formato de texto, documentos relativos ao crack em jornais, revistas, produções científicas e legislação. Foi formado um *corpus* com esses documentos, a partir de coleta em plataformas virtuais e bibliotecas. Essa etapa teve como objetivo investigar as representações sociais construídas sobre o crack em diferentes campos de produção. Essa etapa contou com dois momentos: análise da imprensa e análise da legislação.

No primeiro momento foram analisados 13 documentos que compõem a legislação em vigência sobre drogas no Brasil: Política Nacional sobre Drogas (PNAD); Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (PMSAD); Lei Nº 11.705/2008; Lei 11.754/2008; Lei Nº 11.343/2006; Lei 10.216/2001; Lei Nº 9.099/1995; Decreto Nº 7.179/2010; Decreto Nº 5.912/2006; Decreto Nº 6.117/2007; Decreto Nº 6.488/2008; Decreto Nº 6.489/2008; e Portaria Nº 131/2012.

As informações foram coletadas digitalmente nas plataformas do Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas (OBID), da Secretaria Nacional Sobre Drogas (SENAD) e da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A partir desses documentos realizou-se inicialmente uma Análise Temática de Conteúdo dos discursos sobre drogas presentes na legislação e, em seguida, buscou-se investigar o modo como tais documentos representam as drogas e seus usuários, verificando o atravessamento desses conceitos em relação aos marcadores “pobreza” e “raça”.

Ao mesmo tempo, realizou-se uma análise das representações sociais sobre o crack na imprensa brasileira e em um resultado preliminar foi a similaridade dessas representações com o modo como a maconha ou o álcool eram apresentados em diferentes momentos históricos. Nesse sentido, a análise dos jornais contou com um estudo comparativo de matérias sobre o álcool na década de 1920, matérias sobre a maconha das décadas de 1920 a 1970 e matérias sobre o crack desde o seu surgimento em 1985 a 2014. As duas drogas foram identificadas como pertencendo ao mesmo modo de apresentação do crack. Outras drogas tiveram associação com a periculosidade e violência também, mas não com a dimensão alcançada por essas duas. Nesse sentido, as representações dessas drogas em distintos momentos históricos possuem similaridades, parecendo exercer função de controle e exclusão social.

4.2.2 Grupo focal

Nessa etapa, foram realizados três grupos focais com usuários de crack, tentando resgatar diferentes discursos sobre a experiência de viver em um contexto de pobreza e de desigualdade. O grupo focal tem sido utilizado de modo extensivo nas pesquisas sobre representações sociais, considerando que se configura como uma estratégia metodológica que possibilita analisar os significados partilhados por um grupo e a negociação dos sentidos, no próprio contexto interacional do diálogo (GALINKIN; ALMEIDA; ANCHIETA, 2012).

Banchs (2005) defende que os grupos focais são estratégias que merecem ser destacadas nesse campo por permitirem conhecer conteúdos discursivos específicos de um grupo e o modo como se organizam as representações de um dado objeto social. Torna-se um meio de analisar os processos de construção imbricados.

O procedimento de condução do grupo consiste em propor um tema de discussão. Não se trata da realização de perguntas, mas a estimulação ao debate. Nesse sentido, a técnica possibilita o aprofundamento de alguns aspectos relativos ao processo de construção das representações e seus elementos simbólicos, cognitivos, afetivos, atitudinais e sociais.

Os usuários foram contatados a partir de indicação das equipes dos serviços da rede de saúde e assistência social. O grupo foi constituído de alguns tópicos para estimular a conversação: a pobreza, a relação com a desigualdade e a experiência de ser usuário de crack na sociedade brasileira.

Algumas dificuldades da observação decorrem do fato desse processo ser construído em conjunto entre o observador e os sujeitos observados. Por isso, a importância de se habituar nessa realidade de modo a amenizar fatores de estranhamento e se sensibilizar às particularidades desse contexto, construindo confiança e vínculo com os indivíduos pertencentes.

4.3 Procedimentos de análise

Para a análise das informações obtidas pelos diversos métodos utilizados, será realizada Análise Temática de Conteúdo das informações obtidas, a qual pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise voltadas à descrição dos conteúdos imersos nas comunicações e que permite inferir conhecimentos relativos às condições de produção e transmissão desses conhecimentos, através do desmembramento do texto em categorias, seguidas de um reagrupamento por analogias e visa realizar inferências sobre as condições de produção de determinadas mensagens e seus efeitos em dada realidade. Isso implica, por exemplo, considerar não só o conteúdo manifesto, mas a ausência de determinadas características nas comunicações (BARDIN, 1977).

Deve ser destacado que a Análise de Conteúdo (AC) não se limita apenas aos conteúdos, à materialidade linguística das condições empíricas do texto, tal qual defendem Caregnato e Mutti (2006). Assim como a Análise do Discurso, a AC pode (e deve) aprofundar questões relacionadas à construção do sentido, situando os contextos de produção de tais realidades e seus processos de significação contingentes. Nesse sentido, ambas as abordagens analíticas compartilham de uma rejeição de uma noção realista da linguagem como reflexo

neutro ou pura descrição da realidade. As duas situam a linguagem como uma construção social (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

4.4 Considerações éticas

O estudo está conformado às regras do Conselho Nacional de Saúde (CNS), através da Resolução N° 466 (BRASIL, 2012), que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Essa pesquisa foi realizada após a Anuência do Programa Atitude (ANEXO A) e da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (CEP- UFPE) (ANEXO B) – CAAE: 44733615.9.0000.5208.

5 ESTUDO 1 – ANÁLISE DA IMPRENSA

5.1 Introdução

Esse estudo teve como objetivo analisar o processo histórico de construção da droga enquanto um objeto social. Buscou-se investigar o modo como em diferentes períodos distintos objetos foram designados com essa terminologia e quais os sentidos ativados ao se adequar a essa representação. Nesse sentido, os marcos para a seleção de tais objetos foi o caráter de polêmica social criado na época, sendo selecionados: o álcool, a maconha e o crack.

A análise foi realizada a partir das representações difundidas na imprensa, considerando o papel crucial que esse veículo midiático possui para a compreensão das representações sociais. Por meio da mídia, pode-se verificar o modo como diferentes objetos sociais são compartilhados socialmente. Os jornais expressam essas representações cotidianas, mas também possuem um papel ativo de influência na construção das mesmas. É uma via de mão dupla. Entretanto, enquanto construtor ou reprodutor do imaginário social, apresenta aspectos que fundamentam a realidade compartilhada.

Como destaca Resende (2007), os canais midiáticos se constroem em um processo de correlação de forças com vários campos sociais (políticos, econômicos, culturais, religiosos), assumindo a tarefa de comunicar sobre e para a sociedade acerca de todas essas instâncias. De modo mais abrangente, pode-se indicar que a mídia possui uma inserção onipresente no âmbito societal brasileiro, penetrando em todas as esferas sociais.

No entanto, deve ser salientado que as informações difundidas pela mídia nunca são imparciais. Os meios de comunicação atuam como mecanismos de expansão e veiculação de mensagens com a finalidade de garantir a manutenção de modos específicos de ser e agir, corroborando, muitas vezes, com os interesses dos conglomerados midiáticos e dos demais setores produtivos (VICENTE, 2006). Diante desses aspectos, pode-se afirmar que a mídia também constrói realidades (GUARESCHI, 2007), não se limitando a reproduzir as ocorrências da sociedade. Em contrapartida, as informações definidas no repertório de um veículo midiático não se restringem apenas por tais interesses. A audiência também é um fator decisivo. É a aceitação ou rejeição do público que também orienta os conteúdos que devem

ser difundidos pela imprensa (MOSCOVICI, 2012). É nesse aspecto que essas realidades adquirem sentido, reproduzindo ou produzindo representações sociais.

5.2 Método

5.2.1 Fontes

Esse estudo se caracteriza como uma pesquisa documental, na qual foram utilizadas 4.223 matérias dos jornais Folha da Manhã, Folha da Noite e Folha de São Paulo, a respeito do álcool, maconha e crack.

5.2.2 Procedimentos de coleta

A coleta foi realizada através do banco de dados online do Acervo Folha. Para isso, fez-se uso dos descritores: álcool (962 matérias, toda a década de 1920); maconha, cannabis, cannabís, cânhamo (1760 matérias, compreendendo as décadas de 1930 a 1960) e crack (1501 matérias, de 1985 a 2005). Essas épocas foram selecionadas a partir de alguns eventos marcantes em cada período. O álcool, nos anos 1920, foi objeto de repressão governamental, nos Estados Unidos, sendo possível observar os reflexos dessa política no Brasil, o que se passa com a maconha, na década de 1930. O crack, foi analisado desde o seu surgimento na imprensa brasileira (a primeira matéria sobre a droga é do ano de 1985) até a implementação da Política Nacional sobre Drogas (2004), que instituiu a redução de danos como intervenção adequada aos usuários, acarretando mudanças evidentes no modo como a maconha é representada (reduzindo danos ao crack).

A Folha de São Paulo foi selecionada por se caracterizar como um dos jornais de mais ampla circulação no Brasil. A partir da década de 1960, esse canal midiático passou a substituir a Folha da Manhã, a Folha da Tarde e a Folha da Noite. Entretanto, devido a indisponibilidade da Folha da Tarde no Acervo Folha, esse jornal não foi incluído na análise.

Após a coleta, foi realizada uma pré-análise das matérias, que foram organizadas em uma planilha, sendo descartadas aquelas em que o descritor aparecia, mas não se relacionava

com o tema ‘droga’ (crack de futebol, álcool combustível, fibras de cânhamo). Com isso, os documentos selecionados foram reduzidos a 196 relativas ao álcool, 1.034 referentes à maconha e 315 a respeito do crack, totalizando 1.545 matérias.

5.3 Resultados e Discussão

A partir da análise das matérias selecionadas, foi realizada uma categorização, na qual se destacaram os atributos que apareciam em comum e que organizavam os discursos dos jornais a respeito do álcool, da maconha e do crack. Com isso, identificou-se quais elementos davam sentido ao objeto social “droga”.

Nessa perspectiva, a característica central que define todas as drogas analisadas nos distintos momentos históricos é o binômio risco-controle social que ela apresenta. Esse risco se constitui a partir de três componentes: 1) seus usuários; 2) os efeitos que ela produz, sejam sociais ou orgânicos; e 3) pelo contexto de uso, marcadamente evidenciado pela decadência. Assim, o controle social se justifica pelo risco que a droga oferece e, concomitantemente, dá sentido a tais ameaças. Existe uma relação de complementariedade entre esses dois elementos da representação.

Além disso, destacou-se na análise realizada uma caracterização bastante distinta entre as representações de gênero, ao se investigar as matérias relacionadas com o crack. Usuárias de crack possuíam uma marcação bem específica, definida a partir de duas categorias distintas que organizam os discursos analisados, denominados: 1) a prostituição como marcação das mulheres na cultura do crack; e 2) o desvirtuamento da mulher em sua função de mãe. São esses casos emblemáticos que caracterizam as construções de gênero no âmbito do uso de crack apresentadas pelos jornais.

5.3.1 Risco social: ameaça, decadência e contágio

A droga se constitui como um risco aos usuários ao mesmo tempo em que os institui enquanto uma figura de ameaça social. Esse sujeito se caracteriza por se tornar violento, com suas competências éticas rebaixadas, passando a ser uma ameaça social por se envolver em ações criminosas, como assaltos, assassinatos, sempre decorrentes da ação da droga. Ao

consumir, o sujeito desenvolve uma relação de dependência, termo que se torna mais evidenciado com o crack, também aparecendo como toxicomania, doença ou vício, sendo essas últimas denominações mais típicas em relação à maconha e ao álcool. Os trechos abaixo ilustram esse caráter de ameaça.

Completamente transtornado pela maconha, José Bezerra da Silva (28 anos, solteiro, rua José de Almeida, 102) foi preso, na tarde de ontem, após violenta luta corporal com guarnições de 3 radiopatrulhas. O maconheiro sobre quem recaem suspeitas de ter sido autor de um homicídio, achava-se na esquina da rua Solon com rua dos Italianos, ameaçando várias pessoas com uma faca (Folha de São Paulo, Primeiro caderno, 26/11/1963).

Em São Mateus, a maioria dos viciados é pobre, mas tem casa e família. Estudam e trabalham. Eles entram na marginalidade ao adquirir o vício. Meninos de 9 a 17 anos largam os estudos e desaparecem de casa. Passam a furtar e roubar para comprar a droga, e a morar juntos em pequenos barracos. (...) O crack leva as pessoas à delinquência, da mesma forma que a maconha e a cocaína sempre levaram (Folha de São Paulo, Cotidiano, 25/05/1992).

Assim, fica evidente o caráter de periculosidade que o usuário adquire e a relação de sua ameaça com os efeitos que a droga produz. Ao estereotipar o usuário como um doente violento, suas ações passam a ser descritas como algo que vai além do delito que cometeu, tornando-as como parte de sua “essência”, de seu modo de ser. Observa-se nessas matérias um desdobramento dos elementos na mesma cena. O discurso se caracteriza pelo duplo sentido que cria, possibilitando velar significados em torno de certas ambivalências (FOUCAULT, 2010). A droga, com isso, é objetivada como a própria violência.

Dessa forma, a mídia desempenha um importante papel na construção e reconstrução dos estereótipos. No processo de criação e fortalecimento desses estereótipos, os meios de comunicação evidenciam uma característica típica de uma pessoa e de um grupo, estendendo-a às demais pessoas de uma comunidade. Com isso, o sujeito que consome a droga se converte, através do discurso, na expressão tangível do terror, oscilando entre a vítima e o algoz. Demoniza-se um problema ocultando outros (OLMO, 1990).

É por meio da polêmica, do pânico social, que as drogas se instauram como um mal da sociedade. Configuram-se, por meio do discurso midiático, por seu caráter epidêmico, contagiante. É a decadência de seus usuários que se sobressai como mote de preocupação pública. A degeneração do sujeito acarreta um risco à ordem social. Esses aspectos se

destacam nas matérias abaixo, a respeito do álcool, da maconha e do crack: três drogas com características farmacológicas bastante distintas, mas sempre tratadas da mesma forma.

Na primeira matéria, o álcool, na década de 1920, apresentado como o “maior flagelo da humanidade”, é comparado com a peste, com a fome e com a guerra e adquire a tipificação de ocasionar mais danos sociais que esses eventos. Além disso, define-se como uma droga que se envolve diretamente com a prática de crimes e desencadeia em seus usuários a loucura e a degradação física.

Folha da Noite

A semana anti-alcoolica

Uma iniciativa da Liga Paulista de Hygiene Mental

«O ALCOOL E' O MAIOR FLAGELLO DA HUMANIDADE, PEIOR QUE TODAS AS DOENÇAS»

A proxima semana vai ser dedicada a uma campanha contra o uso de bebidas alcoolicas.

Meritoria, extraordinariamente sympathica, é por certo essa iniciativa da Liga Paulista de Hygiene Mental.

Nesse sentido, endereçando-se ao publico, dirige aquella sociedade o seguinte

MANIFESTO AO POVO BRASILEIRO

Não podia passar despercebido aos paulistas o grande movimento que se esboça por todo o territorio brasileiro, numa acção coordenada de esforços, visando combater o alcoolismo, que vae, aos poucos, minando a nossa população.

O grito de alarme partiu da Academia Nacional de Medicina, pela voz autorizada de um apostolo do bem, batalhador incansavel e patriota devotado, Miguel Couto, estibortou todos os brasileiros a cooperarem nessa cruzada benemerita.

Aos espiritos esclarecidos, aos corações bem formados, e todos aquellas que amecam pelo engrandecimento do Brasil, vimos hoje solicitar a cooperação nesta campanha, a mais patriótica talvez, dentro todas as que se têm realzado no nosso país.

Paulistas! Actuae junto ás pessoas irreflectidas ou ignorantes, que gradativamente se deixam minar pelas bebidas alcoolicas.

Fazei-lhes ver que estão contri-

doenças. Nenhuma hecatombe se lhe compara no numero de victimas que tem imposto ao genero humano.

Dr. A. Pacheco e Silva, presidente da Liga Paulista de Hygiene Mental.

todo o proposito, entre a gente do povo, torna muito consideraveis os efeitos do alcoolismo.

¶

O alcoolismo é uma letra de cambio sacada sobre a saude do

dia, ás vezes pelo caminho da prisão. — Afranio Peixoto.

¶

Dos suicidas 30 000 são alcoolistas. — Afranio Peixoto.

¶

O alcoolismo faz maior devastação que os tres flagellos historicos, fome, peste e guerra; mais que a fome, dizima; mais que a guerra, mata. Faz mais ainda do que matar, deshonra. — Gladstone.

¶

Dos criminosos encarcerados, 43 000 praticaram o crime sob influencia immediata do alcool. — Afranio Peixoto.

¶

A loucura alcoolica é um terço, e ás vezes mais, do total dos casos de alienação mental. — Afranio Peixoto.

¶

As nações que abusam do alcool perdem todos os dias uma batalha, em virtude da diminuição de nascimentos e da qualidade inferior dos homens. — Melick.

¶

O alcool diluido ou a aguardente ordinaria na dose de 100 grs. pôde matar uma criança de sete annos. — Afranio Peixoto.

¶

APPELO AS MUNICIPALIDADES



Folha da Noite, 12/10/1928

A segunda matéria alerta a população acerca do perigo de contágio da “planta que mata”, descrevendo a maconha pela toxicidade da droga e pela ameaça que seus efeitos produzem à sociedade. De acordo com a matéria, o “fumo do diabo” começa a se alastrar em São Paulo, apesar de ser amplamente utilizada no Nordeste (de onde é originária) e Rio de Janeiro. Desse modo, seus usuários podem sentir a embriaguez de diversos modos, ficando “prostrados”, animados ou agressivos e perigosos. Os “maconheiros” terminam sempre no hospício ou no sanatório dos tuberculosos e a maconha é descrita como mais prejudicial do que qualquer outro entorpecente, como a cocaína ou a morfina.

CUIDADO COM A MACONHA: É UM TOXICO PERIGOSISSIMO!

MAIS UM VICIO TERRIVEL AMEAÇA TOMAR CONTA DA CIDADE

Os morfíferos cigarros entram pelo porto de Santos e são vendidos a dez cruzeiros cada um – Na gira dos viciados são conhecidos por "fininho" e "baseado" – As maiores plantações estão nos sertões de Alagoas – No nordeste fumam obedecendo a um bizarro ritual – E muita gente anda por aí "barafinado" pelo toxico terrível

A maconha, a planta que mais cresce a São Paulo, já é conhecida há muito tempo, no pólo dos nativos, tirada pela civilização, deu origem à manobra assassina de Rio de Janeiro e agora, através do porto de Santos, entrou nesta Capital.

Existem vários nomes de terríveis cigarros enrolados em palha, diamante, fêmora, râmula, maconha, ou fumo de Angola.

Na gira dos viciados é conhecido por "fininho" e "baseado". É assim designado qualquer espécie de poltrona.

O habitual usuário tem o seu "habitué" principalmente em Sergipe e em Alagoas, duas plantações crescem, abundantes, nos municípios de União São João e União São João, no Estado de Pernambuco.

No século do norte já se fuma maconha há muitos anos. Não é nenhuma novidade. Porém a comercialização de maconha, especialmente suas folhas e sua fibra, desenvolveu-se...



A 1.a bafurada do cigarro de maconha...



No auge do vicio perigosissimo...

ções que de lá nos chegam, a maconha contém a grande quantidade de Coposabana, e tornou-se o vicio do meio. Ali, segundo recente estatística policial, mais de mil pessoas participam desse comércio.

AS TERRIVEIS CONSEQUÊNCIAS DA MACONHA

Dois médicos habilidosos, os doutores Pernambuco Filho e Andrade, de São Paulo, já escreveram a respeito da maconha, as lesões e impurezas, muitas observações que incluem a maior diversidade para que todos se acasaletem contra o vicio que anda espalhado pela cidade:

"Os viciados de maconha são os seguintes: tomados as primeiras bafuradas, o indivíduo apresenta os olhos vermelhos, os músculos da face contraídos dando ao rosto uma expressão estranha. A respiração, sempre com daltismo a princípio, torna-se difícil, dando um tipo peculiar de respiração depois, há uma grande agitação que toma...

Outros casam, gritam, correm, tornam-se agressivos e perigosos".

Essa maconhada, o retrato do viciado da maconha. A impressão é das mais dolorosas. Afirmação os ferimentos que o fumador maconheiro é, quase sempre, em seu aspecto, um verdadeiro do tuberculose. Características muito prejudiciais que se devem reconhecer, como sejam a coxite, a mielite e o neurastenia.

Devido pela polícia carioca, certo indivíduo, que pela primeira vez, fumava, recebeu notícias de seu estado. Chegou a ser levado para o hospital de São Paulo, onde recebeu tratamento, mas não conseguiu melhorar. Depois de muitos dias de tratamento, morreu.



Folha da Noite, 12/05/1947

Por fim, uma das primeiras matérias sobre o crack no país: "aterrissa no Brasil, em versão caseira, a droga mais sedutora, potente e mortal deste fim de século". Descrita como "química criminoso", o crack é apresentado como droga barata, extremamente forte, com um poder de destruição e dependência altíssimo. Os usuários praticam um consumo compulsivo, poucos meses após experimentar a droga, terminam abandonando tudo o que possuem, rompem seus vínculos sociais e demonstram sintomas como convulsões, perda de memória, paranoia, suicídio, além de comportamentos violentos. É um "bizarro ritual", tipificado por grupos marginalizados, advindos de uma região pobre e marcadamente situados pela raça e pobreza. A bizarrice parece ser muito mais um efeito das características desses sujeitos e de sua demarcação alteritária do que pela prática ritual.

Sedução do crack acha suas vítimas

ALVARO PEREIRA JÚNIOR
Especial para a Folha

Aterrissa no Brasil, em versão caseira, a droga mais sedutora, potente e mortal deste fim de século: o crack. A produção aqui ainda não bate a escala industrial em que a droga é fabricada nos Estados Unidos, mas essa versão fumável e devastadora da cocaína já contabiliza suas primeiras vítimas locais. O paulista identificado como Z, pensa em abandonar a "há um ano", mas não consegue nem tentar. Segundo Z, as principais bocas-de-fumo de São Paulo já oferecem crack.

Largar é difícil —o prazer que o crack induz resvala no indizível. "Fumar crack é como se todas as células de meu corpo tivessem um orgasmo ao mesmo tempo", contou um paciente da psicóloga norte-americana Anna Rose Childress (de Filadélfia, costa leste dos EUA) à revista "Chemical & Engineering News". Childress relata que alguns dependentes chegam a ejacular quando usam a droga, em alta entre os norte-americanos desde meados da década passada.

Segundo a teoria psicológica da recompensa, uma substância tem

Ter a base de coca livre e pura sempre foi um objetivo tão desejado quanto inalcançável para os dependentes. Só existia uma via química: misturar grandes quantidades de coca em pó com éter, em um processo complexo chamado "freebasing". Só que onde há éter há alto risco de explosão. Um acidente com "freebasing" quase matou o comediante americano Richard Pryor no início da década de 80.

O crack representa uma alternativa barata. O químico Frank não acha estranho que uma ideia quimicamente tão simples tenha demorado tantos anos para aparecer. "É tudo uma questão de mercado. Houve uma época, por exemplo, em que viciados em heroína não queriam a droga branca, pura. Preferiam uma versão marrom, contaminada, porque achavam que tinha mais efeito." Segundo esse raciocínio, o crack demorou a aparecer não por falta de criatividade química, mas por ausência de um público que o exigisse.

O crack paulista também é feito com bicarbonato de Z, acha que "a gente acaba batizando uma coisa que já estava batizada" (a coca



Usuário de crack consome a droga, depurada a partir da cocaína e em alta no país, na forma de cigarro

CRACK

Carla Torres Fôres

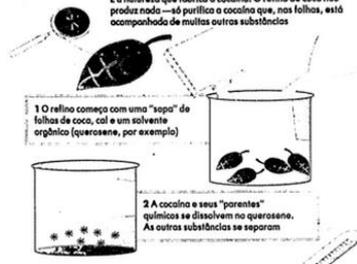
L.G. Paul Editora de Arte

Fomos em uma curruagem cujo custo dividimos. R. estava terrivelmente nervoso. Eu muito calmo com a ajuda de uma dose pequena de cocaína, embora seu sucesso estivesse garantido e eu tivesse razões para temer cometer alguma gafe. Fomos os primeiros convidados a chegar depois do jantar e (...) tivemos que esperar que as outras pessoas saíssem da sala de jantar (...). Mas aí elas vieram e nós ficamos debaixo do fogo: Senhor e Senhora Charcot, Senhorita Charcot, Senhor Léon Charcot, um Senhor Daudet, jovem sem atrativo, filho de Alphonse Daudet (...). Estas foram as minhas faanhas (ou, antes, as faanhas da cocaína), que me deixaram muito satisfeito.

Carta de Sigmund Freud à futura mulher, Marza Bernays, de 20.1.1886, extraída de "Correspondência de Amor", Ed. Nova Fronteira. Referência às reuniões na casa do médico parisiense Jean Martin Charcot (1825-1893), em cuja clínica Freud iniciou estudos da histeria.

A QUÍMICA CRIMINOSA, DA PLANTA À DROGA

É a natureza que fabrica a cocaína. O refino de coca não produz nada — só purifica a cocaína que, nos folhos, está acompanhada de muitas outras substâncias



Folha de São Paulo, 01/02/1991

As matérias seguem na mesma perspectiva, destacando que o envolvimento com a droga tornou possível a inserção do sujeito na criminalidade. O desdobramento da droga em violência ou decadência persiste em praticamente todas as matérias analisadas.

A Delegacia de Repressão à Vadiagem deteve há dias num ônibus da linha da Lapa, o menor L.A., que tentara furtar a carteira de um passageiro. Em seu poder foi encontrada maconha, e ele foi encaminhado à Delegacia de Costumes. Esse é um bom exemplo do que é capaz o maconheiro para conseguir a erva. O infeliz que se deixa dominar pelo vício, mais cedo ou mais tarde, torna-se um criminoso, disposto a roubar e matar para conseguir maconha (Folha da Manhã, 30/07/1955).

59% dos presos da Detenção usam drogas

Pesquisa DataFolha realizada no interior de um dos maiores presídios do mundo traça perfil inédito dos detentos

AURELIANO BIANCARELLI
Da Reportagem Local

A Folha começa a publicar hoje uma radiografia inédita de quem são, o que pensam e como vivem os 7,2 mil ocupantes da Casa de Detenção de São Paulo, um dos maiores presídios do mundo. Pela primeira vez, uma equipe de pesquisadores (20) entrou no presídio para fazer um levantamento estatístico e contábil da realidade dessa "cidade".

O DataFolha entrevistou 645 presos, o que corresponde a quase 10% da população do presídio. Descobriu-se que a maioria deles é paulistana ou do interior do Estado (58%), de cor branca (57%), casada ou amasiada (51%), mal sabe ler e escrever (76%) e estava trabalhando quando foi presa pela última vez (73%). Já 59% dos entrevistados disseram ter experimentado drogas alguma vez na vida. A maconha e o haxixe já foram ou são usados por 55% dos presos. A maioria (62%) disse que a droga apareceu em suas vidas antes do crime.

LEIA MAIS

Sobre a pesquisa na pág. 48

Maioria afirma que o vício veio antes do crime

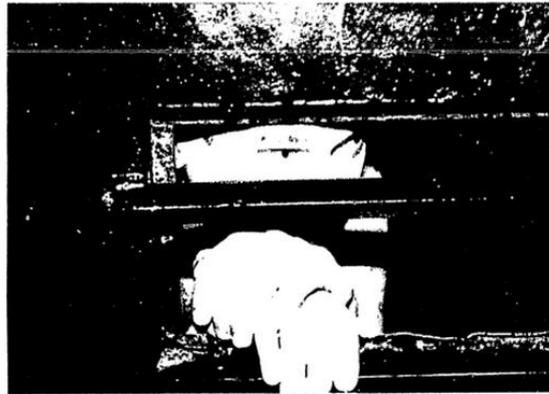
Da Reportagem Local

Quase 60% dos presos da Casa de Detenção de São Paulo disseram já ter se drogado alguma vez na vida. Menos de 15% deles admitiram ter experimentado a droga na cadeia. A maioria (62%) afirmou que a droga apareceu em suas vidas antes do

maconha. No domingo passado, outro tinha sido mandado para a solitária pelo mesmo motivo.

O diretor diz que tem combatido o uso de drogas com blitz nas celas e rigor na revista das visitas. Os agentes de segurança dizem que truques como enviar drogas através de pombos-correio ou de pipas empinadas sobre os

ACENA



AIDÉTICO NA CADEIA DA CADEIA

Luiz Fernando Ramos, 18, homossexual e aidético, está há três dias na solitária, acusado de agressão. Vai ficar mais 22. Na quinta-feira, 27 presos estavam na "cadeia da cadeia", salas escuras e minúsculas no térreo do Pavi-

lhão 5. "Foi briga de ciúmes. Não estou mais afim do meu marido", contou Ramos. Ele diz já ter "transado" com vários presos do pavilhão. "Sabem que estou doente, mas camisinha ninguém quer usar".

PERSONAGEM

PRISO REDUZ A PENA DOS "COLEGAS"

Gilberto Favares dos Santos Pereira, 44, condenado a dez anos por estupro e preso quando lutava no lado Direito, e considerado melhor "faca" da Detenção. Diz que as regras de penas que obteve para outros presos seriam mil anos.

A FRASE

"Já matei, já assaltado, já fiz de tudo. Agora Cristo me mostrou o caminho."

Elétricando o homem no dos Santos. V. 12, em 22 de maio de 1991, no 5º pavilhão do Pavilhão 5, preso há seis anos e condenado a 101 meses de cadeia.

OLMO

2.5

Mil quilos de manduca foram consumidos no jantar da quarta-feira da Casa de Detenção.

Folha de São Paulo, Cotidiano, 07/07/1991

Assim sendo, o que se destaca no discurso midiático não parece ser a substância e suas propriedades neuroquímicas, mas o discurso que se constrói em torno dela, as representações que se criam a seu respeito. A "droga" (e não as drogas) cria um agrupamento em uma única categoria, viabilizando confundi-las e separá-las de acordo com a conveniência, o que permite também incluir no mesmo discurso não apenas as características das substâncias, mas também as do ator: consumidor ou traficante (OLMO, 1990).

Os riscos de contágio da droga na sociedade merecem ser realçados. Uma nuance se destaca, ao se abordar os agravos que a droga propicia. Sua ameaça é à classe média, concebida como "o futuro do país", portanto, a parcela da população que merece atendimento prioritário. A decadência termina por se conformar em torno da "libertação do controle moral", que além das ações criminosas cometidas por esses sujeitos, favorece as aproximações sexuais sem precaução. É interessante que, com essa forma de lidar com a questão, outro desdobramento se evidencia: a droga se objetiva como a pobreza.

Na classe popular, os fumadores de maconha são numerosos. O abuso da droga produz alucinações e paraísos artificiais como o opio, e os efeitos sobre a saúde são frequentemente deploráveis (Folha da Noite, 11/06/1931).

O psiquiatra (Claude Olivenstein) defende o atendimento prioritário para a classe média nas campanhas de prevenção de drogas e Aids em países como o Brasil. (...) “A classe média deve ser priorizada porque é sobre ela que repousa o futuro do país”, diz (Folha de São Paulo, Cotidiano, 31/08/1992).

A droga (crack) é vendida há mais de dois anos e que antes era consumida por moradores da periferia. Agora, a maioria dos usuários tem idade entre 14 e 33 anos e é de classe média e alta (Folha de São Paulo, Folha Nordeste, 18/10/1993).

Nesse âmbito, em particular quando se analisa o crack, é a pobreza que demarca seus contextos de uso, tornando ambivalente a compreensão de uma atribuição de causalidade entre a droga e a pobreza. Essa ambivalência cria a sentença do uso que leva à pobreza, disseminando a ideia de que baixas condições socioeconômicas se explicam pela decadência daqueles que se enquadram em tal perfil.

Crack substitui cola de sapateiro e vicia meninos de rua em São Paulo. Crianças de 9 a 14 anos dependentes do crack se reúnem em barracos de favela na região de São Mateus (zona leste de São Paulo) para fumar a droga. Consomem de 20 a 50 papalotes por noite, cada um. (...) Tudo o que se consegue roubar serve para dar em troca, se não tiver dinheiro. Garoto troca mortadela furtada por droga (Folha de São Paulo, Cotidiano, 02/02/1992).

O risco promovido à sociedade e ao sujeito que consome (a depender de sua classe social) instaura e justifica os incansáveis esforços de combate às drogas. Ao pobre, cabe ao Estado eliminar sua presença do meio social, considerando que se constitui num vetor de contágio à decadência das classes média e alta. Ao “futuro do país”, constroem-se equipamentos de tratamento para “exorcizar” esses sujeitos do risco do “diabo em forma de fumaça”.

Deve ser salientado que apesar deste ser o modo predominante de apresentação das drogas, em todas as épocas analisadas eram apontadas contraposições, sempre de modo discreto, quando não desqualificadas. No entanto, o que prevalece como discurso típico é a caracterização realizada.

5.3.2 Controle social: regulação, combate e tratamento

O controle social é o outro discurso que prevalece nas matérias analisadas. Nessa categoria, agrupam-se as medidas tomadas para lidar com as ameaças que a droga promove à sociedade, as intervenções, a repressão policial, o tratamento. Contudo, o que se ressalta é o discurso do combate à droga, de cunho marcadamente repressivo. Nesse sentido, o álcool possui particularidades distintas, considerando que nunca foi formalmente proibido no Brasil.

Inspetores da Delegacia Regional, durante a noite de ontem, effectuaram a prisão de Abílio Pinto, marítimo; Benoni José da Silva, João Soares Nepomuceno, Manoel Affonso e Ismael de Oliveira. Todos eles embriagados promoviam desordem na via pública (Folha da Manhã, Caderno único, 08/10/1929).

Quatro pessoas foram presas e autuadas em flagrante, na manhã e na tarde de ontem, na Delegacia de Contravenções Penais, em virtude de terem sido surpreendidas por investigadores daquela especializada portando pequenas porções de maconha. (...) São elas: Rubens Wilson do Espírito Santo (28 anos, solteiro, rua dos Protestantes, 173), Carlos Eduardo Guimarães Costa (23 anos, casado, rua Oliveira Lima, 664), Lazaro Honorio da Silva (29 anos, casado, rua Tamandaré, 177) e Francisco Inojo Fernandes (31 anos, rua Maria José, 127). Foram presos quando fumavam cigarros de maconha e portavam 8 pacaus (Folha de São Paulo, Caderno único, 02/09/1958).

Uma das áreas mais degradadas do centro de São Paulo e principal ponto de venda e consumo de crack acordou ontem tomada por 220 policiais. A ofensiva policial, batizada de Operação Limpa, manterá até sexta na “cracolândia” um efetivo na região que já abrigou a elite cafeeira e que, na década de 1990, virou reduto de traficantes e prostitutas, fruto da degradação contínua desde a segunda metade do século passado (Folha de São Paulo, Cotidiano, 09/03/2005).

Pode-se observar que o consumo das drogas é tratado de forma similar em relação ao álcool, maconha e crack. Com o álcool é a desordem causada por seu consumidor o alerta à polícia, mas que se explica pela ingestão da droga, modo indireto de reprimir o consumo, considerando que não havia proibição na época. A maconha e o crack são combatidos sem a necessidade de justificativas. A droga e seu usuário ameaçam, degradando a “elite” por um “reduto” de pessoas decadentes. Essas matérias indicam a existência de um recorte de classe, embora não seja explícito. Como pode ser observado na matéria abaixo, o uso de maconha somente incrimina aos que não possuem uma família reconhecida.

Presos como viciados em maconha sem nenhuma prova que os incriminasse

Inexplicável atitude dos componentes de uma viatura da Radio Patrulha — Os detidos, entre os quais se encontrava o filho de Meneghetti, são trabalhadores e não registram antecedentes criminais

Os componentes da viatura "081 da Radio Patrulha cometeram grave falta ao prenderem, às 11 horas de domingo, como elementos viciados em maconha, Spartaco Meneghetti, filho de Gino Amleto Meneghetti, e seus colegas de serviço Nelson Manuel Padilha de Barros e Ricardo Agapito da Silva. Essa a conclusão a que chegou a autoridade a quem foi confiado o caso, na Delegacia de Costumes, em face da completa falta de provas contra os detidos. Trata-se, segundo apurou a polícia, de três homens de bem, trabalhadores que não registram antecedentes criminais e que apenas tomavam cerveja e cantavam no bar da rua da Glória, 325.

Segundo informações colhidas pela reportagem, é de todo inex-

plicável a atitude dos componentes da R.P. 61, pois em poder dos detidos nada se encontrou, que pudesse revelar estarem eles fumando maconha, no ato da detenção. Os boletins de "recolha" dos detidos não estavam sequer acompanhados de qualquer marca de cigarro. É de praxe que a autoridade de plantão quando recebe presos acusados de fumar maconha, coloque a prova do delito num envelope e a remeta, anexa à ficha de "recolha", à Delegacia de Costumes. No caso em apreço, tal não se verificou, de onde se deduz que, no momento da detenção, os três trabalhadores nem sequer estavam fumando.

A propósito da inexplicável prisão de Spartaco Meneghetti, convém lembrar que esse rapaz

é o mesmo que teve a coragem de denunciar, recentemente, as sevícias sofridas por seu pai na Delegacia de Roubos. Estranha coincidência... Todavia, o caso foi entregue ao Delegado Vicente de Paula Neto, da especializada de Costumes, que teve a habilidade de solucioná-lo com serenidade.



ANO XXXIII
SAO PAULO — TERÇA-FEIX

Folha da Noite, Caderno único, 23/03/1954

A seletividade da justiça é apresentada também pelo modo como se diferenciam as pessoas envolvidas. “Os playboys” e a “traficante” que os corrompe. Apesar da manchete abaixo indicar a prisão de todos, somente a mulher que vendia a droga foi presa. Os filhos do “futuro do país” apenas testemunharam.

Cinco "play-boys" e uma traficante presos por negociarem com maconha

Cinco jovens foram detidos anteontem, na praça D. José Gaspar, interior do prédio 76, sob suspeita de tráfico de maconha. Após a revista, passada por investigadores da Delegacia de Costumes, chefiados pelo adjunto Nestor Sampalo Penteado, foi encontrado um pequeno pacote da erva (vulgarmente chamado «pacaus») em poder de um dos jovens — J.S., de 17 anos de idade.

Todo o grupo foi conduzido para o Departamento de Investigações, sendo os quatro jovens restantes identificados, na Delegacia de Costumes, como Jean Franco Moreto (19 anos, solteiro, rua Bela Sintra 710); Rubens Gentra (21 anos, solteiro, rua Terreiro Aranha, 32); Arnaldo Soares Costa (28 anos, solteiro, rua Cesário Mota, 30) e Luís Mauro de Toledo

Pisa (18 anos, solteiro, sem residência declarada).

Após serem ouvidos, os jovens prestaram-se a indicar às autoridades o local onde haviam adquirido a maconha. Numa diligência levada a efeito em seguida, com as indicações dos detidos, foi presa em flagrante Enaiá Nascimento Pereira (25 anos, solteira, rua Adolfo Gordo, n.º 119, fundos), a qual foi reconhecida como a fornecedora da erva aos jovens. Em seu poder foram encontrados 5 «pacaus» de maconha.

Enaiá Nascimento Pereira foi autuada em flagrante, enquanto o menor J.S. foi ouvido em sindicância instaurada sobre o encontro da maconha em seu poder. Os quatro jovens restantes foram testemunhas no auto de prisão em flagrante.

Folha da Manhã, Caderno único, 21/03/1958

Em contrapartida, aos que não se enquadram no perfil da "elite", a repressão é tomada com toda a sua severidade. Combate às drogas ou aos pobres?



REDUTO DO CRACK Pessoas detidas na "cracolândia", no centro de SP, esperam diante de trailer da PM; ontem, último dia da Operação Limpa, foram presas 42 pessoas em flagrante e lacrados oito hotéis

Folha de São Paulo, Cotidiano, 12/03/2005

Pode-se verificar, portanto, a construção de categorias de acusação, destinando a alguns grupos o lugar dos “anormais”, daqueles que divergem do que se espera socialmente. Divide-se a sociedade entre os “bons” e os “maus”, elaborando um mecanismo de exorcismo daqueles que não se adequam ao padrão considerado “correto”. Essas categorias se tornam uma estratégia de manipulação do poder e organização das emoções, delimitando fronteiras de possibilidades: os culpados e os absolvidos (VELHO, 1981; BUCHER; OLIVEIRA, 1994).

A lógica repressiva também aparece frequentemente por meio da apreensão das drogas, não apenas pela prisão dos traficantes e usuários. São matérias que abordam ações da polícia ou mudanças legislativas destinadas ao controle da circulação das drogas no Brasil ou de combate ao consumo. Muitas vezes sem muitas informações e associando os sujeitos envolvidos com armas e outros crimes. Torna-se evidente a sutileza como o usuário e o traficante se diferenciam.

Todavia, os indivíduos autuados e presos por conduta de tráfico de drogas se caracterizam como pessoas extremamente pobres, em geral, detidos com drogas sem portar nenhuma arma e/ou associação com organizações criminosas (ZACCONE, 2008). Deve ser atentado que toda política repressiva vigente se volta ao combate de um “inimigo” social, nesse caso o traficante de drogas. Mas, será esse “inimigo” o problema combatido pelas políticas voltadas às questões das drogas?

Apesar de existir essa distinção na legislação brasileira, essa diferenciação deixa lacunas ao não explicitar os processos utilizados. Pelos critérios legais, essa distinção é feita se considerando a quantidade, a natureza (ou qualidade) da droga, a localidade, dentre outras circunstâncias objetivas. Mas, baseia-se também no crivo avaliativo do agente, ao considerar antecedentes, contexto social e pessoal. Devido a essa falta de critérios claramente estabelecidos e de difícil execução, essa diferenciação é realizada pela primeira autoridade que o acusado entra em contato, prevalecendo sua avaliação. Esse modo de ação viola os princípios constitucionais da legalidade e da proporcionalidade (BOITEUX, 2014).

Esse problema se torna ainda mais grave quando se considera o contingente da população negra no Brasil em situação de pobreza. Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), esse grupo populacional corresponde a 51% do total de habitantes, dos quais apenas 20% possuem renda familiar superior a 10 salários mínimos, a questão racial assume também um caráter político e econômico, abarcando, além da raça,

peessoas que se situam em condições socioeconômicas de pobreza (IPEA, 2013). Esses dados são extremamente relevantes ao se observar o perfil do usuário de crack no Brasil e a população carcerária no país. Quem, portanto, é preso como “traficante de drogas” no Brasil?

De outro modo, ao abarcar o consumo pela perspectiva da patologia, é o tratamento que emerge. Essa diferenciação se torna mais comum quando o uso da droga passa a se inserir em outras classes sociais, distintas dos grupos mais pobres. Assim, no âmbito do controle social, o tratamento emerge como outra modalidade, apesar de não ser o que predomina nas matérias. Dentre as características típicas desses tratamentos, encontra-se a reclusão dos usuários em hospícios, fazendas de recuperação e comunidades terapêuticas. A separação desse sujeito do seu meio social, apresenta-se como o caminho para que ocorra a “cura” desse “mal”.

Milhares de indivíduos, de todas as raças do mundo, de todas as posições sociais, são victimados pela acção nociva do veneno, quer venha ele doirado e espumante nas taças de crystal, quer o encerre um velho garrafão. (...) Socorrendo diariamente a muitos infelizes, nós nos julgamos perfeitamente autorizados a falar assim, pelo triste conhecimento que temos da realidade da nossa situação. Na história da moléstia de um insano quase sempre encontramos o alcoolismo (Folha da Manhã, Caderno único, 13/10/1929).

Viciados ampliam mercado da recuperação. Nos últimos três anos, dobrou o número de jovens drogados que procuram ajuda ou são internados pelas famílias em clínicas de recuperação. Eles se drogam cada vez mais cedo e buscam drogas cada vez mais fortes (Folha de São Paulo, Cotidiano, 20/09/1992).

Nesse sentido, o tratamento faz surgir um outro aspecto em relação ao modo como as drogas são representadas pela imprensa. Uma droga sempre é elegida para ocupar esse status de ameaça. Ao se perder o caráter de droga típica do pobre, ameniza-se seu poder de persuasão e controle social. Assim, outra droga assume seu lugar.

A família que compartilha uma garrafa de vinho não terá motivo para temer que seus filhos se entreguem a maconha. (...) O vinho une os homens e os entorpecentes tendem a aumentar o isolamento do viciado em relação à comunidade em geral (Folha de São Paulo, 16/10/1969).

Ajudado por psiquiatras, D. 25, está experimentando a maconha como remédio para se livrar do vício do crack. “Por enquanto está funcionando”, diz. “Para ele, esse recurso é um mal menor”, completa o psiquiatra Marcelo Niel, do Proad (Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes), da

Universidade de São Paulo. Niel faz o acompanhamento semanal de D., que, além do recurso da redução de danos – no caso, a troca do crack pela maconha –, toma remédios e faz terapia (Folha de São Paulo, Ciência, 21/12/2004).

Nota-se que, em relação à maconha, o tom das matérias passa a se modificar apenas em 2004, quando a redução de danos passa a ser colocada em pauta. O ponto interessante é notar como a droga, que era vista como um mal social, tal qual o crack, passa a ser reformulada e suas características de remédio ou cura ganham certo destaque. Do mesmo modo, o álcool, que passa a unir a família e evitar que ocorra um envolvimento com a maconha.

Deve ser destacado que se reconhece a especificidade discursiva de cada época. A forma como algumas matérias foram escritas seriam organizadas e elaboradas a partir de outros recursos linguísticos e (outras formas de preconceito) se tivessem sido publicadas atualmente.

5.3.3 As desigualdades vividas pelas mulheres em relação ao crack

Ramiro et al (2014) ressaltam que há poucos estudos a respeito do consumo de crack sob a perspectiva das vulnerabilidades femininas, o que sugere que as especificidades dessas questões vêm sendo marginalizadas cientificamente no campo, muitas vezes inviabilizando a implementação de políticas públicas e programas mais adequados e sensíveis às necessidades dos usuários, especialmente entre as mulheres. Nesse caso, as vulnerabilidades associadas ao uso do crack são diferentes de outras drogas, possuindo especificidades quanto ao gênero de seu usuário, devido tanto a características bioquímicas quanto socioculturais.

Essas vulnerabilidades se tornam associadas ao estigma de ser usuário de drogas, o que se evidencia ainda mais no caso da mulher. Ao se definir a figura feminina com a imagem da usuária de crack, cria-se uma ruptura nas normas/expectativas de gênero da mulher na sociedade, estabelecendo um estigma. Esse quadro termina por desenvolver um isolamento dessas mulheres, seja por vergonha de assumir essa imagem publicamente ou pela exclusão da sociedade pela inaceitação de seus modos de ser. Assim sendo, essa condição acaba por dificultar o acesso de tais pessoas aos serviços de saúde, assistência social, etc. (RAMIRO et al., 2014).

O modo como o assunto tem sido abordado parece situar esses sujeitos no âmbito das ameaças que eles apresentam à sociedade, ao invés de lidar com as vulnerabilidades que apresentam. A preocupação remete aos riscos da droga e seus usuários no meio social. Com isso, as condições precárias de vida desses sujeitos terminam sendo mascaradas pela imagem construída em seu entorno. Enfatiza-se, portanto, o cenário de decadência em que esses sujeitos se encontram, enquanto as vulnerabilidades que os situam em tal condição terminam sendo negligenciadas (ACIOLI NETO; SANTOS, 2014).

Como exemplo dessa construção, pode se observar como a imprensa aborda o assunto. Nos veículos midiáticos, a discussão restringe-se a fenômenos específicos, como o uso de crack entre uma parcela da população que vive em exclusão da sociedade, sem acesso a bens sociais básicos. A questão é apresentada como um problema de patologias individuais, decorrentes de uma droga maligna, desviando a atenção das condições mais gerais em que vive a maior parte da população atingida (MACRAE, 2013).

Desse modo, situada em condição de pobreza e vulnerabilidade, essa camada populacional é considerada intolerável pelo conjunto da sociedade, o que lhe reveste de um status social desvalorizado e estigmatizado (PAUGAM, 2001). Embora esse perfil seja prevalente, deve ser enfatizado que o padrão de uso, em contrapartida, não demonstra ter modificações em relação à classe socioeconômica do usuário, possuindo as mesmas características em usuários com maior poder aquisitivo (FREIRE et al., 2012).

Diante dessas nuances, uma particularidade do fenômeno do uso de drogas é ressaltada: a descontinuidade das normas de gênero em relação a usuárias de crack. Apesar dos aspectos destacados, a despreocupação indica um processo de exclusão mascarada desses sujeitos, a partir de sua desqualificação enquanto membros da sociedade (ACIOLI NETO; SANTOS, 2015). Nesse sentido, ao se tratar do assunto, nota-se uma nítida tendência a se enfatizar a figura masculina como imagem objetivada do “usuário de crack”. Essa imagem é delineada pela ruptura desse sujeito com as normas sociais da produtividade trabalhista e pelas ações de desvio ao estabelecido culturalmente como norma de gênero masculino. A mulher, por outro lado, torna-se ocultada nessas representações, sendo apenas ressaltada quando sua sexualidade se torna pública: a preocupação é com a descontinuidade dessas normas estabelecidas da mulher como mãe, cuidadora e casta sexualmente.

Assim sendo, as matérias se referem ao “usuário” de crack englobando tanto homens como mulheres, sendo a figura feminina apenas destacada quando descumprida com as

expectativas de seu papel de mãe cuidadora e casta. Como se observa abaixo, a indiferenciação desses sujeitos é banalizada, deixando implícita que a preocupação entre homens e mulheres não se distingue em relação à identidade de gênero.

Usuários de crack farão parte de programa que propõe uso de drogas mais leves como alternativa. Projeto quer tratar viciado em crack. Fumadores de crack, rotulados como irrecuperáveis e relegados ao último degrau entre os dependentes de drogas começam a chamar a atenção de autoridades e instituições ligadas à saúde (Folha de São Paulo, Ribeirão, 16/11/1999).

Fica também evidente o modo como a pobreza é situada numa relação de causalidade com a criminalidade ou ações desviantes.

Risco com droga é maior entre pobres. Aumento de homicídios envolvendo jovens acompanha a tendência de crescimento do uso de entorpecentes. Os jovens das áreas centrais também estão expostos à influência das drogas, mas é o adolescente pobre da periferia que mais se enquadra na lista de maiores riscos, seja consumindo a droga ou sendo usado pelo tráfico. Na periferia, são limitadas as oportunidades de ocupação e os adolescentes estão mais expostos ao crime (Folha de São Paulo, Cotidiano, 06/05/2001).

O usuário, viciado ou dependente é um termo que tem a pretensão de apresentar a figura do sujeito envolvido com a droga. A princípio, a indistinção entre homens e mulheres poderia indicar que os jornais tratam o gênero de modo igualitário, o que se mostra falso após o surgimento do termo “usuária” em algumas matérias.

5.3.3.1 A prostituição como marcação das mulheres na cultura do crack

Uma das vias de descontinuidade ao universalismo do termo usuário é a relação das mulheres usuárias com a venda de seus corpos. A prostituição é uma das marcações determinantes da inserção das mulheres na cultura do crack. Como pode ser observado na matéria abaixo, as trajetórias de vida das usuárias de crack são caracterizadas por incursões que rompem com uma linha de desenvolvimento “normal”. São mulheres que não tiveram uma família que as desse suporte na adolescência, que viveram nas ruas e experienciaram

muitos eventos marcadamente suprimidos de atenção socioafetiva. Como demarcação, encontra-se o uso do crack, “usado por todas elas”, como destaca o jornal. É interessante notar que se o crack cria um problema social, a prostituição transforma a situação em um estado caótico: a venda do corpo pelas mulheres cria uma ferida gravíssima na moral da sociedade.

Jovens prostitutas falam de uma adolescência nada cor de rosa. Na estação da Luz, na praça da Sé e em vários outros cantos da cidade a adolescência é diferente. Muito diferente. Meninas de 10, 15 anos deixam ou são deixadas pela família e vão para o “paredão” - quer dizer, ficam encostadas num muro qualquer enquanto esperam seus “clientes”. São prostitutas (...) A história dessas garotas é sempre igual: vem de outra cidade, não encontram trabalho, e são incitadas por alguém a se prostituir. Além de histórias de vida muito parecidas, as garotas de programa têm mais uma coisa em comum: as drogas. Quase todas são viciadas em esmalte e crack (Folha de São Paulo, 21/06/1993).

A preocupação em torno da prostituição demonstra a supervalorização do corpo da mulher na sociedade brasileira. A venda do corpo aparece como uma prática condenável, declarada publicamente como inaceitável ao meio social. Essa ordem simbólica, contudo, não deve ser generalizada. A relação dos sujeitos com os corpos e seus padrões se estabelecem contingentemente, articulados a modelos sociais e culturais específicos. Cada cultura age sobre o corpo determinando-o, construindo suas particularidades e enfatizando alguns atributos em detrimento de outros. Surgem, assim, os padrões de beleza, de sensualidade, de saúde, de postura, que dão referências aos sujeitos para se construírem como homens e como mulheres (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011).

Entretanto, a questão vai além de uma explicitação da moral que rege os corpos na sociedade brasileira, tendo como alvo mais especificamente o corpo feminino. São representações partilhadas que se articulam com a manutenção da perda de autonomia das mulheres, na submissão aos ditames impostos por uma sociedade patriarcal.

Esses valores morais parecem se ancorar na ética cristã, que se consolida na delimitação do parceiro legítimo, pelo casamento monogâmico com a finalidade exclusivamente procriadora. Associado a esses pontos, ainda se adicionam mais três pilares: a abstinência rigorosa, a castidade permanente e a virgindade (FOUCAULT, 2011).

A referência ao cristianismo é importante de ser atentada ao se observar algumas considerações sobre a sociedade brasileira. A influência de elementos da moral cristã pode ser

reflexo da formação religiosa dos brasileiros, que termina por se diluir na ordem social como valores cotidianos, desassociados de sua origem. Como afirma Martin-Baró (1987), a cultura cristã predominante termina por projetar valores que ultrapassam a instituição religiosa, incorporando-se nas normas sociais partilhadas na região. Dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que 86,8% da população brasileira se declara adepta ao cristianismo: Católicos – 64,6% ou Evangélicos – 22,2% (BRASIL, 2010b).

Como destaca Foucault (2010), a sexualidade se tornou um problema que se encerra ao domínio privado. Torna-se legítima a prática unicamente como função reprodutiva e autorizada pelo casal constituinte da família. Aos que burlam essa norma, resta o estigma da anormalidade. Por trás dessa ideia, constrói-se uma matriz normativa que dita as possibilidades dessas jovens em seu desenvolvimento. São representações com o poder de instaurar modos de ser e viver, pela eficácia simbólica de sua potência de verdade.

Por isso, o modo como a matéria é construída leva a uma série de considerações que precisam ser discutidas. O primeiro aspecto está na determinação de modos de vida que se constituem por vivências marginais. A prostituição é concebida de uma perspectiva que desconsidera as condições de vida dessas mulheres, sendo tratada como uma ameaça à ordem social. As vulnerabilidades são subvertidas em um problema de valores da sociedade. Desse modo, o tratamento ao assunto traz uma valoração moralista implícita na matéria que parece se organizar em torno da ideia de que a pobreza e a família “desestruturada” remeteriam a um desenvolvimento adulto problemático, desviante. O ápice da decadente trajetória se determina pela prostituição e pelo uso do crack.

Para Cláudia, se prostituir “é como roubar”. ”A garotada daqui rouba porque se cansa de pedir dinheiro e ouvir não. As garotas vão pro paredão pelo mesmo motivo. Cláudia, amiga de Maria, diz que não usa nenhuma droga, mas entende o que leva as garotas de programa a usarem crack como “uma maneira que elas têm de enfrentar essa vida, de fingirem que aquilo não está acontecendo” (Folha de São Paulo, 21/06/1993).

A tipificação da matéria remete à construção da imagem da usuária de crack objetivada na figura de uma mulher pobre, irresponsável, sem escrúpulos, promíscua e contaminada com infecções transmissíveis sexualmente (IST's). Um agravante ao problema que generaliza as precárias condições de vida como um modo de “fabricar anormais”.

Além dos problemas psíquicos, o crack favorece as doenças infectocontagiosas, sobretudo infecções pulmonares e doenças sexualmente transmissíveis – entre elas, a Aids (SC). Patrícia conta que começou a usar crack “logo que apareceu a pedrinha”. “Gasto todo o meu dinheiro em tóxicos”, diz. Ela afirma que nenhuma garota de programa da estação da Luz pode ficar sem o crack. “O problema é que você emagrece demais e as pessoas começam a pensar que é Aids. Tinha vezes que eu passava cinco dias na rua, sem saber o que era cama ou comida”. Hoje em dia, Patrícia não se considera mais uma viciada, embora seja evidente que ela é. “Fumo só dia sim, dia não”, diz, orgulhosa. “Mas eu sei que crack é a pior droga que existe.” Maria, da praça da Sé, também fuma crack, “às vezes”. “É bom porque varia um pouco as ideias”. [Grifo nosso] (Folha de São Paulo, 21/06/1993).

Como pode ser observado, a matéria desconsidera a própria vivência da usuária, que não possui credibilidade ao se afirmar como não-dependente. A sociedade sabe mais sobre essa mulher do que ela própria. Esse tratamento ao assunto descaracteriza a usuária de crack do lugar de semelhança ao sujeito concebido como adequado à ordem social. Esse processo de alheamento dessas mulheres autoriza a desconsideração de uma pertença social que lhes garanta sua identidade como sujeito de direitos, de moral, constituídas de uma subjetividade específica. Como destaca Nascimento (1997), o alheamento é decorrente de um grupo majoritário, elitista, responsável pela prática dessa violência de modo velado e sem propósito explícito.

Apona-se essa subversão das vulnerabilidades, embasando-se nas múltiplas configurações subjetivas que uma pessoa pode desenvolver, pois independentemente dos caminhos trilhados, das delimitações construídas, sempre existe a abertura para novas possibilidades de atualização. “Sempre existirão percursos possíveis que não foram percorridos, havendo habilidades e capacidades que não puderam vir a ser adquiridas” (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004, p.30) e é nesse ponto que se encontram as complicações das afirmativas implícitas de um delineamento desses sujeitos a percursos desviantes.

Desse modo, ao culpabilizar a pobreza como o meio pelo qual essas mulheres se tornam desviantes, as matérias ainda configuram a reprodução dessa “marginalidade”, demonstrando como as usuárias são responsáveis pela manutenção dessa ordem ao se tornarem mães. A maternidade é evidenciada pela ruptura das normas de gênero impostas pela sociedade às mulheres: a mãe cuidadora.

Deve ser destacado que nesse ponto a prostituição se torna um problema em si, desconsiderando o quadro de desigualdade que essas mulheres se situam. Condena-se a prática e se esquece do contexto em que ela se desenvolve. As normas de gênero impõem que a mulher deve assumir a figura de um membro familiar e a atuação com a venda do corpo se torna um grave problema para a imagem feminina na sociedade.

5.3.3.2 O desvirtuamento da mulher em sua função de mãe

A maternidade se situa como outro aspecto que se sobressai nas matérias analisadas. A figura feminina é destacada nos contextos de uso de crack, quando a mulher descumpre as normas instituídas a respeito de como uma mãe deve ser em relação aos filhos. A mulher é, assim, responsabilizada pelo desenvolvimento de filhos desviantes.

Essas normas são instauradas a partir de uma ordem de significados partilhados socialmente que vão delinear as funções dos gêneros no âmbito familiar. Assim, a mãe é situada como a figura constitutiva da família, com seus valores morais. Como se observa nos trechos abaixo, a mulher ainda é situada no lugar de mãe-cuidadora dos filhos, sendo o crack o vetor que propicia seu desvirtuamento. Ao descumprir essa função, é responsabilizada pela constituição de filhos e filhas desviantes.

Após rebelião, menor quer mudar. Antes de ser seduzido pelo crime, P.L.C.A. estudou até a 4ª série do 1º grau e trabalhava numa gráfica. “Gastava tudo comprando roupa, quero sair dessa vida”, conta. Seu pai, o vigilante J.B.A., 51, contou que a mãe de P.L.C.A. era prostituta, usuária de drogas e morreu de Aids, quando ele ainda era um bebê. A mãe adotiva resolveu formar outra família e rejeitou o menino, que ficou com o pai (Folha de São Paulo, 07/11/1999).

Como pode ser observado, a matéria destaca a figura feminina como responsável pelo cuidado e desenvolvimento dos filhos. O descumprimento desse lugar pela mulher é situado como o elo para a constituição de vivências marginais. Os filhos de usuárias se tornam criminosos.

Esse modo de tratar o assunto se relaciona às concepções predominantes a respeito da família no Brasil. A sociedade brasileira situa a família como um dos principais grupos de

inserção social, assumindo as funções sociais de satisfação das necessidades físicas, afetivas, econômicas e de socialização. Com isso, configura-se como um dos primeiros e mais importantes contextos para o desenvolvimento físico, psicológico e social do sujeito (BERGER; LUCKMANN, 1996; FRANÇA, 2011).

Em contrapartida, embora geralmente o cumprimento desse papel de “outro social” caiba à mãe e/ou ao pai, é possível (e típico) que outras pessoas assumam ou compartilhem esse lugar, como avós, tios, padrastos, madrastas, irmãos, vizinhos, babás, educadores, professores, etc. Esses diversos outros, através das interações com o sujeito em diversos ambientes social e culturalmente organizados, facilitam certas condições para o seu desenvolvimento. Esses caminhos são delineados em meio à socialização, concretizando-se em determinados contextos e resultam de modos de compreender e objetivar as expectativas daquele sujeito em particular. Assim sendo, os significados e sentidos presentes na ação de significar o mundo, o outro e a si mesmo estruturam um universo semiótico extremamente complexo, na medida em que se relacionam às várias pessoas em interação em contextos específicos. (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004).

Partindo-se dessa premissa, concebe-se que são múltiplas as possibilidades de constituição, vivência e transição entre as fases da vida, oscilantes conforme as culturas e grupos sociais. Os contextos de desenvolvimento brasileiro se caracterizam pela diversidade de condições de vida, e estão relacionados aos modos de sobrevivência, recursos disponíveis e crenças peculiares a cada grupo social (LORDELO, 2002). Assim, as dimensões de gênero, classe, raça, etnia, geração, moradia constituem eixos fundantes da vida e estruturam as condições de existência, os valores e os comportamentos dos atores e grupos sociais (CASTRO et al., 2012).

Apesar de ser notável que muitas alterações vêm marcando a condição feminina nessa cultura, ainda existem limites bem estreitos, já que se ancoram numa rede de significações que se caracteriza por circunscrever as categorias do feminino e do masculino dentro de concepções valorativas, hierárquicas e assimétricas, além de associarem essas diferenças às determinações da biologia.

5.4 Conclusões

A partir da análise realizada, pode-se afirmar que o discurso das drogas se conforma em torno de consolidação de um dado objeto como ameaça social. Ao se referenciar uma substância como uma droga são ativados sentidos que remetem a um quadro de decadência e criminalidade. A comparação dos discursos proferidos em relação ao álcool na década de 1920, da maconha nas décadas de 1930 a 1960 e do crack na atualidade, permitem verificar como os significados não se modificam. Ao se substituir o termo maconha por crack, em uma matéria da década de 1940, por exemplo, evidenciam-se as similaridades das representações dessas drogas em sua difusão midiática.

Nesse sentido, a produção de representações com essas características e a elaboração de um perigo social e seu conseqüente enfrentamento, torna-se a marca que define o modo como a droga se estabelece pela mídia. Ademais, essa construção não possui uma neutralidade. A representação de um objeto enquanto “mal social” torna mascarado o estereótipo de alguns grupos, nesse caso, marcadamente os pobres. E com isso, permite que algumas medidas de cunho repressivo sejam acionadas. Mascara-se a pobreza em um revestimento que possibilita sua rejeição, sua exclusão do quadro de visibilidade social.

Além disso, pode-se observar que as construções de gênero encontradas nos jornais terminam por apontar um quadro de vulnerabilidades específicas vivenciadas pelas mulheres usuárias de crack. Todavia, essas vulnerabilidades assumem um quadro de exclusão, ao invés de um alarde às precariedades vividas por tais mulheres. Ao situar o problema, as matérias elegem uma figura de ameaça à ordem social, subvertendo suas vulnerabilidades em ameaças à sociedade.

Nesse sentido, as nítidas distinções entre homens e mulheres que fazem uso de crack destacam um modelo patriarcal ainda predominante na sociedade brasileira, delimitando normas de gênero que relegam a mulher ao lugar da mãe celibatária e incumbida de tarefas domésticas. A análise permite afirmar que o não enquadramento da sexualidade feminina nas normas sociais hegemônicas é considerado como um escândalo social gravíssimo, em que o assunto das drogas perde protagonismo. Se o crack assusta, quando se envolve à prostituição, torna-se um escândalo.

As representações do gênero nos contextos de uso de crack são revestidas de um forte teor machista, delimitando modos de ser e agir que degradam uma moralidade aceitável aos ditames impostos pela sociedade brasileira. Um quadro bastante contraditório em termos da imagem que se mantém da mulher brasileira, marcada pela nudez e por corpos em exposição. O problema somente se torna público ao se tratar de mulheres pobres, que assumem sua sexualidade e de modo autônomo decidem vender seus corpos como meio de vida. Apesar de ser a prostituição destacada como problema, a ferida na moral parece se situar na existência de grupos pobres nessa sociedade.

6 ESTUDO 2 - ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE DROGAS NO BRASIL

6.1 Introdução

O objetivo desse estudo foi compreender o modo como a legislação específica sobre drogas representa o usuário e as substâncias psicoativas. Verificou-se a forma como esses objetos são destacados na legislação vigente para compreender a organização das intervenções estatais em relação ao assunto. Assim, perscrutando os conflitos relativos ao modelo proibicionistas atuante no país diante da política de redução de danos.

A escolha dos documentos ocorreu diante de sua importância na construção de práticas, equipamentos e intervenções direcionadas a essa população. As leis e políticas públicas têm um papel crucial na operacionalização de ações estatais, o que não implica um desprendimento de concepções partilhadas socialmente.

No cenário das políticas nacionais, entretanto, o consumo de drogas esteve sempre associado a questões criminais ou patológicas. O posicionamento oficial por meio de diversas políticas públicas reflete ordenações realizadas nas esferas de poder que perpassam instituições estatais e societárias como um todo. Nesse processo, os fatores culturais são cruciais, pois historicamente constroem representações e processos diferenciados de aceitação, de rejeição, de incorporação de conquistas sociais por parte de determinada sociedade (HOFLING, 2001). Dessa forma, essas políticas constituem um importante componente normativo na ordenação de práticas e modos de agir, possuindo um papel protagonista na significação desse fenômeno social.

No Brasil, existe regulamentação instituída sobre drogas desde 1938, sendo incorporada ao Código Penal, posteriormente, em 1941. Esses primeiros registros legais tinham como base noções criminalizadoras ao consumo e porte de drogas. A partir da década de 1960, devido a alterações legislativas, as políticas antidrogas vão assumindo caráter explicitamente repressor, embasadas na política estadunidense, tendo o objetivo maior de reduzir a oferta das drogas. Para isso, as soluções eram prender tanto traficantes como usuários. A ideia subjacente a tais políticas era que a restrição do acesso às drogas poderia diminuir, ou até extinguir, o consumo. Somente a partir da década de 1990, substituem-se os

sistemas anteriores com a criação do Sistema Nacional Antidrogas² (SISNAD) e da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). Um dos fatores que contribuíram para essas mudanças foi a crescente adesão aos Princípios Diretivos de Redução da Demanda por Drogas (GARCIA; LEAL; ABREU, 2008). A partir de então, a criação desses órgãos específicos, bem como a formulação de novas políticas, permitiu a incorporação de elementos além daqueles centrados na redução da oferta através de estratégias repressivas.

Atualmente, a Política Nacional sobre Drogas (PNAD³) orienta as ações e estratégias estatais sobre as drogas. Elaborada em 2002, reformulada em 2005 e coordenada pela SENAD, além dos aspectos ligados às ações de cunho repressivo, houve o acréscimo de temas como tratamento e reinserção social dos usuários (GARCIA; LEAL; ABREU, 2008).

A PNAD aborda a questão do uso de drogas orientada por: práticas preventivas; de tratamento, recuperação e reinserção social; redução dos danos sociais e à saúde; e redução da oferta. É destacada a noção de responsabilidade compartilhada, integrando o papel da família, Estado e sociedade, assim como do caráter intersetorial das ações desenvolvidas. A saúde é focalizada em uma rede que não se esgota nos equipamentos de saúde, mas na sua articulação com outros setores, como a assistência social. Embora essas ações se voltem à redução de danos, torna-se um desafio efetivá-las diante da redução da oferta e criminalização de condutas de porte de drogas, tráfico, etc. Assim, sob a legitimidade da lei e dos discursos de enfrentamento à violência, as ações de redução da oferta muitas vezes viabilizam práticas, igualmente violentas, que desconsideram os direitos humanos, respeito à vida, especificidades culturais, vulnerabilidades, entre outros aspectos antes trazidos como fundamentais. Por isso, a PNAD possui um caráter prioritariamente repressivo, embora não apresentado de forma explícita.

Nesse sentido, a política sobre drogas brasileira aproxima dois discursos antagônicos: o da proibição, centrado na repressão, criminalização e combate ao tráfico; e o da redução da demanda e dos danos relacionados ao uso, aproximando-se, inclusive, dos discursos encontrados na saúde pública (ALVES, 2009). Embasadas no percurso histórico de caráter proibicionistas e na tendência política estadunidense de “Guerra às Drogas” (MACRAE, 2000), as intervenções desenvolvidas no campo das drogas assumiram as estratégias de

² Substituído em 2006 pelo Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas, mas preservando a sigla “SISNAD”.

³ A Política Nacional sobre Drogas surge com o realinhamento da antiga Política Nacional Antidrogas e mantém a antiga sigla “PNAD” (BRASIL, 2005).

repressão como protagonistas no assunto. Deve ser ressaltado que é evidente a tentativa de resgate na PNAD de estratégias preventivas e de promoção de cidadania, mas ainda se observa fortemente o caráter repressor e também estigmatizador sobre as pessoas envolvidas.

Desse modo, os discursos oficiais relacionados ao crack remetem a uma lógica criminalizadora/patologizante, atribuindo ao usuário uma caracterização em termos de um padrão de universalização, no qual não há espaço para as singularidades individuais ou coletivas. No decorrer da história, as políticas públicas abordam a questão de forma privilegiadamente repressiva, apesar de ser notável a coexistência dessa postura com outras voltadas para prevenção, redução de danos e tratamento. Por um lado, pauta-se em ações como a criação do CAPS, Consultórios de Rua, estratégias de redução de danos, unidades psiquiátricas em hospitais gerais. Mas, por outro, determina a internação compulsória a usuários que se negam ao tratamento, desconsiderando as nuances de cada indivíduo agindo coibidamente. Além disso, a inespecificidade jurídica da categoria traficante faz o indivíduo que consome transitar entre políticas de saúde e segurança pública, que podem situá-lo ora como usuário, ora como pequeno traficante, a partir de critérios não uniformizados.

Diante dessa lógica, é necessário questionar esse discurso político institucionalizado, pois ele se constitui enquanto uma ordem simbólica, mas que se materializa nas práticas institucionais e, conseqüentemente, adquire habilidade para produzir sentidos e definir marcações subjetivas. Essa ordem atua mediando relações reciprocamente ao difundir representações que terminam por organizar modalidades de subjetividades e conduta, mesmo que implicitamente (BERGER; LUCKMANN, 1996). Em outras palavras, quais as repercussões psicossociais de um modelo político proibicionista, em que o usuário é um criminoso ou doente?

6.2 Método

6.2.1 Fontes

Foram analisados 13 documentos que compõem a legislação em vigência sobre drogas no Brasil: Política Nacional sobre Drogas (PNAD); Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (PMSAD); Lei Nº 11.705/2008; Lei

11.754/2008; Lei Nº 11.343/2006; Lei 10.216/2001; Lei Nº 9.099/1995; Decreto Nº 7.179/2010; Decreto Nº 5.912/2006; Decreto Nº 6.117/2007; Decreto Nº 6.488/2008; Decreto Nº 6.489/2008; e Portaria Nº 131/2012.

6.2.2 Procedimentos de coleta

As informações foram coletadas digitalmente nas plataformas do Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas (OBID), da Secretaria Nacional Sobre Drogas (SENAD) e da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) para selecionar a legislação em vigência sobre drogas no Brasil.

6.3 Resultados e Discussão

A análise realizada possibilitou a inferência de duas grandes categorias temáticas. A primeira foi denominada “A droga como um inimigo a ser combatido” e reuniu os discursos que explicitam as representações das drogas na legislação. A segunda categoria, denominada “A exclusão do usuário e a anulação do sujeito em universalizações”, destacou o modo como os usuários são representados em tais documentos.

6.3.1 A droga como um inimigo a ser combatido

A partir do discurso presente na legislação, observa-se um direcionamento ao combate às drogas e uma interdição ao seu consumo. É importante ressaltar que em nenhum momento se reconhece o uso de drogas como uma prática cultural, uma atividade que acompanha praticamente todas as culturas ao longo da história da humanidade, com exceção do álcool, citado na PMSAD. O delineamento é realizado no caminho oposto, demonstrando que as drogas são um problema a ser combatido e que se deve trilhar os caminhos em busca do ideal de uma sociedade liberta de suas ameaças. A droga é sempre concebida negativamente seja pela necessidade de enfrentá-la diante dos riscos que propicia à sociedade ou pelos agravos à saúde que acarretam aos seus usuários.

Buscar, incessantemente, atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas. (...) Reconhecer o uso irracional das drogas lícitas como fator importante na indução de dependência, devendo, por esse motivo, ser objeto de um adequado controle social, especialmente nos aspectos relacionados à propaganda, comercialização e acessibilidade de populações vulneráveis, tais como crianças e adolescentes. (...) Conscientizar a sociedade brasileira sobre os prejuízos sociais e as implicações negativas representadas pelo uso indevido de drogas e suas consequências (PNAD).

De acordo com Couto, Lemos e Couto (2013), é a construção da periculosidade dessa prática que termina por sustentar a criminalização no âmbito das virtualidades dos “corpos” que utilizam drogas. Evidencia-se, portanto, a estigmatização das drogas e de seus usuários como uma ferramenta eficaz de ordenação da sociedade (BUCHER, 1996; VELHO, 1981), de controle social.

Assim, a partir de estudos epidemiológicos que apontam para um diagnóstico populacional, os documentos apresentam os fatores de riscos e agravos à saúde decorrentes do consumo. Através da gestão dos riscos do consumo, estabelecem-se meios de controle ao contingente das massas, tornando o sujeito e suas significações anulados em uma quantificação generalizada.

Cerca de 10% das populações dos centros urbanos de todo o mundo consomem abusivamente substâncias psicoativas independentemente de idade, sexo, nível de instrução e poder aquisitivo. A despeito do uso de substâncias psicoativas de caráter ilícito, e considerando qualquer faixa etária, o uso indevido de álcool e tabaco tem a maior prevalência global, trazendo também as mais graves consequências para a saúde pública mundial (...) O álcool seria responsável por cerca de 1,5% de todas as mortes no mundo, bem como sobre 2,5% do total de anos vividos ajustados para incapacidade. Nas camadas mais pobres da população, o uso de solventes e maconha é observado com frequência. Observa-se também o aumento no uso de ansiolíticos, anfetaminas e cocaína. Comparando-se o aumento do consumo destas substâncias ao longo dos quatro levantamentos, na categoria de uso "seis vezes ou mais no mês", observou-se aumento no consumo de 100% para os ansiolíticos; 150% para as anfetaminas; 325% para a maconha e 700% para a cocaína (PMSAD).

Com isso, ao mesmo tempo em que se consolidam estratégias de controle dos riscos, através de mecanismos de prevenção, legitima-se a droga como uma ameaça. Mas, essa droga

enquanto um objeto simbólico termina revestida de uma significação moralizante que não abarca as singularidades e contingências contextuais de seu uso. Assim, amalgamam-se grupos pobres e uma prática repulsiva: a moral prevalece num combate não às drogas, mas aos pobres pela sua criminalização.

Como afirma Boiteux (2006b), o proibicionismo acarreta maiores riscos à sociedade e à saúde pública do que propicia sua segurança. A partir do pretexto de proteção à saúde pública, desenvolve-se um arcabouço jurídico punitivo severo, escamoteando a prevenção ao plano puramente simbólico. Além disso, mesmo com a adoção desse modelo, o mercado ilícito de drogas alcança a cada dia resultados mais lucrativos e do ponto de vista da saúde pública, os níveis de consumo de drogas têm subido em todos os países do mundo, apesar dos esforços punitivos na tentativa de atingir o ideal de um mundo livre de drogas.

Em contrapartida, o caráter punitivo da lei e suas repercussões aos usuários assume característica predominante nos discursos analisados. A operacionalização da lei se concretiza nas penalidades imputadas. E ao sujeito que consome uma droga, o fardo da infração.

Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programas ou curso educativo” (...). O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado (Lei 11.343/2006).

O uso de drogas fica restrito a uma ordem jurídica que delimita suas possibilidades, tornando-lhe um crime, uma transgressão. Um modelo que contraria inclusive os próprios pressupostos indicados pela PNAD, ao inviabilizar a construção da diferença. De acordo com a referida Lei, o usuário tem duas opções: ser preso ou se tratar. É um criminoso ou doente.

Nesse aspecto, merece destaque as nuances utilizadas pelos mecanismos legislativos para classificar usuário e traficante. Apesar de existir essa distinção na legislação brasileira, esse processo deixa lacunas ao não explicitar o processo de diferenciação. Pelos critérios legais, essa distinção ocorre se considerando a quantidade, natureza (ou qualidade) da droga, localidade, dentre outras circunstâncias objetivas. Mas, baseia-se também no crivo avaliativo

do agente, ao considerar antecedentes, contexto social e pessoal. Devido a essa falta de critérios claramente estabelecidos e de difícil execução, essa diferenciação é realizada pela primeira autoridade que o acusado entra em contato, prevalecendo sua avaliação. Esse modo de ação viola os princípios constitucionais da legalidade e da proporcionalidade (BOITEUX, 2014).

Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente. (...) Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias - multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28 (Lei 11.343/2006).

O extermínio desse modo de existência recorre a mecanismos diferenciados de exclusão, sendo o aparato jurídico uma forma legitimada de desqualificar esses sujeitos. É o assassinato simbólico e a reclusão legitimada socialmente (FOUCAULT, 2005).

Contudo, aos que não sofrem condenação jurídica, sobra a proposição patologizante. A dependência é situada como uma via escapatória desse mecanismo, mas atua como uma outra face do processo de anulação do sujeito. O dependente se caracteriza como o sujeito incapaz de compreender sobre as interdições normativas que regulam a sociedade. O efeito da droga é tornar o sujeito incapaz de compreender ou decidir por sua própria vida.

É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (Lei 11.341/2006).

Diante dessa incapacidade, resta a tais sujeitos o tratamento, por meio da entrada em serviços de saúde, que, quando consideramos a totalidade da rede assistencial em conjunto com os serviços complementares, possuem tipicamente um foco na internação. É a neomanicomialização da diferença, ainda presente como atividade legitimada socialmente,

retirando das ruas os indesejados, os doentes, os loucos, os anormais (ACIOLI NETO; AMARANTE, 2013) e reforçando o controle social da pobreza (BOITEUX, 2013).

Sob a legitimidade da lei e dos discursos de enfrentamento à violência, as ações de redução da oferta viabilizam práticas, igualmente violentas. E, nesse sentido, o racismo de estado opera como um mecanismo de exclusão velado às camadas socioeconômicas pobres.

6.3.2 A exclusão do usuário e a anulação do sujeito em universalizações

O usuário, de modo mais explícito na legislação, é caracterizado como um sujeito excluído da sociedade e que precisa de intervenções para que possa se reinserir. Encontra-se associado ao “uso indevido” ou a uma condição de dependência da droga. As indicações pela diferenciação das categorias ocorrem de maneira superficial e no decorrer dos documentos, o usuário termina por se confundir com o dependente, sendo sempre associado a ações de prevenção, reinserção, tratamento, etc. Como se observa:

Reconhecer as diferenças entre o usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, tratando-os de forma diferenciada (...) O acesso às diferentes modalidades de tratamento e recuperação, reinserção social e ocupacional deve ser identificado, qualificado e garantido como um processo contínuo de esforços disponibilizados, de forma permanente, para os usuários, dependentes e seus familiares, com investimento técnico e financeiro de forma descentralizada (PNAD).

É importante, portanto, destacar que, neste governo, o Ministério da Saúde assume de modo integral e articulado o desafio de prevenir, tratar, reabilitar os *usuários de álcool e outras drogas* como um problema de saúde pública (PMSAD, grifo nosso).

Embora o foco da PNAD seja notadamente distinto da PMSAD, ambas caracterizam um sujeito universal, que termina anulado em generalizações: as particularidades são destacadas de modo indefinido, indicando que existem diferenças de raça, etnia, gênero, etc., mas não apontando diferentes propostas em decorrência de tais marcadores. O que se observa é o controle normalizante, consolidando um dispositivo de uma vigilância que classifica e pune os divergentes (POGREBINSCHI, 2004).

Nesse sentido, essas normatizações convocam os usuários a se tornarem dependentes,

criminosos e incapazes de construir planos de vida, os quais ficam a critério do Estado ao possibilitar sua “reinserção” social.

A necessidade de definição de estratégias específicas de enfrentamento que visam ao fortalecimento da rede de assistência aos usuários de álcool e outras drogas, com ênfase na reabilitação e reinserção social dos mesmos (PMSAD).

Garantir a implantação, efetivação e melhoria dos programas, ações e atividades de redução da demanda (prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social) e redução de danos, levando em consideração os indicadores de qualidade de vida, respeitando potencialidades e princípios éticos (PNAD).

Os trechos ilustram as proposições destacadas na legislação para uma assistência adequada às realidades que se constroem em torno dessa prática. Observa-se que a prevenção e o tratamento são necessidades delimitadas pelas políticas. O uso de drogas sempre implica no imperativo de uma atenção à saúde, a qual é focalizada em uma rede que não se esgota nos equipamentos de saúde, mas na sua articulação com outros setores, como a assistência social.

Embora essas ações se voltem à redução de danos, torna-se um desafio efetivá-las diante da redução da oferta e criminalização de condutas de porte de drogas, tráfico, etc. Assim, sob a legitimidade da lei e dos discursos de enfrentamento à violência, as ações de redução da oferta muitas vezes viabilizam práticas, igualmente violentas, que desconsideram os direitos humanos, respeito à vida, especificidades culturais, vulnerabilidades, entre outros aspectos trazidos como fundamentais nos próprios documentos.

É importante ressaltar que a crítica realizada no indicativo à oferta de cuidados ao usuário não deve ser confundida como uma proposição de que essa diretriz não possui importância. O que se destaca é que nem sempre o uso de drogas remete a necessidade de atenção à saúde, embora esse seja o modo como fica subentendido na legislação.

6.4 Conclusões

O modo como a droga é representada na legislação tem implicações na construção da emergência de uma figura de alteridade marcadamente repulsiva. O usuário é delimitado por

sua responsabilidade em alimentar a criminalidade e/ou por sua incapacidade de decidir pela vida, tornando-se uma ameaça que precisa ser controlada. É criminoso e/ou dependente, um molde preciso daquilo que a sociedade rejeita e clama por correção (ou morte). Essas características podem ser circunscritas aos modos de vida típicos dos usuários de crack acentuando, assim, a repulsividade dessa figura. Se o uso de drogas é “indevido” e “indesejado” no Brasil, quando esse consumo se volta ao crack, o bramido é pela sua extinção.

Deve ser destacado que se reconhece a existência de ações e programas do Governo em âmbito de Estado (Programa Atitude, em Pernambuco) ou Município (De Braços Abertos, em São Paulo) que produzem respostas diferenciadas a essas explicitadas. Contudo, o que é ressaltado são os discursos da legislação e o modo predominante de intervir sobre o assunto.

Nesse sentido, pode-se considerar que as representações da droga e do usuário nesses documentos potencializam a exclusão social de alguns grupos. Pela via jurídica, desenvolvem-se mecanismos de aprisionamento seletivo, que ao se considerar as características da população carcerária no Brasil sentenciada por tráfico de drogas, remete a questão ao problema da pobreza e do racismo. Um modo de expor tais sujeitos à “morte”, por meio da segregação da sociedade e anulação política, sem considerar todas as mazelas que o deficitário sistema penitenciário brasileiro propicia às pessoas que vivenciam essa resposta do Estado.

Da perspectiva da saúde, consolidam-se mecanismos de imposição ao tratamento, tornando ainda mais complicado o acesso das pessoas que necessitam de atenção, ferindo, inclusive, direitos básicos. Além disso, ao se priorizar ações como a internação forçada ao invés de atuar especificamente nas vulnerabilidades desses grupos, termina-se por expor tais usuários a maiores riscos, pois terminam por não aderir a tratamentos impostos, como também não se reduz o verdadeiro problema que possuem: as precárias condições de vida.

Assim sendo, a legislação brasileira sobre drogas, com seu teor repressivo e com a deslegitimação do uso de drogas como uma prática cultural, termina por construir mecanismos de exclusão às classes socioeconômicas mais desfavorecidas. A pobreza, portanto, é encoberta por um revestimento simbólico que a torna passível de ser expurgada da sociedade. Pelo crivo da lei, formam-se barreiras simbólicas e materiais que favorecem a manutenção da desigualdade por meio de alguns objetos de expiação: a droga, o usuário, o crack, os “noiados”. Um processo que não se delimita ao campo jurídico, mas também e,

principalmente, é estabelecido nas práticas cotidianas, nos preconceitos e discriminações que conformam a realidade social.

7 ESTUDO 3 – GRUPO FOCAL

7.1 Introdução

O objetivo desse estudo foi analisar a experiência de usuários de crack em seus contextos de pertencimento. Com isso, buscou-se delimitar as nuances dessa experiência com base na noção da dimensão ética que organiza esse contexto. Nesse sentido, a proposta analítica é de esboçar os processos psicossociais subjacentes às vivências de ser um usuário de crack na sociedade brasileira.

A importância desse estudo se justifica pelo modo como o crack e seu usuário são tratados: um problema social grave que necessita de intervenções urgentes (SCHEFFER; PASA; ALMEIDA, 2010; OCCHINI; TEIXEIRA, 2006). Essa concepção necessita de revisão considerando que o crack não se situa entre as drogas mais consumidas no Brasil (BASTOS; BERTONI, 2014; CHAVEZ et al., 2011) e nunca se tornou uma droga popular ou amplamente usada em nenhum lugar do mundo (MORGAN; ZIMMER, 1997). A ênfase dada ao problema é remetida a um determinismo farmacológico da droga, responsável pela produção de efeitos individuais e sociais diversos, tais como a dependência e o envolvimento com a criminalidade, existindo poucas discussões acerca dos aspectos sociais e culturais envolvidos no fenômeno do consumo.

Negligencia-se, assim, a experiência dos usuários e as significações e práticas construídas em seus contextos de uso. A investigação desses contextos, assim como a experiência dos efeitos produzidos pelo crack, é relevante para se construir novas formas de abordagem aos usuários. Compreendendo como esses usuários significam e experienciam os efeitos, assim como quais práticas se envolvem nos rituais de consumo, é possível ampliar o conhecimento e o escopo de intervenções sobre esses grupos (JORGE et al., 2013; WANDEKOKEN; SIQUEIRA, 2013).

A subestimação da eficácia simbólica existente nas significações circulantes a respeito de um objeto social, tal como o crack, remete a um posicionamento que não considera todos os aspectos diante da problemática existente em torno do uso dessa droga. Como já destacado, a significação do que se concebe como droga e os sentidos atribuídos aos seus usos possuem uma variabilidade em função do meio cultural em que se inscrevem (BUCHER; LUCCHINI, 1992; MACRAE, 2000; ZINBERG, 1984). Uma mesma substância psicoativa, com

propriedades farmacológicas idênticas possui sentidos que se modificam em relação ao contexto de uso, diante do campo de saberes partilhados em uma rede interacional. Nesse âmbito, as drogas têm um caráter ambíguo que advém de sua natureza simbólica, pois seus sentidos são construídos em contextos que permitem sua significação enquanto objeto social. Esse processo ocorre em uma relação dependente do contexto, pois se vincula às condições sociais, políticas e históricas que configuram contextos determinados (JOVCHELOVITCH, 2008).

7.2 Método

7.2.1 Local da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em unidades do Programa Atitude. O Programa Atitude – Programa de Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares – é um conjunto de serviços criados a partir do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco (SESDDH). Faz parte da rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo construído em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Tipificação de Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009; 2010). Suas ações se pautam na proteção social do usuário de crack. Seu objetivo é garantir acolhida e proteger usuários com grande exposição à violência, por meio de serviços de abordagem social e acolhimento institucional. Dessa forma, busca reduzir riscos e danos aos indivíduos em situação de uso intenso de crack ou em condição de ameaça ou riscos de violência.

O programa se organiza através de núcleos regionais, sendo compostos por: serviço especializado em abordagem social (Atitude nas Ruas), Casa de Passagem (Centro de Acolhimento e Apoio), Acolhimento Institucional (Centro de Acolhimento Intensivo) e Residência Acompanhada (Aluguel Social). As equipes contam com psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, pedagogos, educadores e cuidadores.

O Atitude nas Ruas funciona como um serviço itinerante, atuando de forma territorializada, em locais que se constituam como cenas de uso de crack ou que habite grande

contingente de usuários. As ações do serviço têm como finalidade mapear áreas de uso e, com isso, procurar construir vínculos com os usuários, de modo a desenvolver estratégias de redução de danos e riscos. Além disso, também promove cuidados primários e encaminhamentos para outros serviços.

O Centro de Acolhimento e Apoio oferta serviços como uma Casa de Passagem. Desse modo, possui localidade fixa e atende usuários em situação de vulnerabilidade social em decorrência do uso de drogas e seus familiares. Funciona 24h por dia. Busca assegurar acolhimento singularizado, descanso, higiene, alimentação e cuidados primários. As atividades desenvolvidas têm como finalidade a redução de danos e riscos, assim como encaminhamentos para a rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Centro de Acolhimento Intensivo atua na oferta de acolhimento institucional. Tem como objetivo garantir proteção integral e abrigamento aos usuários de drogas com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e com grande exposição à violência, em decorrência do consumo. O serviço tem endereço sigiloso e funciona 24h por dia, podendo o usuário permanecer até seis meses.

O aluguel social é um benefício eventual, constituído como porta de saída do Centro de Acolhimento Intensivo. Caracteriza-se como espaço residencial alugado para os usuários e seus familiares, em condição financeira desfavorável. O tempo de permanência é de seis meses e conta com acompanhamento profissional sistemático.

7.2.2 Participantes

Participaram desse estudo 15 usuários de crack de grupos sociais distintos e com diferentes padrões de consumo da Região Metropolitana de Recife (RMR). Cada grupo foi composto por uma média de 5 participantes. Os usuários foram convidados a participar da pesquisa por meio de profissionais do Programa Atitude, quando se encontravam nos serviços. A faixa etária desses usuários se situava entre 18 a 45 anos. A maioria possuía um consumo de crack de até três anos, tinham abandonado os estudos no ensino fundamental e tinham uma renda familiar média de um salário mínimo⁴.

⁴ O salário mínimo em vigor no momento da pesquisa (2016) era R\$ 880,00, o equivalente em dólares americanos a U\$ 272.143.

O critério de seleção para participar da pesquisa era o indivíduo consumir crack. Procurou-se encontrar usuários de diferentes localidades e com padrões de consumo distintos. Os usuários recrutados em cenas de uso foram levados a um local que oferecia sigilo e privacidade para que temas delicados fossem abordados, tal como aqueles que se encontravam em unidades do Programa Atitude. Contudo, para esse grupo foi utilizado como critério de participação apenas os usuários recém chegados/ acolhidos no serviço. Essa medida foi tomada com o intuito de minimizar o contato do usuário com a instituição, bem como as possíveis influências pelo lócus de cuidado. Os grupos foram facilitados pelo pesquisador responsável pelo estudo com a colaboração de mais uma pessoa, doutoranda em psicologia.

Deve ser ressaltado que os usuários entrevistados estavam no Centro de Acolhimento e Apoio. Assim, os grupos somente foram realizados após apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (APÊNDICE A).

7.2.3 Procedimentos de coleta

O período de coleta dos dados teve duração de aproximadamente dois meses (entre janeiro e março de 2016). Foram realizados três grupos focais, utilizando como roteiro para discussão as experiências de viver a pobreza e a desigualdade, enquanto usuários de crack. Os grupos foram filmados digitalmente e transcritos na íntegra. A média de duração foi 40 minutos.

7.3 Resultados e Discussão

A análise dos grupos focais permitiu a inferência de duas categorias que organizam os sentidos dos discursos produzidos pelos sujeitos, denominadas “o contexto da favela: a humilhação de ser pobre” e “a criminalidade como meio de inserção social”.

Os discursos acabaram tangenciando o debate acerca das drogas, tornando a experiência de viver com a desigualdade como marcação mais significativa. Embora esse aspecto seja relevante, não implica numa inexistência da droga como elemento protagonista nesses discursos, ao contrário. Sua presença é inequívoca. Contudo, apesar dessa marca, a

droga se torna coadjuvante de um contexto de privação social mais abrangente. A pobreza, a vida na favela, a humilhação de se deparar com a diferença exercem um papel mais circunscrito no âmbito dos determinantes sociais implicados na experiência desses sujeitos.

Nesse sentido, a proposta analítica que será esboçada, resgata os aspectos da experiência subjetiva desses determinantes, compreendendo seu papel na ordem de regulação normativa. Parte-se da premissa dos sentimentos como moduladores da interação entre o sujeito e a sociedade e mais especificamente como um componente da dimensão ética e moral que adotam.

7.3.1 O contexto da favela: a humilhação de ser pobre

O primeiro aspecto a ser analisado nesse estudo diz respeito ao contexto de pertença desses sujeitos: a favela. É esse o espaço de desenvolvimento dos sujeitos participantes dessa pesquisa. Foi nesse contexto que se socializaram, apoiando-se em valores que rompem com as normas vivenciadas fora desses espaços. Como aponta um dos participantes, a favela tem um “cheiro”. E essa afirmação não indica uma sensação, mas uma metáfora ao que circunscreve esse mundo, essa realidade. Contudo, o que são as favelas?

Conforme registro oficial, as favelas são áreas de habitação irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem esgotos, sem água, sem luz. São, portanto, os espaços “privilegiados” da pobreza, de seus habitantes (ZALUAR; ALVITO, 1998). Em contrapartida, situa-se nesse estudo a experiência de viver nesses espaços, de se inserir e se identificar como um membro pertencente dessa outra faceta da sociedade. A experiência de ser o “outro”.

Entretanto, a caracterização desse espaço vai além de uma conformação geográfica, sendo instituída por uma matriz de sentidos e afetos que o delimitam como um contexto de pertencimento, decorrentes das representações que se constroem e se difundem no âmbito da experiência (JODELET, 2005). Nesse processo, emerge uma marca fundante e definidora para esses sujeitos: a vivência humilhada, uma identidade estigmatizada pelo crivo da alteridade radical. É a humilhação de ser pobre a tipificação que organiza a experiência dos sujeitos dessa pesquisa.

O discurso predominante encontrado na análise dos grupos focais aponta a degradação experienciada do sujeito que vive em um quadro de pobreza. Em quase unanimidade, os participantes indicaram se sentir humilhados em suas vivências sociais, lidando com a desigualdade socioeconômica. A vergonha e a humilhação de ser pobre parece ser a marcação que prevalece na identidade do sujeito que usa o crack. Essa delimitação ocorre pela via indireta das marcas deixadas pela associação entre crack e pobreza (como destacado no Estudo 2). O preconceito vivido ocorre pelas características atribuídas aos atributos que decorrem de sua condição socioeconômica, não se evidenciando pelos efeitos da substância.

Eu... me sinto envergonhado em certas situações, que nem às vezes em transporte público eu ando, entendesse? Eu vim de pé da cidade, venho... de onde for eu vou de pé pra não pegar um ônibus e não passar por vergonha, por me sentir envergonhado. Porque quando eu entro as pessoas da sociedade percebem que você é um drogado, fica já te olhando de outra forma. E eu não queria tá passando por isso direto, eu venho de pé da cidade, daí, de onde vocês pensar... Eu já andei muito de pé, “ó” minhas pernas, minhas veias... nunca andei de ônibus não... com peso ou sem peso, é sempre de pé, porque eu tenho vergonha de entrar num... (Marcos⁵, Grupo 1).

O trecho retirado do grupo focal ilustra uma situação constante na vida desses sujeitos. No caso relatado, Marcos prefere caminhar aproximadamente 40km para não sentir o julgamento negativo. A “opção” tomada por esse sujeito é uma das vias encontradas para lidar com a marcação alteritária. O sentimento de vergonha orienta suas ações. Pelo crivo da meritocracia, os sujeitos acabam acreditando no âmbito da escolha. Mas, seria mesmo uma opção? Esse quadro de privação social não tem implicações mais contundentes na impossibilidade de mobilidade socioeconômica?

É que... eu sempre me acostumei com aquilo que eu, que eu presenciava... Mas quando eu saio que... pronto, eu vou pra praia, que eu vejo assim uma família, “pá”... sentada lá, reunida, tomando uma cerveja, um guaraná assim... brincando de bola, bate aquela coisa assim: ‘mermão, hoje eu tô na rua porque eu quero... realmente... Mas eu podia tá agora com a minha família, com um trabalho, ou sei lá, fazendo o que...ou tava em casa, é... terminado meus estudos, quem sabe lá numa faculdade...’ e... Mas eu resolvi entrar na droga. E a favela é um negócio bem sinistro. Você, pronto... você mesmo, você tá passando na rua, se você me ver você vai ficar logo cabreiro.

⁵ Todos os nomes utilizados são fictícios.

“Tô” passando lá todo desengonçado, você direitinho... você vai passar e vai olhar “pô, esse bicho aí é “noiado””. Isso aí... (José, Grupo 1).

O primeiro aspecto a ser observado é o papel de regulação que os sentimentos desempenham na modulação das ações e representações. Esse papel é derivado de sua natureza social. No apanágio dos afetos, processo de mudança ou modificação na interação do corpo com os sentidos do mundo, os sentimentos expressam e mobilizam um estado de preparação para o ato (COMTE-SPONVILLE; FERRY, 1998).

Como destaca Hochschild (1983), os sentimentos têm um papel preponderante na tomada de decisões, ao informar sobre o que se sente, preparando o sujeito para lidar com isso. Esses sentimentos, deve-se destacar, não são um elemento intrasubjetivo, mas um processo relacional, decorrente da interação do sujeito e seus contextos. Eles se inserem na partilha social do mundo, mediando essa experiência, não sendo uma dimensão exclusiva de uma subjetividade privada, mas de um processo intersubjetivo que influencia na elaboração de representações (RIMÉ, 1993).

Dessa forma, ao desenvolver uma avaliação de um objeto social, tal qual o contato com esse “outro”, essa população que vive fora da favela, pode-se dizer que uma dimensão afetiva é ativada (CAMPOS; ROUQUETTE, 2003). E essa dimensão circunscreve esses sujeitos em um processo identitário, ela delimita modos de ser. Ao falar dessas experiências, a marca da vergonha e humilhação criam marcas de uma identidade, um estigma que se consolida na forma de ver e agir no mundo. Esse sujeito, como afirmado anteriormente, é compreendido como um conjunto de representações de si, as quais são sempre de valor, imersas em investimento afetivo (LA TAILLE, 2006). É nessa dialética afetivo-representacional-vivencial que emerge a identidade. É no contexto interacional, na demarcação pelo outro de suas impressões, de suas representações acerca daquele que vive na favela, mas também do que é sentido ao ser inserido nesse campo representacional.

Eu acho que se eu sair na rua... botar uma roupa, uma calça, um tênis pra arrumar um emprego, entregar um currículo... eu creio que eles não vão me...me julgar como um drogado. Não vão nem saber se eu não falar. E ainda tem a cor também, né? (Lucas) Tem a cor.. tem a cor da pele também... (Vitor) Exato! (Leonardo) Não... é a mesma coisa de você... entrar no shopping. Você assim tá “becado”, “pá”, você entra. Agora se você for assim (aponta para si mesmo). E: agora se for assim é barrado! Já fui barrado muitas vezes... (Lucas) Fui entrar de... de chinela e bermuda, assim, no

shopping... e eles não deixaram a minha ausência. Eles só perguntaram: ‘você vai aonde?’ ‘não eu vou ali numa loja de sapato, comprar um sapato.’ Aí ele disse: ‘é? qual é a loja?’ aí: ‘tal loja’. Aí ele: ‘copia aí um rapaz aí, que tá aí andando...’. Passa logo um rádio pra o cara que tá lá na loja que você vai comprar, tu entendeu? E ele ficava aqui olhando se tu tá indo mesmo comprando um sapato. Ou coisa assim de dizer: ‘oa’ ‘brother’ , porra... não dá pra tu entrar assim não, vai...” (Lucas) quando você se depara com uma situação o inverso dessa você fica... eu por exemplo, fico me achando um mané: “meu irmão... Isso é que é uma vida, ‘véi’, vida é essa daí, aquela de lá... um mané... Mas mesmo assim sabendo... Eu me sinto... com vergonha, não vou mentir. com vergonha. Tanto é que nem dentro de casa eu entro, ainda sou convidado pra entrar, mas eu não entro, com vergonha! (Grupo 2).

A vergonha, portanto, organiza essas experiências, desempenhando um papel de construção de inquietações sobre o modo de vida desejado. Como apontado, é a droga que se destaca como responsável por essa condição, algo que merece ser debatido, mas que se institui como norma, terminando por regular o sentimento inicial de vergonha, o qual adquire potencial de humilhação e a resposta do ódio.

Nessa perspectiva, são as experiências vividas de humilhação que despertam a revolta. A desigualdade em si não é concebida como o problema. São as inúmeras situações de confronto com o escárnio alheio que trazem à tona esse sentimento. É uma via de mão dupla, o medo do outro e o ódio por esse medo. São sujeitos desqualificados pela sociedade e que ao estabelecerem furos nos mecanismos de exclusão e conseguirem ser observados criam medo. O contato com a pobreza gera o pânico social pela objetivação do criminoso estampado na pobreza, nas drogas.

Então tem aquele preconceito de quem mora na favela e quem mora na área nobre (José). Essa semana, essa semana *rolou* um, *ro-rolou* um, uma situação comigo bem... Constrangedora. Aí a minha esposa ia na frente, a minha esposa tem um celular *né*, tem um celular desse *grandão*, aí ela ia na frente, aí eu vinha atrás, porque não sei o que foi que ela foi falar comigo, aí na hora eu corri, pra seguir *ela*, fui, abracei *ela* e peguei o celular dela, “*oxe, tas doido homem*” (risos) e o casal, tinha um casal e eu na frente, menino, *eita carreira!* *Oia*, eu vi que, parecia mais que, não sem *onda* nenhuma *pô*, parecia mais que ali vinha uns quarenta *ladrão*, tudo armado, pistola, faca, a *porra* toda. Aí nisso eu abracei minha mulher e lá de baixo ele ainda ficou cochichando com outra pessoa “*oa que fulano ali, pá, tá roubando, não sei o que, ba ba ba*”, daqui a pouco, minha gente, uma viatura *pô*, me enquadrrou e já *botou* na cabeça e tal e “*não, que foi?*”, aí “*não, porque tá aqui, é, você vai receber uma ocorrência de, de uma pessoa que ia roubar uma mulher...*” aí eu falei “*olhe, primeiramente, essa pessoa sou eu, essa daqui é a minha esposa, ela ia na frente, eu ia correndo, pra acompanhar*

ela, e eu agarrei nela, peguei o celular dela, aí o casal que ia mais na frente correu também pensando que eu ia roubar *ela*, que é minha esposa e, ela chegou lá na frente, já... Já, – não sei o que ela falou, sei que ligaram – e essa pessoa sou eu”. Aí o policial foi, e o policial não quis nem acreditar, perguntou o nome dela, perguntou o nome dela, da minha esposa, de uma amiga, eu disse, perguntou uma série de coisa, aí pegou o celular dela, aí começou a olhar foto, aí viu minha foto com ela, aí foi que ele acreditou que ela, que eu era marido dela... (Pedro). Vê só! (Alberto)... Aí viu foto do meu filho, foto da minha esposa, *d’eu* com ela, aí fez “não, tranquilo, me desculpe” aí ele foi, me pediu desculpa, *tal*, e isso eu segui meu caminho, mas eu fiquei muito... Eu vou mentir não, fiquei meio, meio, *me-meio*, meio com raiva. me senti constrangido *né*, constrangido porque, *pô velho*, eu *tô* andando, *tava* andando *de boa* na rua... (Pedro). (Grupo 1).

Em contrapartida, o sujeito marcado pela pobreza sente a humilhação que o cerca por ser reduzido a um estigma, muitas vezes tomando essa imagem como sua, assumindo a identidade que não consegue escapar no modo como é representado pela sociedade.

Como apontado em estudo anterior, a imagem do usuário de crack se conforma numa alteridade, na qual o indivíduo que se insere nessa condição não se reconhece. Os saberes construídos pelos usuários em dada rede interacional desempenham papel normativo, prescrevendo ações desenvolvidas em torno do certo/errado, normal/anormal, aceito/excluído e adquirindo, assim, eficácia simbólica por meio de sistemas de significação e práticas partilhados pelos sujeitos. Apesar de o usuário ser representado como o ladrão, o bandido, no processo de identificação e diferenciação, essa caracterização é atribuída ao outro. Essa relação com a experiência e suas representações relacionadas coloca o usuário em um lugar de conflitos identitários. Em um movimento de defesa, as dimensões negativas do outro se intensificam, transferindo-se toda a carga indesejada para fora de seu grupo de pertença. Assim, alguns usuários, mesmo inseridos em redes que legitimavam a prática de crimes, tomavam decisões que divergiam dessa norma informal: roubar para fumar. Desse modo, apesar dos usuários afirmarem que suas ações não se determinam em relação a essas normas, as representações hegemônicas de seus contextos de uso remetem essas atividades como verdades sobre suas identidades. As normas sociais vigentes na informalidade desses campos convocam os usuários a se tornarem dependentes, criminosos e incapazes de construir planos de vida. Esses resultados remetem à problematização da implicação do sujeito em um sistema normativo que orienta a consolidação de ações divergentes de seu código de conduta, de sua ética. Essa condição de conflito diante de um *ethos* termina por trazer questionamentos a respeito dos processos de significação que constroem e legitimam a capacidade ética de fazer escolhas diante desses sistemas (ACIOLI NETO; SANTOS, 2016).

Evidencia-se, nesse processo, que essas duas dimensões são articuladas: os afetos atuam na regulação das normas ao mesmo tempo em que instituem sentidos para a vida desses sujeitos. Como destaca Festinger (1957), as normas sociais surgem de modo arbitrário, sendo investidas de uma racionalidade e/ou moralidade aparente, satisfazendo a necessidade de coerência ao mundo. Contudo, o que se observa é que essas normas são edificadas com base em cargas afetivas que modulam as condições de ação, determinando interdições (FERNÁNDEZ-DOLS, 2012).

Assim, a experiência de se identificar no contexto da favela parece ser conformada pela carga afetiva da humilhação, culminando na negação dessa condição. Nesse processo de exclusão e delimitação da identidade enquanto uma figura de alteridade, o sujeito atribui à droga a responsabilidade dessa marcação. Essa atribuição parece se realizar pela negação do status de pobre, o que se evidencia na fala abaixo:

Pobre? Pobre?... Eu não. Pobreza pra mim é miséria. Fome, doença... ser pobre é a pessoa não ter nada, não ter nem perspectiva de nada, não tá nem aí pra nada...pra mim pobreza é isso aí. Eu não me considero pobre não. assim, ao meu ver, uma pessoa pobre eu acho que aqui, aqui no Brasil não existe uma pessoa pobre. Existe uma pessoa... Aqui no Brasil não é pobre, a gente é humilde. Nessa humildade a gente consegue arrumar um trabalho, um bico pra fazer... Sempre tem como arrumar um dinheiro. Pobre, pra mim, eu vejo na situação da África. As pessoas ali, realmente são pobres, comem da terra, da terra mesmo. Então a gente não é pobre, o meu ver é esse. Eu nasci na favela, mas eu nasci nas condições que me limitava ali, então eu tinha aquilo só que eu não podia me expandir. Então como eu me expandi foi dentro do... das drogas, do crime... Então, pra mim eu não sou pobre, eu simplesmente fui humilde por nascer numa favela (Marcos, Grupo 1).

Eu mesmo sou rico pirraia. Eu sou rico de espírito. Eu sou rico, muito rico. Mas do que certas pessoas que têm dinheiro. Eu me considero muito rico, porque, por mais dificuldade que eu passo, eu sempre tenho meu sorriso no rosto. Dinheiro não traz tudo. Pra mim, a minha concepção é que dinheiro para mim não traz tudo. Se... é... Ninguém vive sem ele, por conta de várias coisas: comida, calçado, esses negócio, mas eu me considero uma pessoa rico vei. Sou uma pessoa muito alegre, uma pessoa muito... muito pra frente. Mesmo com as dificuldades, eu sou uma pessoa muito assim. Eu me considero rico. De espírito eu considero rico (Leonardo, Grupo 2).

A pergunta realizada no contexto do grupo focal (alguém se considera pobre?) teve como propósito provocar esse incômodo, tensionando a experiência desses sujeitos com o estigma da pobreza. Como resposta, houve um momento de bastante constrangimento pelos participantes, que terminaram com a negação desse quadro, circunscrevendo suas realidades

como “humildes”. A humildade, como descrevem os sujeitos entrevistados, é descrita em torno da possibilidade de aquisição de bens e pela liberdade de circulação pelos espaços da favela.

Não só, não tô julgando quem não vive ... mas assim, que diante da favela onde a maioria de nós nasceu... a gente sempre teve aquela liberdade de ir e vir. Sempre teve o que a gente queria. Andar descalço, jogar bola, é... fazer o que a gente quiser. Então... como algumas pessoas da sociedade nunca estiveram na favela, a gente da favela tem o nosso direito, tem as nossas leis, enquanto na sociedade mais ampla, ela se restringe a certas coisas (Marcelo, Grupo 3).

É um povo mais unido que do que o povo que pega e olha... o povo da favela parece que tem aquela união, família. Parece que quando mata uma galinha, todo mundo quer fazer aquela festa, vai logo todo mundo pra fora. É um negócio mais legal, você pode botar as tuas crianças pra brincar com as do vizinho, sem estresse. Você chega ai numa comunidade, é aquele *num* me toque, porque fulano é isso... Não, lá é mais unido. Morei um bom tempo dentro dos Coelhos e lá eu vivi um tempo muito massa e um grupo muito massa, dentro dele também era muito massa. Favela, eu sou favela até morrer (Lucas, Grupo 2).

A resposta apresentada quase em unanimidade em todos os grupos realizados converge com as afirmações de Souza (2009) sobre a dificuldade de assumir a realidade da pobreza no Brasil. Para o autor, o traço distintivo da cultura brasileira é delimitado pelo mito da brasilidade, um conjunto de representações construídas ao longo de séculos que circunscrevem a população em um quadro de conformismo otimista.

Nesse sentido, emerge um sentimento ambivalente em relação à vida na favela que oscila entre aspectos positivos decorrentes dessa liberdade propiciada pelas “leis próprias” desse contexto e pelo “clima” que se forma nesse ambiente. Essa condição se acentua quando os sujeitos se deparam com a realidade externa, com o encontro com o outro que vive nos “bairros nobres”.

Tipo, tipo quando eu saio... um exemplo bem... bem real. Quando eu vou na casa da minha família... faz tempo que eu não vou... 2 meses que eu não vou na casa da minha família. Ai eu chego lá e vejo logo... vejo logo o cheiro, o cheiro lá é diferente, o jeito de falar é diferente... Cheiro de coisa boa, cheirinho de casa, cheirinho de coisa boa (Lucas). na favela, o cheiro é louco, “véi”. Quando eu falo de cheiro não é... cheiro, é o clima...o clima, na favela, é aquele negócio agitado, você não pode ouvir o ronco de uma moto, você não pode ver o “giroflex” de uma viatura... você vê o SAMU de longe

pensa que é uma viatura... se você vê uma pessoa passando pelas suas costas você já tá olhando pra trás... (Leonardo) (Grupo 2).

Em contrapartida, apesar da nítida rejeição à denominação de pobre, os sujeitos expressam viver cotidianamente com o preconceito de classe e raça. A desigualdade social é um aspecto inerente em suas vivências sociais. Como alguns destacam, são os “nobres” e o morador da favela.

Fica evidente o papel desempenhado pelo sentimento de humilhação e vergonha nesse encontro com o outro, na demarcação identitária desses sujeitos como figuras de alteridade. A interação decorrente do encontro com esse outro se mostra bastante conflituosa, marcadamente humilhante.

Aqui mesmo, todo dia rola isso, aí na frente. Todo dia rola. Vem gente pelo lado de cá, como... como a margem fica mais do lado de cá, que é a nossa calçada, já pra... (tem umas que *fica* pro lado de lá; aqui é a nossa calçada) já pra a gente não dar o que falar, nós *fica* do lado de cá. Que eu acho isso aí... Eu achei errado. Eu mesmo, no meu ponto de vista, eu achei errado (Pedro). Nós *tem* livre-arbítrio pra ficar no espaço que a gente quiser (José). Isso aqui é rua e não existe lei nenhuma que pode tirar você da rua e colocar você em outro canto, em outra rua. A gente do lado de cá, as *mulher* vem... as *mulher*, homem, vem pro lado de cá... Tá certo, que tem uns engraçadinhos que *fica* pedindo dinheiro, cigarro... Mas, assim, tem muita gente também de bem, *pô*, aqui. Que quer... que vem pra cá pra procurar melhora, pra tentar sair. Que, poxa, quando não consegue mais, não aguenta mais aquela vida. Passa, quando chega perto assim... *Or!* As vezes a gente pergunta a hora... Que eu acho uma coisa normal! (Pedro). Não responde... (Alberto). Cidadão, que hora *é?* Só pra saber a rua, aqui atrás... aqui é oito *hora*. *Orch*, ele nem olha, passa direto (Pedro). Bom dia... (Alberto). Passa pro outro lado (Pedro). Entroncha a cara e... (Alberto). Entroncha a cara e passa pra o outro lado... Todo dia a gente sofre isso, discriminação. Todos os dias. Todos os dias. *A gente, bem dizer, já é até acostumado* (Pedro). A gente já tá acostumado, porque tudo... (Alberto). *É!* (Pedro). Olhe... (Alberto). A gente se acostuma (Pedro). Porque tudo... Olhe, tudo, todo dia, vira rotina, a gente se acostuma (Alberto) (Grupo 1).

A realidade da favela se objetiva com base na pobreza e pela representação da alteridade. Pela via da representação, essas objetivações terminam por conformar uma matriz de sentidos em que esses sujeitos são inseridos desde o seu nascimento, circunscrevendo seu “lugar no mundo”. Evidencia-se, portanto, que a delimitação desse contexto ocorre nos meandros das diretrizes estipuladas pela ordem social. Essas diretrizes se constroem com base

nas vivências intersubjetivas, partilhadas e moduladas pelos afetos experienciados por tais sujeitos.

É esse sentido que La Taille (2006) se refere ao demonstrar a dimensão ética. São as interpretações e justificativas que ordenam o sentido da vida de cada sujeito, sempre marcadas pelas contingências contextuais. A ordem que subjaz a isso é referenciada como a dimensão moral, as normas que regem o funcionamento das ações para que esse sentido seja concretizado.

Pra mim é mais diferença... (Lucas). “Duma” roupa, “duma” fisionomia... É, é verdade, é... (Leonardo). Certo, tá vindo um camarada, uma mulher ali, um casal... muito bem vestidos, celular... aí tá vindo um cara passando... de muitos dia, muito uso de crack, barbudo... uma bermuda, uma camisa suja, “né”? Uma sandália... que só Deus tem a misericórdia... sujo. A diferença, cara. É essa diferença. Agora se... se mesmo eu sei... mesmo, mesmo, o cara sendo usuário, mas “tando” de bem, de boa, um físico bom, a fisionomia boa, cabelo cortado, barba feita, com uma “beca” boa que acho que todos aqui usaram...e no momento tiver de bem, vai usar novamente... um “pisante” legal, uma sandália legal... tem essa diferença... um relógio... pra mim não tem essa diferença não... E: eles num cometem... eles num...como é que diz? Não fica com medo da pessoa, né? Num vê desigual dele. Entendeu como é que é? (Vitor). Vê a igualdade igual... vê a... E: não, simplesmente é... aí passa na moral... (Leonardo). Eu cheguei aqui só o “pirata”! Eu tava magro, barbudo... graças a Deus aqui... eu acho né? Porque aqui nem espelho deixa usar pra pessoa... (Gilberto). É foda... (risos) (Vitor). (Grupo 2).

A justificação dessa diferença é destacada pela estética apresentada entre aquele que vive na favela e o morador dos bairros nobres. São elementos marcantes da representação da alteridade em que se conformam e que ao mesmo tempo não toleram. Representação também ilustrada pela mídia, como reforçam os sujeitos.

Mas o que influência muito a venda da droga dentro da favela é justamente a propaganda que tem na televisão daquelas *marca* tudo *massa*. Vê o... vê o *playboyzinho* andando com um sapato *massa*, uma bermuda *massa*, o pobre da favela que não tem condições de ter... (Lucas). Não tá de graça (Leonardo). Sujeito 3: Me dá uma bolsa de crack, vou pegar aquela *grana* vou comprar aquela bermuda que eu vi na televisão. Ou então, muitas vezes tá lá na televisão, uma coisa que tá maquiada, ela vê o crack... e vai dizer: *oh*, fica mais fácil pra tu conseguir aquela beca e andar de boa pra arrumar as nega. Pra mim a favela representa muita dignidade, mas muita *fuleragem* tem aí (Vitor). A mídia, né? A mídia que bota isso (Lucas). A mídia passa pra gente e a gente fica tudo punk (Vitor). A mídia ela diz muitas coisas que

a cabeça do ser humano vai além. Parar um tempo pra pensar. É um sinal vermelho, parei? Tanto ela mostra, quanto esconde (Lucas) (Grupo 2).

O que se escuta muito de um drogado... é o que passa na televisão todo dia... todo dia passa na televisão, todo dia... tudo é culpa do usuário, tudo é culpa do usuário. O cara é preso, o cara nem precisa ser usuário... (Fernando). É “noiado”! (Marcelo). A culpa é: ele é usuário de droga. O cara é noiado (Fernando). Sempre passa na televisão, aí a turma... (Marcelo). O cara é preso, o cara “mermo”... o cara, só por dormir na rua... não quer dizer que ele é... usuário. Não, fulano de, de tal, dorme na rua foi preso: usuário de droga! Aí já fica aquilo: “porra”, todos aquele que dorme na rua, é usuário de droga, é ladrão, é traficante. Então... o preconceito tá aí (Fernando) (Grupo 3).

Como descrevem, é a estereotipia da imagem do usuário que reforça os estigmas. A norma que rege as condições de possibilidade da manutenção desse furo à exclusão é nomeada pelos usuários entrevistados como “a lei da favela”, é o silêncio. Esse furo à exclusão é o modo como esses sujeitos superam as limitações impostas diante da condição socioeconômica vivida.

Na favela é: ver e ouvir, e não saber de nada. Se eu fiz alguma coisa com ele, você viu, você fechou os olhos, tapou os ouvidos e fechou a boca. Só respira o nariz, porque é o necessário. Você for falar você é um peso morto. Na favela não... não tem vez. É uma coisa de... dar e receber. Se eu sei um, vejo, eu fico calado, mas até certo ponto pra mim, aquilo dali é uma garantia de que eu posso sobreviver ali dentro sem que mexam comigo. Aí é assim, sempre... é assim (José, Grupo 1).

Nessa perspectiva, destaca-se a rejeição, a rechaça ao enquadramento no lugar da diferença. A nítida negação desse status de pobre, de excluído, de uma figura de alteridade. Por meio dessa negação, instauram-se mecanismos de ruptura, os quais são os aparatos disponibilizados por seus meios culturais. Por um lado, encontram-se separados da “elite” do país, pois são classificados como uma ameaça. Ao mesmo tempo, estão sintonizados com toda a cultura midiática, apresentando um mundo que pode ser acessado. Diante da privação e da necessidade de se inserir, a via de acesso legitimado no discurso analisado foi através do crime.

7.3.2 A criminalidade como meio de inserção social

A prática de crimes foi outro aspecto prevalente no discurso analisado. Os sujeitos declaram que desde a infância são inseridos em um contexto de práticas desviantes e o uso da violência se torna prática banal. Do mesmo modo, o ato de roubar ou traficar é comumente vivido e valorizado.

A construção do sentido dessa prática parece se refletir na própria delimitação dos efeitos do consumo de drogas, em particular o crack. A imagem objetivada desse sujeito tem implicações na afirmação de práticas específicas, como o roubo. Como demonstrado em estudo anterior, a imagem desse usuário é marcada pela figura do “ladrão”. Existe uma espécie de construção simbólica amalgamada entre o crime e a droga (ver Estudo 1).

Assim sendo, o contexto de pertença desses sujeitos propicia e legitima a iniciação ao uso desses sentidos. O sujeito que se torna usuário aprende quais os efeitos decorrentes desse consumo. Não se trata de um reflexo orgânico, de uma reação neuroquímica. Existe um “contrato” social estabelecido e uma eficácia simbólica decorrente das normas partilhadas. Nesse âmbito, o que pode ser observado no discurso analisado é que a droga se estabelece desde a primeira infância, destacada como meio de sobrevivência e como modo de destruição (de si e do outro). Esse trecho ilustra: “Então como eu me expandi foi dentro do... das drogas, do crime... então, pra mim eu não sou pobre, eu simplesmente fui humilde por nascer numa favela” (João, Grupo 1).

Eu mesmo, tipo, quando foi na minha infância assim de 10, 11 anos, 12... eu sempre passei no meio de muita gente usando droga, fumando maconha, outros tomando arma, mexendo pra lá e pra cá, entendeu? E tipo, a pessoa bota aquilo na cabeça, você tá vivendo aquilo, então... você vai passar por aquilo, né? Entendeu? Vai pro colégio, se tá no colégio não quer estudar, só quer bagunçar, como se... não quer saber de nada, não liga pra vida, como se tipo... se você voltar pra sua favela é melhor do que “cê” “tá” no colégio, entendeu? Aí por isso que eu entrei na vida errada, foi bem assim (Pedro, Grupo 1).

Comecei com dezessete, a fumar maconha com dezessete; crack, comecei com vinte... vinte *ano*. Comecei um pouco velho, *né?* Porque, quando eu via a droga dentro de casa, desde os... *Oxi*, desde os nove *ano*. Cresci, bem dizer, dentro da droga. Então, aí depois que eu comecei... como eu comecei a usar crack, foi que eu comecei a roubar, pra falar a verdade. Nunca foi do meu conceito roubar, não. Nunca foi da minha vontade, nunca foi da minha índole, não, roubar, não. Foi na época que eu conheci... comecei a usar

crack, comecei a andar com gente que já fazia roubo, *né?* Não sabia roubar, aquele fulano já sabia, ai dizia “faz assim, tal.. *Vamo roubar?*” Eu, *pô...* fica naquela... Comecei a furtar nos *mercado*, depois... *Pera* aí. *Bora* roubar na rua? *Bora*. 157 (um, cinco, sete). Começamo a roubar, a fazer 157 (Augusto, Grupo 2).

Pode-se notar como a negação da pobreza é caracterizada pelo discurso da inserção no crime. É o mecanismo desenvolvido nesse contexto para conseguir aceitação e legitimação como o sujeito “de fora”, aquele que é encontrado fora da favela. Deve ser salientado que apontar o crime como furo aos meios de exclusão não significa justificar essa prática, mas relativizar os sentidos partilhados a seu respeito. O que se destaca é que essas representações são subjacentes às práticas que aprisionam esses sujeitos em modelos de segregação de modo mais contundente. Pretende-se compreender o modo como essas representações são construídas na contingência das experiências vividas por esses usuários.

Diante desse modelo de sobrevivência, os usuários entrevistados destacaram a figura do “sindico”, em geral um traficante que assume a organização do espaço territorial da favela. Esse líder assume o lugar de ordenar e criar “justiça” aos que moram nesse contexto. É concebido como protetor e uma ameaça.

Eu não. É tipo, um prédio... não tem a síndica? Que manda no prédio? A mesma coisa é na favela, tem alguém que manda lá nela e vai ter que obedecer. E quem é que manda? (Silêncio por um tempo) O sindico de lá (João, Grupo 1).

A gente sabe que dentro da comunidade tem um líder comunitário mas vem ou uma mãe de família, vem um pai de família vai pro líder comunitário, ai diz quem foi que roubou, aí vai *pro* traficante, vai *pro* matador, vai *pro* policial que já é *baratinado* mesmo, diz “ó, o homem me roubou e aí?”. O líder comunitário não vai poder fazer nada, simplesmente ele *tá* ali *pra* organizar aquela comunidade, *tá* ali em benefício dela, mas aquele lá que é o *cara*, o *cara* que mata, o que *tira onda*, ele é que vai julgar, ele vai buscar “chama *fulano* lá”, “e aí, *cadê* o *negoco* da *mulé?*”. O líder comunitário também, é outra vítima também, a qualquer momento ele pode ser roubado e levar um tiro. Assim na comunidade onde eu morei, um lugar aqui próximo, onde era uma boca de fumo também, as regras que existiam lá antes eram as regras que hoje em dia existem em qualquer comunidade, qualquer periferia, você viu. Se você vê uma agulha na porta da vizinha, você pega e entrega ou então você deixa lá. Se você pegar e depois ela der falta e ela souber, e ai ela vai, como ele falou, diretamente na aquela pessoa que por ele ter a autoridade dentro da favela, ele... É o juiz, feito ele disse, e ali vai dar a sentença e ali vai se ocorrer o caso que depois vai se “esconder” à mídia. Tem várias coisas, respeito... Hoje em dia, assim, já mudou um pouco o que era no período da minha adolescência, quatorze, quinze até os meus dezoito

ano, hoje as comunidade, algumas mudou muito. É que hoje em dia você vê que rouba dentro da comunidade. Pega uma bermuda do vizinho no varal que é de cima, que é boa; se tiver no lugar um gorro, ele vai lá e pega também. Então são regras que muitas vezes são quebradas por serem quebradas, tem o seu julgamento. É uma pessoa dentro da favela que comanda a lei do sistema da favela. Por ele ser autoridade. Abaixo dele, você ganha autoridade (Vitor, Grupo 2).

Na ausência de leis, de uma ordem social que regule as interações, o “síndico” assume o papel do Estado. Desse modo, é no contato com o “mundo de fora” que surgem as inquietações. Nas impossibilidades de inserção, no preconceito marcado em seus corpos, em sua pele. Na discriminação de apenas ter alguma visibilidade. A visibilidade desses sujeitos enquanto pertencentes à favela somente é permitida pela objetivação da imagem do bandido que cria uma ameaça ou pelo viés da superação dessa condição, algo que diante das desigualdades se torna praticamente impossível de ser alcançado. Por isso, ao falar do tráfico, dos crimes, eles ressaltam as aberturas propiciadas por essas práticas.

Nos bairros mais nobres, né, as coisas são muito diferentes, né? Os pais e as mães não deixa os filhos sair da casa, se sair é acompanhado de uma babá, ou se sai com um segurança ou coisa assim do tipo, é de casa pra o colégio, do colégio pra casa. Na favela nós é criado no meio da rua, desde os 5 anos engatinhando pra cima e pra baixo com o pé na terra, fica tudo mais fácil, entendeu? (Vitor, Grupo 2).

Aí, fiquei muito com raiva, meio com raiva, mas também, eu também tenho uma certa culpa nisso aí também porque, porque a gente que é da favela também, a gente deixa, a gente deixa o que o povo fala, virar verdade, a gente deixa, porque o povo fala o que? “Quem vem da favela é ladrão”, e às vezes a gente *vai na pilha*, e faz mesmo “ah, *fulano tá* falando? *Apois* eu vou fazer” já muito disso na cabeça da, do, *da-do*, de quem vem, de quem vem da favela, não é, não é *todos* que tem uma mentalidade de dizer assim “*pô vei, fulano tá* dizendo que eu sou ladrão, mas eu vou fazer diferente” não é *todos* não. Em geral é muito de “ah *fulano tá-fa tá* falando? *Oxe*, agora eu vou *botar pra gerar* mesmo, quero nem ideia” em geral é muito isso na cabeça da pessoa (Alberto, Grupo 1).

O sentimento de humilhação termina por desencadear a raiva de ser colocado nessa condição, do enclausuramento nessa ordem. Esse sentimento, novamente, regula as condutas e torna legítima a prática. Como foi apontado no discurso, se já é concebido que esse sujeito é um ladrão, por que não assumir essa identidade?

Eu já me deparei, tipo, com outra situação assim... eu tava andando na orla da praia e vinha uma madame em encontro à mim, entendeu? Ela vinha caminhando, quando ela viu a aparência da minha pessoa, lá do outro lado tinha já outra madame com um monte de cachorro, assim... aí ela preferiu atravessar a rua pra ir lá pra cima dos cachorros, sem saber se os cachorro era feroz ou não, se ela atravessasse na hora da agonia, do pânico e um cachorro tentasse defender a dona e morder ela, do que passar por perto de mim, entendesse, como é que é? Então ela fez isso, eu olhei pra ela assim, aí me veio aquela mágoa e eu disse coisa com ela, não vou mentir. Eu disse um monte de barbaridade. E: lembro... chamei ela de puta, de rapariga, “a senhora tá endoidando, é?” (todos riem) E: com meio mundo de câmara aqui da SDS a senhora acha que eu vou lhe roubar é? Aí ela: “não, não foi isso não”...eu digo “não foi não o que? Era bom que um carro lhe pegasse quando a senhora fizesse isso, ou que algum desses cachorro aí lhe mordesse”. Disse mesmo, não vou mentir, quem não minto é eu. E eu não tava nem com o pensamento nisso, entendeu senhora? Eu tava com pensamento de na hora que eu ia... direto pra o estacionamento já, encostar carro pra trabalhar, não tava com pensamento de roubar ninguém, roubar cicrano, ou aprontar aquilo outro, ou ir atrás dos amigos não... eu tava com outros pensamentos, e ela me fez a minha ira sair. Eu disse mesmo, eu falei mesmo, e depois ela ficou olhando assim pra mim, acho que até ela... olhou assim e disse: “porra, eu errei mesmo” Quando chegou em casa... (José). E: ela disse: “eu errei mesmo”, entendeu? (Alberto). Às vezes nem pensa, às vezes nem pensa, às vezes nem pensa... às vezes... (José). Eu fiquei: “ôxe”, porra, preferiu passar perto dos cachorros do que de mim, imagine? Os cachorros, na hora que ela corresse os cachorros: “vráu” (Alberto). Passa perto dos trombadinhas (Marcos). E o pior, “pô” é que quando o cara tá passando ta ligado? Na...na...rua assim... uma rua meia estranha, tá ligado? Umás nove horas, dez horas da noite... passar assim numa rua dessa aí, tá vindo um casal (um cara e uma “mulé”), na mesma... na mesma dessa... eu “nêgo”, passando... para na rua o caba e uma “mulé”, ela no celular toda distraída, quando vê, só foi bater os olhos em mim, ela: “vúú”. Foi dois segundos pra atravessar a rua (João). (Grupo 2).

Como descrevem Jodelet e Moscovici (1990), as práticas são sistemas de ação estruturados e instituídos em relação com as regras. Por meio das representações, o que se evidencia nesse caso ilustrado de uma identidade marcada pela ameaça, de uma figura de alteridade, ocorre a regulação das práticas. Nesse sentido, as representações orientam as práticas, ao mesmo tempo em que emergem das diferentes práticas cotidianas. É um sistema que gera, justifica e legitima o outro reciprocamente.

Os sujeitos organizam e constroem representações que regulam tomadas de decisão consideradas favoráveis e desfavoráveis em seus cotidianos, de modo que, aquelas são justificadas, reafirmadas ou transformadas diante dessas. Nesse confronto, em articulação com essas práticas, parece atuar a dimensão afetiva, regulando as possibilidades de ação no

mundo. É a humilhação de ser pobre, a raiva de ser estigmatizado que sustentam uma identidade rejeitada, mas ao mesmo tempo assumida.

Desse modo, os sujeitos acabam construindo suas identidades com essa marcação da alteridade, legitimando suas práticas pela impossibilidade de ser inseridos em outra categorização. Um jogo circular de conformação e confronto: negação da pobreza pelo morador da favela, desqualificação e medo desse sujeito a partir do crivo de quem não vive nessas condições, vergonha e raiva de ser reduzido a essa figura.

“Ôxe”... eu acho que não existiria não. favela não... porque ali às vezes... muitas pessoas que moram em favela adquire as coisas através da droga. porque não tem um estudo, não tem um trabalho... não tem, como é que é? O que movimenta a favela é droga. é a desgraça do outro, falando bem... é a desgraça do outro, do próximo, no caso. o próximo, o que tá consumindo ela. Por exemplo, na minha família teve uma pessoa que já foi traficante, graças a Deus não é mais... porque foi presa, aí aprendeu. Mas... eu ficava olhando assim, “véi”... não sabia que eu fumava, ficava doidinho quando via ela cortando... chega ficava suando, já dava aquela distonia no pé... e ela cortando e eu embalando... aí... ela não trabalhava, ela não tinha marido, tinha um filho pra criar, marido morreu. O marido dela era caseiro, fizeram uma “cocó” pra ele, pra tomar a arma dele, mataram ele, aí... o caminho que ela achou foi traficar. Começou a traficar, comprou geladeira da melhor que tinha na loja, comprou uma televisão da melhor que tinha... e foi “simbora”... a desgraça dos outros... até a casa cair. A casa caiu ela parou de... traficar, e eu... e eu de mané... comecei a fumar nessa desgraça (Roberto, Grupo 3).

Com isso, os sujeitos se deparam com esses percalços e apontam a droga como caminho de solução e de destruição. Por um lado, ela permite se defender desse cárcere simbólico ao conduzir e mobilizar a economia da favela. As privações materiais são parcialmente superadas. Por outro, ela destrói a vivência daqueles que iniciam seu consumo. Pelos dois caminhos, ela legitima o ódio dessa construção identitária. Como é descrito pelos sujeitos: é a desgraça do outro que mobiliza a favela.

7.4 Conclusões

A partir desse estudo foi analisado como a pobreza é representada pejorativamente, sendo negada como status social. Em contrapartida, os usuários entrevistados sinalizam para um quadro diferencial entre suas experiências de vida, delimitando dois universos simbólicos: a

favela e os bairros nobres.

Com essa distinção, surge o preconceito que vivenciam do “lado de fora” da favela e o sentimento de humilhação e ódio. Esses sentimentos aparecem como elementos fortemente articulados com a construção de suas identidades e com a rejeição de serem enquadrados enquanto figuras de alteridade.

Como consequência, os resultados apontam o papel dos afetos na regulação das normas instituídas nesse contexto e das práticas sociais desempenhadas. Desse modo, a dimensão ética analisada indica que o sentido de vida que circunscreve as experiências desses sujeitos é a de buscar a inclusão no meio social o que se articula com a dimensão moral da inserção da criminalidade, destacada como um furo no sistema de exclusão que foram inseridos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dessa tese foi discutido o modo como o crack se insere na sociedade brasileira e suas relações com processos de significação de um grupo: pessoas que se encontram em situação de pobreza. A inserção do crack parece se situar nos meandros de uma tática biopolítica em que se mascaram as polêmicas intervenções realizadas com pessoas pobres pelo crivo da dependência ou criminalidade.

Nesse sentido, concebe-se o crack como a substância eleita no contexto atual, enquanto droga, como um dispositivo. O crack, tal como apresentado no primeiro estudo, possui sentidos que já foram utilizados em outras substâncias, como o álcool e a maconha. E esses sentidos se concretizam por seu caráter de ameaça social, desrazão de quem consome e contágio ao restante da população.

As representações que circulam em diferentes campos e períodos históricos são marcadas por esses sentidos e apontam especificamente para um modo operativo de controle social. Tais concepções prevalecem na partilha social das representações e terminam por construir modos específicos de ser e agir no mundo. Com isso, embasam uma racionalidade biopolítica que busca segregar a população de modo a obter controle, mas também possuindo efeitos na produção de identidades. Uma identidade marcadamente rechaçada.

O usuário nesse contexto não aceita sua condição social, rejeitando a identidade que é hegemonicamente atribuída. Ao mesmo tempo, não consegue se ausentar dessa identificação e os conflitos terminam por gerar modos específicos de ação.

A dimensão ética se situa exatamente nesse plano. São os sentidos que organizam a vida, que significam a realidade e sua própria existência. Ao se deparar com as marcas da desigualdade, esses usuários acabam atuando por meio do sentimento de humilhação de ser concebido como um sujeito perigoso, indesejado. A humilhação de ser pobre, desencadeada no ódio de ser representado dessa forma, de viver em um contexto de favela orienta suas ações, diante da precariedade social vivida e da falta de oportunidades de mobilização. O crime se torna uma forma de se inserir, de criar um furo no sistema e instituir uma identidade que não seja uma falsa ameaça, mas potencialmente ativa no meio social.

Desse modo, o sentido que parece orientar a vida desses sujeitos é esse desejo de possuir uma identidade visível. De possuir um status social presente. A ameaça já estava

instaurada. Com a inserção em ações criminosas, ela apenas se institui enquanto uma forma de visibilidade.

Assim sendo, o plano ético possui arranjos específicos que se configuram diretamente pelos afetos que estabelecem a pertença desses sujeitos em suas existências. O afeto demonstra ter um papel crucial na regulação dos planos ético e moral. Através da regulação das práticas desempenhadas pelos sujeitos, os afetos terminam por atuar nos sentidos de vida. E, conseqüentemente, nas prescrições, nas ordenações que sustentam o plano moral.

A contingência ética se destaca nessa discussão. É evidente o modo como os sistemas normativos se dirigem ao contexto de inserção dos sujeitos e suas possibilidades de ação. A moral se insere na ética pela necessidade de estabelecer as normas que vão organizar os sentidos da vida. Mas, a regulação desses deveres é feita pela carga afetiva atribuída a essas experiências. Os afetos se tornam centrais nesse processo de significação, na partilha social de representações.

O crack se consolida na sociedade brasileira como esse inimigo a ser combatido, exterminando automaticamente aqueles que consomem. O conjunto de saberes que institui essa ideia é vasto e historicamente ancorado no dispositivo da droga, em sua matriz de sentidos. É nesse embate que se observa a racionalidade biopolítica, tornando a vida das camadas populacionais pobres um bem de consumo, administrável e necessário ao exercício do poder. A droga aparece como um dispositivo que articula práticas de proteção ao mesmo tempo em que estabelece a exposição à morte e exclusão, daqueles que são concebidos como indesejados. Com isso, evidencia-se a constatação de uma indiferenciação: entre o sujeito que se enquadra na categoria de humano e não humano. Trata-se de um controle normalizante, possibilitando qualificar, classificar e punir. O que prevalece é a tática de proteção combinada com o extermínio. Assim sendo, o crack constitui um dispositivo por contemplar esse conjunto de saberes, técnicas e instituições destinadas ao controle social.

Assim sendo, os canais midiáticos atuam como um mecanismo diferenciado de exclusão. Exterminam-se esses modos de existência por sua desqualificação enquanto sujeitos. Por meio de desdobramentos, a droga corrompe o “caráter”, tornando seu usuário um anormal, algo que não merece ser concebido como humano. Ao se associar esse estereótipo aos grupos com baixas condições socioeconômicas, legitima-se a reclusão ou eliminação dessas pessoas, por meio do assassinato simbólico ou da exclusão da sociedade.

A formulação de enunciados pela mídia produz discursos com o estatuto de verdades,

com efeitos normativos que se estabelecem na constituição de tipos de identidades próprias e na demarcação de uma figura de alteridade marcante. Essas representações adquirem eficácia simbólica e se objetivam na guerra às drogas e na produção dessa figura de alteridade marcante.

Os discursos a respeito das drogas servem, portanto, como modos de expiar outros problemas, modificando o foco do grave quadro de desigualdade e precárias condições de vida da maior parte da população. Culpabiliza-se o usuário e a substância, tornando-os responsáveis por todas as mazelas sociais.

Diante disso, pode-se afirmar que o crack é um dos objetos sociais com função de regular a população brasileira, através da construção da imagem de uma figura e um objeto ameaçador: a droga e o usuário. Esses discursos se relacionam à construção de estereótipos, que terminam por atuar como ferramentas de controle social informal, necessários para legitimar o controle social formal, cuja expressão máxima no campo das drogas é a normativa jurídica. Esses estereótipos servem para organizar e dar sentido ao discurso em termos dos interesses dominantes. Entretanto, para que se consolidem como modalidades de controle social, há a necessidade de processos de legitimação, “explicações” e justificações da ordem institucional. Esse processo tem por função validar normas sociais, tornando-as subjetivamente acessíveis aos indivíduos, assim como de justificar as instituições, tornando-as plausíveis e aceitáveis. Assim, cria-se uma rede de legitimações, que se sustenta nas interpretações normativas, estabelecendo programas visíveis ou não de controle social.

A dimensão ética das representações, portanto, pode ser compreendida a partir da noção do contexto anteriormente debatida. Como apresentado, o contexto se institui como um campo ético-epistêmico e ontológico e essa articulação se desdobra na produção da identidade. O plano ético e o moral se encontram amalgamados nesse processo e, nesse sentido, os afetos atuam como mediadores desses dois planos, regulando as práticas e representações instituídas em seus contextos de pertença.

Assim sendo, a construção identitária emerge desses processos e parece se instituir na ação performática. A instauração desse processo decorre da vinculação afetiva às práticas realizadas. A inserção em um contexto estabelece as amarras necessárias a essa vinculação, criando um ambiente de pertencimento. Com isso, o sujeito passa a atuar diante dessa realidade como um agente que se conforma aos papéis esperados. A identidade é resgatada dessa performance, desse embate entre representações e práticas.

Como modo de se afirmar enquanto pertencente a esse meio, o sujeito se depara com os dissensos e consensos representacionais e suas ambiguidades, necessitando agir. Essa ação, situada às contingências sociais requer o horizonte de um sentido: uma significação da própria existência. Nesse âmbito, a identidade se instaura, da pertença e segregação. É a afirmação das idiossincrasias. Por isso, pode-se afirmar que esse conceito se sustenta no âmbito de uma articulação entre processos de significação, ações performáticas e regulação afetiva. São ontologias situadas, particularidades construídas nas determinações morais, um resgate ao singular.

Ademais, deve ser ressaltado que os estudos com a Teoria das Representações Sociais tem se pautado principalmente na dimensão das significações, tangenciando o debate em outras dimensões também cruciais para a compreensão das práticas sociais. Essa tese foi apenas uma tentativa de resgatar esse debate, sendo importante a construção de novos estudos com essa discussão. Assim, torna-se imprescindível aprofundar a teoria no âmbito das dimensões ética e afetiva, resgatando esses processos no âmbito da produção de sentido.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. L'approche structurale des représentations sociales: Développements récents. **Psychologie et Société**, v. 4, p. 81-103, 2002.

ACIOLI NETO, M. L. **Os contextos de uso do crack: representações e práticas sociais entre usuários**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Recife (PE), 2014.

ACIOLI NETO, M. L., AMARANTE, P. D. **O acompanhamento terapêutico como estratégia de cuidado na Atenção Psicossocial**. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 33, n.4, 2013.

ACIOLI NETO, M. L.; SANTOS, M. F. Alterity and identity refusal: the construction of the image of the crack user. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 59, p. 389-396, 2014.

_____. **Os usos sociais do crack: construindo uma clínica situada culturalmente**. Recife: Editora Universitária edUFPE, 2015.

_____. Os Usos de Crack em um Contexto de Vulnerabilidade: Representações e Práticas Sociais entre Usuários. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 32, n. 3, 2016.

AGAMBEN, G. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó-SC: Argos, 2009.

ALVES, V. S. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 2009.

BANCHS, M. A. Representaciones sociales en proceso: su análisis a través de grupos focales. In: MOREIRA, A. P. et al (Orgs.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2005, p. 401-423.

BARBOSA, M. R.; MATOS, P. M.; COSTA, M. E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 24-34, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, F. I.; BERTONI, L. **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares?** Rio de Janeiro, RJ: Editora ICIT/Fiocruz, 2014.

BAUER, M.; GASKELL, G.; ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2007.

BECKER, H.S. **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. L. **A Construção Social da Realidade.** Petrópolis: Vozes, 1996.

BOITEUX, L. A Nova Lei Antidrogas e o aumento da pena do delito de tráfico de entorpecentes. **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 14, n. 167, 2006.

_____. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, São Paulo (SP), 2006.

_____. Liberdades individuais, direitos humanos e a internação forçada em massa de usuários de drogas. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, Belo Horizonte, v. 7, n.25, p. 53-80, 2013.

_____. Drogas e cárcere: repressão às drogas, aumento da população penitenciária brasileira e alternativas. In: Shecaira, S. S. (Org.). **Drogas: uma nova perspectiva.** São Paulo: IBCCRIM, 2014.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério da Saúde. **Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010.** Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm>.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. **Censo 2010.** Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BOURDIEU, P. **Structures, habitus and practices**. Cambridge: Polity Press, 1994.

BUCHER, R.; LUCCHINI, R. À Procura de uma abordagem interdisciplinar da toxicomania. In: BUCHER, R. **Drogas e Drogadição no Brasil**, Porto Alegre, Artes Médicas, 1992, p. 160-181.

BUCHER, R.; OLIVEIRA, S. R. O discurso do "combate às drogas" e suas ideologias. **Revista de Saúde Pública**, v. 28, n. 2, p. 137-145, 1994.

BURGIERMAN, D. R. **O fim da Guerra: a maconha ea criação de um novo sistema para lidar com as drogas**. São Paulo: Leya, p. 67-68, 2011.

CAMPOS, P. H.; ROUQUETTE, M. Abordagem estrutural e componente afetivo das representações sociais. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 435-445, 2003.

CAPISTRANO, F. C.; FERREIRA, A. C.; SILVA, T.L.; KALINKE, L.P.; MAFTUM, M.A. Perfil sociodemográfico e clínico de dependentes químicos em tratamento: análise de prontuários. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2013.

CAREGNATO, R. C.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 4, 2006 .

CARLINI, E. A.; et al. **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país**. São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas: UNIVESP – Universidade Federal de São Paulo, 2007.

CARNEIRO, H. **A fabricação do vício**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), 2002.

CASTRO, M. G., et al. Gênero e família em mudança: uma revisão com foco em cuidado parental. In: M. G. CASTRO, M. G.; CARVALHO, A. M.; MOREIRA, L. V. (Orgs.). **Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 13-30.

CHESSNAIS, J. C. A violência no Brasil. Causas e recomendações políticas para a sua prevenção. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 4, 1, p. 53-69, 1999.

COMTE-SPONVILLE, A.; FERRY, I. **La sagesse modernes**. Paris: Lafont, 1998.

COUTO, A. B.; LEMOS, F. C.; COUTO, M. B. Biopoder e práticas reguladoras do uso de drogas no Brasil: algumas análises de projetos de lei. **Revista Polis e Psique**, v. 3, n. 2, p. 132-150, 2013.

DESCHAMPS, J. C.; MOLINER, P. **A identidade em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2007.

DEPEN, Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento do Sistema Penitenciário Brasileiro**. Ministério da Justiça, Brasília, 2012.

DIAS, A. C.; ARAUJO, M. R.; LARANJEIRA, R. Evolução do consumo de crack em coorte com histórico de tratamento. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 5, 2011.

DOISE, W. Da Psicologia Social à Psicologia Societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 27-35, 2002.

DUSTER, T. The legislation of morality. **Social Problems**, v.16, p. 143-156, 1970.

ESCOHOTADO, A. **Historia elemental de las drogas**. Barcelona: Anagrama, 1996.

FERNÁNDEZ-DOLS, J. Normas formais e informais vs. normas explícitas e implícitas: uma tipologia de normas alternativas. In: PEREIRA, C.; COSTA-LOPES, R (Orgs.). **Normas, atitudes e comportamento social**. Lisboa: ICS, 2012, p. 25-44.

FESTINGER, L. **A theory of cognitive dissonance**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1957.

FOUCAULT, M. L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In: **Dits et Ecrits**. v.IV. Paris: Galimard, 1994.

_____. Verdade e Poder. In: Machado, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

_____. **Ditos e escritos**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. IN: MOTTA, M. B. (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.

_____. **Os anormais**. São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. História da sexualidade, V.1: a vontade de saber. Graal ed: Rio de Janeiro, 2011.

FRANÇA, D. X. A socialização e as relações interétnicas. In: CAMINO, L.; TORRES, A. R.; LIMA, M. E.; PEREIRA, M. E. (Orgs.). **Psicologia Social: temas e teorias**. Brasília: Technopolitik, 2011, p. 401-450.

FREIRE, S. D.; SANTOS, P. L.; BORTOLINI, M.; MORAES, J. F.; OLIVEIRA, M. S. Intensidade de uso de crack de acordo com a classe econômica de usuários internados na cidade de Porto Alegre/Brasil. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, 2012.

GARCIA, M. L. T.; LEAL, F. X.; ABREU, C. C. A Política Antidrogas brasileira: velhos dilemas. **Psicologia e Sociedade**, v. 20, p. 267-276, 2008.

GALINKIN, A. L.; ALMEIDA, A. M.; ANCHIETA, V. C. Representações sociais de professores e policiais sobre juventude e violência. **Paidéia**, v. 22, n. 53, p. 365-374, 2012.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

GOMES, J.C. **Anjos caídos: sarjeta do crime e do crack**. Florianópolis: Bookess editora, 2010.

GOMES, B.; ADORNO, R. F. Tornar-se 'noia': trajetória e sofrimento social nos 'usos de crack' no centro de São Paulo. **Etnográfica**. Lisboa: CRIA, v. 15, n. 3, 2011.

GONTIJO, Eduardo Dias. Os termos 'Ética' e 'Moral'. **Mental**, Barbacena, v. 4, n. 7, 2006.

GUARESCHI, P. Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder. **Revista Debates (Porto Alegre)**, v. 1, n. 1, p. 6-25, 2007.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22 n. 2, 2006.

HIMMELSTEIN, J. L. From killer weed to drop out drug: the changing ideology of marihuana. **Contemporary crisis**, v. 7, 1983.

HOFLING, H. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, 2001.

HOLANDA, A. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. **Análise Psicológica**, v. 3, n. 24, 2006.

HOCHSCHILD, A. R. **The managed heart: commercialization of human feeling**. Berkeley, University of California Press, 1983.

INCIARDI, J. A. Beyond cocaine: basuco, crack and coca products. **Contemporary Drugs Problems**, v.14, p. 461-493, 1987.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE**. Brasília: Ipea, 2013.

JERI, F. R. Nuevas observaciones sobre los síndromes producidos por fumar pasta de coca. In: **Cocaína, 1980**. Lima: 1980.

JODELET, D. **Réflexions sur le traitement de la notion de représentation sociale en psychologie social**. Communication-Information, vol. VI, no. 213, pp. 15 – 41, 1984.

_____. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org). **Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

_____. Experiências e representações sociais. In: MENIN, M. S.; SHIMIZU, A. M. **Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

JODELET, D.; MOSCOVICI, S. Les représentations sociales dans les champ social. **Revue Internationale de Psychologie Sociale**, v. 3, n. 3, p. 285-288,1990.

JORGE, M. S. B.; et al. Ritual de consumo do crack: aspectos socioantropológicos e repercussões para a saúde dos usuários. **Ciênc. saúde coletiva**, v.18, n.10, p. 2909-2918, 2013.

JOVCHELOVITCH, S. Re(des)coabrindo o outro: para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. In: ARRUDA, A (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998. p.69-81.

_____. **Os contextos do saber**. Editora Vozes. Petrópolis, 2008.

KALAMPALIKIS, N. Le processus de l’ancrage: l’hypothèse d’une familiarisation à l’envers. **Carnets du Greps**, v.1, 2009.

LANE, S. T. M. (1995). A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In: LANE, S.; SAWAIA, B. B. (Orgs.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Educ/Brasiliense, 1995, p. 55-63.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LEVINE, H. The alcohol problem in America: from temperance to alcoholism. **British Journal of Addiction**, v. 79, p. 109-119, 1984.

LIMA, A. F. **A dependência de drogas como um problema de identidade: possibilidades de apresentação do “eu” por meio da oficina terapêutica de teatro**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo (SP), 2005.

LORDELO, E. R. (2002). Contexto e desenvolvimento humano: quadro conceitual. In: LORDELO, E. R.; CARVALHO, A. M.; KOLLER, S. H. (Orgs.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 5-18.

MARCONDES, D. Desfazendo mitos sobre a pragmática. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 38-46, 2000.

_____. A Teoria dos Atos de Fala como concepção pragmática de linguagem. **Filosofia Unisinos**, v. 7, n. 3, p. 217-230, 2006.

MARKOVÁ, I. Ethics in the Theory of Social Representations. **Papers on Social Representations**, v. 22, p. 41-48, 2013.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. El latino indolente. Carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. **Psicología política latinoamericana**, p. 135-162, 1987.

MCDONNELL, D., IRWIN, J., ROSENBAUM, M. Hop and hubbas, a tough new mix. **Contemporary Drug Problems**, v.17, p. 145-156, 1990.

MACRAE, E. Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos. In: SEIBEL, S. D.; TOSCANO JR., A. (Orgs.), **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2000, p. 25-34.

MACRAE, E. Prefácio. In: MACRAE, E; TAVARES, L.; NUÑEZ, M. (Orgs.), **Crack: contextos, padrões e propósitos de uso**. Salvador: EDUFBA, 2013, p.11-26.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. A. A subcultura da maconha, seus valores e rituais entre setores socialmente integrados. In: BAPTISTA, M.; CRUZ, M. S.; MATIAS, R. (orgs.) **Drogas e Pós-Modernidade: faces de um tema proscrito**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.

MORGAN, J.P.; ZIMMER, L. The social pharmacology of smokeable cocaine: not all it's cracked up to be. In: REINARMAN, C.; LEVINE, H.G. (Orgs.). **Crack in America: demon drugs and social justice**. Berkeley: University of California Pres, 1997, p. 1-17.

MORIN, M. ; APOSTOLIDIS, T. Contexte social et santé. In: Fischer, G. (Org.). **Traité de psychologie de la santé**. Paris: Dunod, 2002.

MOSCOVICI, S. Attitudes and Opinions. **Annual Review of Psychology**, v. 14, p. 231-260, 1963.

_____. **A melhor maneira de se provar o pudim ainda é comendo-o**. In: 2ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais. Rio de Janeiro, 1994.

_____. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 29-110.

_____. (2012). A psicanálise, sua imagem e seu público. *Petrópolis: Vozes*, 2012.

NAPPO, S. A.; GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R. Uso do crack em São Paulo: fenômeno emergente? **Rev. ABP-APAL**, v. 16, n. 2, p. 75-83, 1994.

NASCIMENTO, E. P. (1997). Crise da modernidade e espiritualidade. In: NASCIMENTO, E. P. (org.). **Programa Brasília Capital do Debate**. Rio de Janeiro/Brasília: Garamond, 1997, p. 9-37.

OCCHINI, M. F.; TEIXEIRA, M. G. Atendimento a pacientes dependentes de drogas: atuação conjunta do psicólogo e do psiquiatra. **Estudos de Psicologia**, v. 11, p. 229-236, 2006.

OLMO, R. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 67-86.

PEIRANO, M. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

POGREBINSCHI, T. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova**, n. 64, 2004.

RAMIRO, F. S.; PADOVANI, R. C.; TUCCI, A. M. Consumo de crack a partir das perspectivas de gênero e vulnerabilidade: uma revisão sobre o fenômeno. **Saúde em Debate**, v. 38, n. 101, p. 379-392, 2014.

RAUPP, L.; ADORNO, R. C. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). **Ciência e Saúde Coletiva**, v.16, n.5, p.2613-2622, 2011.

RIMÉ, B. Le partage social des émotions. In: RIME, B. (Org.). **Les émotions**. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1993, p. 271-300.

REINARMAN, C.; LEVINE, H.G. Crack in context: America's last demon drug. In: _____. (Orgs.). **Crack in America: demon drugs and social justice**. Berkeley: University of California Press, 1997, p. 1-17.

RESENDE, F. O Discurso Jornalístico Contemporâneo: Entre o Velamento e a Produção das Diferenças. **Revista Galáxia (São Paulo)**, v.14, p. 81-93, 2007.

ROMANINI, M.; ROSO, A. Mídia e crack: Promovendo saúde ou reforçando relações de dominação? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.32, n.1 p. 82-97, 2012.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C., AMORIM, K. S. & SILVA, A. P. Rede de significações: alguns conceitos básicos. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P.; CARVALHO, A. M. (Org.) **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. POA: Artmed, 2004, p. 23-33.

RÖTTGER-RÖSSLER, B. Emoção e cultura: algumas considerações básicas. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção (Online)**, v. 7, n. 20, p. 177-220, 2008. SANTOS, M.F.S.; ACIOLI NETO, M.L.; SOUSA, Y.S.O. Representações sociais do crack na imprensa pernambucana. **Estud. psicol. (Campinas)**, v. 29, n. 3, 2012.

SCHEFFER, M.; PASA, G.G.; ALMEIDA, R.R. Dependência de Álcool, Cocaína e Crack e Transtornos Psiquiátricos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 3, p. 533-541, 2010.

SIEGEL, R. K. Cocaine smoking. **Journal of Psychoactive Drugs**, v.14, p. 277-559, 1982.

SILVA, W.; HUNING, S. Dispositivo das drogas e governo da vida. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, 2017.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SOUZA, R. C.; CAMARGO, B. V. Representações sociais e relações intergrupais de duas categorias profissionais. **Rev Ciênc Hum**, n esp. 6, p. 35-43, 2002.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report 2017**. Vienna: United Nations publications, 2017.

VAZ, H. C. **Escritos de Filosofia II: ética e cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

VELHO, G. **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

VICENTE, M. Comunicação e manipulação na época da concentração midiática. **Revista textos de la CiberSociedad**, 8, 2006.

WAGNER, W. Social Representations and Beyond: Brute Facts, Symbolic Coping and Domesticated Worlds. **Culture and Psychology**, 4, p. 297-329, 1998.

WALDORF, D.; REINARMAN, C.; MURPHY, S. **Cocaine changes: the experience of using and quitting**. Philadelphia: Temple University press, 1991.

WALLON, H. A atividade proprioplástica. In: WEREBE, M.; NADEL-BRULFERT, J. **Henri Wallon**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

WANDEKOKEN, K. DETTMANN; SIQUEIRA, M. Aplicação do modelo de Neuman e diagnósticos de nanda ao cuidado do usuário de crack. **Cienc. enferm.**, Concepción, v. 19, n. 2, 2013.

ZACCONE, O. D. F. **Acionistas do nada**: quem são os traficantes de droga. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

ZALUAR, A. M.; ALVITO, M. Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

ZINBERG, N. **Drug, set and setting**. New Haven: Yale University Press, 1984.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

	<p style="text-align: center;"><i>Universidade Federal de Pernambuco</i> <i>Curso de Pós-Graduação em Psicologia</i> <i>Doutorado em Psicologia</i></p>
-----------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TÍTULO DA PESQUISA**

Os usos sociais do crack e os sistemas normativos: o usuário, as experiências de uso e as práticas de cuidado

RESPONSÁVEIS

Manoel de Lima Acioli Neto

INSTITUIÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco

APRESENTAÇÃO E PROCEDIMENTOS

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa que tem como finalidade principal compreender como são os padrões de consumo de crack, em que contextos acontecem e como se relacionam com representações sobre a droga. Durante o estudo serão realizadas perguntas do cotidiano de uso e você está sendo convidado a responder a uma entrevista proposta pelo pesquisador, que será gravada sob sua autorização e transcrita posteriormente, para fins de análise, com a garantia de que apenas o pesquisador terá acesso à íntegra das transcrições. Esta pesquisa tem caráter voluntário de participação, durante a realização da entrevista caso sinta-se desconfortável poderá solicitar ao pesquisador que a entrevista seja paralisada ou encerrada.

RISCOS E BENEFÍCIOS

Os resultados da pesquisa poderão beneficiar na compreensão do consumo de crack e nas práticas de cuidado ofertadas a esse público. A oportunidade de falar sobre as práticas de uso pode propiciar um momento de reflexão para os participantes. Além disso, poderão gerar conhecimentos importantes para o trabalho dos diversos profissionais que lidam com a temática do crack, como psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, fonoaudiólogos, assistentes sociais, dentre outros, para que possam realizar intervenções

culturalmente adequadas.

Como possíveis riscos, no momento da entrevista poderão ocorrer algum desconforto ou conflito para o participante ou entre este e os colegas, os quais a entrevistadora tentará minimizar. Caso seja necessário, o pesquisador poderá recorrer a pesquisadores auxiliares. A pesquisa será realizada em colaboração com programa Atitude. Casos especiais, se necessário, poderão ser encaminhados para atendimento por profissionais desta instituição. A equipe de pesquisa garantirá a confidencialidade das informações e o anonimato dos participantes.

COMPROMISSOS

O pesquisador compromete-se a estar sempre disponível para esclarecer dúvidas sobre os procedimentos da pesquisa. Fornecerá todas as informações necessárias para que o participante possa decidir conscientemente sobre sua participação na referida pesquisa. Compromete-se em manter o sigilo, de forma que os nomes das pessoas envolvidas na pesquisa jamais serão revelados em possíveis publicações ou apresentações do trabalho. O participante poderá ainda desistir de sua participação a qualquer momento. Os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, incluída sua publicação na literatura científica especializada. Por fim, a participação na pesquisa não implicará absolutamente nenhum custo, nem recompensa financeira para os participantes.

O contato para qualquer esclarecimento de que necessite poderá ser realizado com a pesquisadora responsável: **Manoel de Lima Acioli Neto**, pelo endereço: **Avenida Professor Moraes Rego s/n, Cidade Universitária, no Laboratório de Interação Social Humana no Departamento de Pós-Graduação em Psicologia, da UFPE, pelos telefones: (81) 2126-8271 e (81) 8519-6027, ou e-mail: mdlacioli@hotmail.com.** O participante poderá contatar ainda o Comitê de Ética da UFPE para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, pelo endereço: Avenida da Engenharia s/n, Cidade Universitária, Recife – PE, CEP:50740-600, Tel.: 2126-8588.

Os materiais coletados serão armazenados para fins apenas de pesquisa durante 5 anos no Laboratório de Interação Social Humana (LabInt) sob responsabilidade de: Manoel de Lima Acioli Neto, e posteriormente serão destruídos.

CONSENTIMENTO

Eu, _____,

fui devidamente apresentado(a) às informações acima e, após lê-las e compreendê-las, concordo em participar desta pesquisa.

A assinatura desse consentimento não inviabiliza nenhum dos meus direitos legais.

Recife, ____ de _____ de 2015.

Participante	Pesquisador
Testemunha 1	Testemunha 2

ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA DO PROGRAMA ATITUDE



CARTA DE ANUÊNCIA

Autorizo **MANOEL DE LIMA ACIOLI NETO**, doutorando do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, a desenvolver pesquisa nos Serviços que compõem os Núcleos Regionais do Programa de Atenção Integral aos usuários de Droga – ATITUDE executado pela Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas - SEPOD da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – SDSCJ, sob o título: "Os usos sociais do crack e os sistemas normativos: o usuário, as experiências de uso e as práticas de cuidado", sendo orientado pela professora Dr.^a Maria de Fátima Souza Santos.

Estarei ciente que me são resguardados e abaixo listados:

1. A garantia de solicitar e receber esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa.
2. A liberdade de recusar a participar ou recusar minha anuência, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.
3. A garantia de que nenhuma pessoa envolvida será identificada e terá assegurado privacidade quanto aos dados envolvidos na pesquisa.
4. Não haverá nenhuma despesa para a Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas – SEPOD da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – SDSCJ de Pernambuco decorrente da participação na pesquisa.
5. O (s) pesquisador (s) comprometem-se a trazer para esta Secretária o relatório final da pesquisa através de cópia em Compact Disk (CD) e apresentar os resultados encontrados no estudo a Equipe de Gestão e Técnica do Programa ATITUDE, uma vez que só serão autorizadas novas pesquisas se não houver pendências de devolutiva do serviço.

Tenho ciência do exposto e concordo em fornecer subsídio para a pesquisa.

Recife, 29 de Junho de 2015.

Marcia Ribeiro

MÁRCIA RIBEIRO

Secretária Executiva de Políticas Sobre Drogas

Márcia Virginia Bezerra Ribeiro
Secretaria Executiva de Políticas
Sobre Drogas - SDSCJ
tel.304.100-7